



Universidade dos Açores
Departamento de Ciências da Educação
Campus de Ponta Delgada

ESTRATÉGIAS DE IMPLEMENTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE UM SISTEMA DE ENSINO ABERTO E A DISTÂNCIA PARA A UNIVERSIDADE DOS AÇORES

Implementation Strategies and Development of an Open and
Distance Education System for the University of the Azores

Rogério Roth, Ph.D.
pentadoc at gmail.com
roth at uac.pt

RELATÓRIO FINAL DAS ATIVIDADES DE PÓS-DOCTORAMENTO

Fundo Social Europeu (FSE)
Fundo Regional para a Ciência (FRC)
Período: 01/04/2012 ao 01/03/2013
FRCT/2011/317/005 - M3.1.7/F/003/2011
<http://www.azores.gov.pt/gra/sctr>

Centro de Destino:
Universidade dos Açores (UAç), <http://www.uac.pt>
Departamento de Ciências da Educação, <http://www.dce.uac.pt>
Campus de Ponta Delgada
Rua da Mãe de Deus, 9501-801, Ponta Delgada
São Miguel, Açores, Portugal

Ponta Delgada, Março de 2013

Prefácio

“Não há factos eternos, como não há verdades absolutas.”
(Friedrich Wilhelm Nietzsche)

Este relatório final das atividades de pós-doutoramento trata de experiências vividas relacionadas ao desenvolvimento e proposição de estratégias de um sistema de ensino aberto e a distância para a Universidade dos Açores. Ensino aberto é algo ainda não praticado em solo nacional e as poucas implementações à distância são semipresidenciais.

No meio académico são utilizadas diversas denominações, tais como “ensino a distância”, “estudo a distância”, “educação a distância”, “aprendizagem a distância” e algumas versões em inglês como “*distance education*”, “*distance learning*”, “*e-learning*” e derivações. No Brasil a expressão “educação a distância” dominou os livros, compêndios, professores e intelectuais da área. A despeito desta sobrança cultural, em Portugal “ensino a distância” é o termo mais empregado (seguido de *e-learning*), provavelmente porque educar é muito mais amplo do que ensinar. Traz consigo a ideia de socialização em todas as suas formas, incluindo o ensino. A expressão “ensino a distância” faz perfeito sentido porque quem está ensinando está distante em relação ao espaço e ao tempo.

Não é intenção desse documento discutir a questão das diversas terminologias utilizadas - alvo de debate nacional e internacional - nem mesmo pretender cunhar novos termos. Mais importante do que isso é considerarmos a aprendizagem mediada através das diversas tecnologias como uma mais-valia, um cabedal de recursos pedagógicos ao serviço de professores e instituições, que quando corretamente utilizados significam, na verdade, a possibilidade de se oferecer uma forma interessante de ensino independente das distâncias. No devido tempo a UAç definirá suas próprias opções para nomear os ambientes, estruturas e sistemas envolvidos. Nesta etapa porém, o tempo tomado em um debate em torno de nomes que pareçam ser mais ou menos adequados pode e deve ser dedicado ao desenvolvimento de um projeto de qualidade que possibilite, ao mesmo tempo, atender as necessidades e expectativas das comunidades de todo o arquipélago (em primeiro lugar) e às imensas provações de resiliência porque passa a instituição (quadro comum às congêneres públicas nacionais), estes sim, imensos desafios.

O texto a seguir contém porções integrais de terceiros, citações e textos próprios, além de conclusões, críticas, sugestões, recomendações e possibilidades de estudos futuros. Esperamos que o mesmo colabore para fomentar uma maior utilização dos recursos já disponíveis na instituição bem como a incansável busca de novas soluções.

Escrito ao abrigo do novo acordo ortográfico.

Agradecimentos

“O que você sonha sozinho é um sonho,
o que você sonha com os outros pode se tornar uma realidade.”
(Edward Schillebeeckx)

Apesar das características diferenciadas deste tipo de trabalho, muitas pessoas me auxiliaram de alguma forma, em algum momento, desde o início até o final.

Agradeço ao Prof. Carlos Gomes pelo apoio em algumas fases da investigação, propostas de implementação e candidaturas a financiamentos externos.

À Prof^a. Margarida Serpa e aos professores, alunos e funcionários, principalmente aqueles vinculados ao Departamento de Ciências da Educação.

À Universidade dos Açores que se disponibilizou para o desenvolvimento da investigação.

Aos Pró-Reitores Prof. Paulo Fialho (Qualidade, Avaliação e Ensino à Distância), Prof. Armindo Rodrigues (Gestão da Investigação) e Prof. David João Horta Lopes (Desenvolvimento das Regiões e Extensão).

Correndo o risco de omissões cito aqueles que no momento me vem à lembrança, agrupados em ordem alfabética, sem nenhuma ordem de importância ou temporal.

Obrigado a Ana Naia, Ana Pinto, André & Tailaine Dornelles, Antero Rolo, Conceição Diógenes, Daniëlla Gyselinck, Domingos Mabota, Dorival Mendes, Eduarda Torres, Francisco Carreiro da Costa, Georgina Funny, Grimaneza Azevedo, Isabel Simas, João Martins, Luciano & José Gilberto Lopes, Luis Sousa, Luisa Viveiros, Manuela Soler, Maria do Carmo Ferreira, Marina Fonseca, Nélia Franco, Paulo Mendes, Pedro Veiga, Rui Ribeiro, Sílvia Silveira, Virgílio Alves...

Наталія і Міша Прилипко.

Por último, mas não menos importante, agradeço a André da Silva Castro, sem o qual nada seria possível, nem mesmo estar nos Açores.

No período entre abril e dezembro de 2012, contamos com o apoio financeiro do FRC através da bolsa FRCT/2011/317/005 - M3.1.7/F/003/2011 financiada pelo Fundo Social Europeu (FSE) através do Programa Operacional para a Região Autónoma dos Açores (Pro-Emprego), 2007-2013.

Em memória de Ernesto, Yedda e Babalú (nada será como antes).

Resumo

Esta investigação propôs-se a estudar e formular estratégias de implementação e desenvolvimento de um sistema sustentável voltado à diversificação dos modelos de aprendizagem mediados pelas tecnologias, passível de ser utilizado efetivamente no ensino aberto e a distância bem como no suporte às atividades presenciais, observando as boas práticas existentes no mercado e adaptando-as às necessidades específicas. Dessa forma, procurou dar respostas a demandas concretas da Universidade dos Açores, nomeadamente relacionadas com a sobrevivência institucional, o que inclui um efetivo atendimento à demanda das nove ilhas que compõem o arquipélago, a extensão de sua área de ação para atingir outros públicos e a decorrente necessidade de sustentabilidade económica. No âmbito regional, a ensino mediado pelas tecnologias poderá contribuir para promover a inclusividade e auxiliar a criar uma sociedade baseada na equidade, onde a justiça, a igualdade e a interdependência assegurem uma melhor qualidade de vida para todos, sem discriminações, onde a diversidade seja aceita e reconhecida como fundamento para a convivência social, ajudando a construir uma sociedade mais democrática e sustentável.

Palavras-chave: competitividade, e-recursos, inclusividade, inovação, mudança de paradigma, práticas educativas, recursos educacionais abertos, socialização dos conteúdos, sustentabilidade, tecnologias aplicadas à educação, visibilidade.

Abstract

This research proposed to study and formulate implementation strategies and development of a sustainable system aimed at diversification of models of learning mediated by technologies which can be used effectively in open and distance education as well as to support classroom activities, observing the best practices existing in the market and adapting them to specific needs. That way, sought to give answers to concrete demands of the University of the Azores, notably related to institutional survival, which includes an effective attendance the demand of the nine islands that make up the archipelago, extending their area of action to reach other publics and the attendant need for economic sustainability. Regionally, the technology-mediated learning can contribute to promote inclusiveness and help create a society based on equity, where justice, equality and interdependence will ensure a better quality of life for all without discrimination, where diversity is recognized and accepted as a basis for social coexistence, helping to build a more democratic and sustainable society.

Keywords: competitiveness, e-resources, inclusiveness, innovation, paradigm shift, educational practices, open educational resources, knowledge socialization, sustainability, technologies applied to education, visibility.

Índice

Prefácio	2
Agradecimentos	3
Resumo / Abstract	4
Índice	5
Estado da Arte	6
Situação Atual	17
Rankings Universitários	26
Objetivos	35
Descrição Detalhada	36
Cronograma	38
Métodos	39
Plataforma de Gestão de Aprendizagem	40
Sistemas de Videoconferências	43
Backbone RCTS	44
Referenciais de Implementação	46
Institucionalização da Educação Mediada pelas Tecnologias	72
Sistema de Ensino Aberto e à Distância	77
Recursos Educacionais Abertos	78
Formação Inicial	80
Formação de Formadores	81
Mobilidade de Estudantes Regionais	83
Mobilidade de Estudantes Nacionais	86
Mobilidade de Estudantes Internacionais	87
Mobilidade de Professores	91
Estruturas de Apoio ao Ensino Mediado pelas Tecnologias	94
e-Learning Lab	105
Fontes de Financiamento e Fomentadoras de Projetos Educativos	108
Sustentabilidade	118
Desenvolvimento Decapolar	119
Polos Regionais e Pontos de Presença	123
Wi-Fi de Longo Alcance	125
Recursos Tecnológicos Gratuitos	127
Estrutura Existente no Arquipélago	129
Rede da Área Atlântica das Regiões Ultraperiféricas Europeias	130
Desafios para a UAç	140
Conclusões, Críticas e Sugestões	141
Estudos Futuros	143
Captain's Log (Diário de Bordo)	144
Posfácio	147
Referências	159

Estado da Arte

“Uma visão sem ação não passa de um sonho.
Ação sem visão é só um passatempo.
Mas uma visão com ação pode mudar o mundo.”
(Joel Arthur Barker)

Em 2010 se completou a reforma europeia com o estabelecimento do Espaço Europeu do Ensino Superior (EEES) através do processo de Bolonha que, entre outras coisas, requer outra forma de ensinar, com menos classes magistrais, mais tutorias e trabalhos dirigidos.

http://europa.eu/legislation_summaries/education_training_youth/lifelong_learning/c11088_pt.htm

Na segunda década do século XXI, a tecnologia parece não ser mais um problema para alavancar o suporte à educação. As universidades portuguesas estão conectadas à internet em alta velocidade e os alunos podem aceder aos conteúdos através de vários meios, utilizando equipamentos cada vez mais potentes, com mais recursos, maiores capacidades de colaboração e cada vez mais acessíveis.

Em todo o mundo surgem constantemente diferentes tecnologias, que contribuem para renovar as formas de trabalho, possibilitando novas abordagens de interação e metodologias.

Educar com o apoio de ambientes virtuais exige mais dedicação do professor, mais apoio de uma equipa técnico-pedagógica, mais tempo de preparação e de acompanhamento.

Para os alunos há um ganho de personalização da aprendizagem, de adaptação ao seu ritmo de vida, principalmente na fase adulta.

O que muda no papel do professor?

Muda a relação de espaço, tempo e comunicação com os alunos. O espaço de trocas se estende da sala de aula para o virtual.

Contudo o principal “problema”, que nunca foi tecnológico, persiste: a resistência dos professores. As pessoas que não querem que as coisas mudem são as que por algum motivo sentem que têm uma desvantagem na mudança.

Qual a dificuldade para a sua adoção e institucionalização do ponto de vista do uso pedagógico?

Um dos obstáculos difícil de ultrapassar que continua a persistir, apontado por Pouts-Lajus e Riché-Magnier (1998) é o estado de “adormecimento” em que se encontra a grande parte dos professores, que apresentam dificuldades de acomodação às novas tecnologias, não lhe reconhecendo utilidade pedagógica. É a chamada tecnofobia (aversão aos progressos da técnica). Sentem um grande desconforto e até aversão por equipamentos tecnológicos, tendendo a evitar a interação, resistindo à utilização.

Para Cação (2003), é necessário algum tempo para que os professores interiorizem esta forma de trabalho colaborativo e operem sua transformação “pessoal”, integrando-a nas suas práticas pedagógicas, vencendo a sua resistência à mudança e à inovação. Mas, Guedes de Sá (2004) lembra que a União Europeia reclama há tempos a integração efetiva das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no ensino.

Existem também apostas na formação dos quadros já que a geração atual de professores não estaria sensibilizada. Vários projetos foram e estão a ser chumbados por falta de adesão dos docentes. Trata-se de uma questão nacional, observada também em outros países europeus.

Qualquer ação neste sentido que não contar com a prévia sensibilização, participação e concordância das partes envolvidas estará sujeita ao baixo nível de adoção verificado em todas as universidades.

As oficinas de motivação e/ou “capacitação” realizadas não tem conseguido atingir os seus objetivos. Muitos professores ainda mostram algumas resistências quanto à sua autossuficiência informática. Alguns são do tempo em que havia alguém para digitar e formatar os seus textos, alimentar bancos de dados, montar planilhas eletrônicas ou até mesmo processar dados estatísticos de suas investigações.

Contudo poucos docentes utilizam efetivamente estes ambientes.

Com a popularização dos portáteis e da internet, aumentou consideravelmente a inclusão digital. O uso de telemóveis, terminais multibanco e outras tecnologias contemporâneas fazem parte da rotina de todos.

Hoje em dia praticamente todas as instituições de ensino superior oferecem alguma plataforma voltada para o *e-learning* e sistemas de videoconferência (próprios ou da FCCN). E isso não é exceção na Universidade dos Açores.

Todas as tecnologias necessárias para se aceder a um mesmo conjunto de conteúdos em diferentes suportes estão disponíveis de forma aberta, ou seja, sem custos diretos de aquisição associados.

Os “novos” estudantes chegam à universidade alfabetizados digitalmente e, não raro, com maior familiaridade e conhecimentos do que muitos professores. Chegam, esperando um nível de interatividade e muitas vezes não encontram nada similar, o que se traduz em decepção e falta de motivação.

As poucas utilizações tecnológicas, muitas vezes são traduzidas por um ambiente pouco explorado pela resistência dos docentes em utilizá-lo. Muitos não se preparam adequadamente nem exploram as potencialidades, não desenvolvendo conteúdos e utilizando os ambientes, como o Moodle, apenas como um repositório de ficheiros.

Experiências mal sucedidas e falta de capacitação apropriada são fatores que podem explicar a resistência de professores puramente teóricos, sem cultura básica em informática (temendo expor suas limitações), resistentes à utilização de tecnologias.

A resistência em se capacitar e se adaptar também faz parte da cultura institucional de não saber aprender.

A aprendizagem ao longo da vida é um dos elementos essenciais do EESS para aumentar a competitividade económica. Contudo ela é uma via de mão dupla e se aplica também a professores, ou seja, está relacionada a todos os níveis de aprendizagem e diz respeito a todas as fases da vida, bem como às diferentes formas de aprendizagem.

E não apenas destinado a “estudantes seniores”, como pratica a UAç.

http://europa.eu/legislation_summaries/education_training_youth/lifelong_learning/index_pt.htm
<http://www.alv.uac.pt/>

Alvin Toffler afirmou que os analfabetos deste século não são aqueles que não sabem ler ou escrever, mas aqueles que se recusam a aprender, reaprender e voltar a aprender.

<http://www.medialit.org/reading-room/media-literacy-national-priority-changing-world>

Muitos professores ainda “dão aula”, embora hoje em dia nada seja tão didaticamente incorreto quanto a ação de “ministrar” uma aula, ter a pretensão de deter o conhecimento, não se comprometer com um programa previamente aprovado, onde constem conteúdos a serem desenvolvidos (dia-a-dia), métodos, formas de avaliação, etc.

Confundem qualidade com presencialidade. Falta de organização com autonomia.

O desafio mostra-se mais educacional do que tecnológico, porque a pedagogia continua voltada para propostas tradicionais instrucionistas, sem falar que resiste a tornar-se tecnologicamente correta (Evans, 2001. Stoll, 2000).

Propor mudanças no campo da educação sempre foi um assunto muito arriscado. As propostas existentes são muitas. A resistência das pessoas envolvidas, maior ainda. As discussões em torno das propostas tendem a polemizar, não encontrando um senso comum, não colaborando para sua aplicação e, dessa forma, não sendo relevantes.

Halpern (1994, p. 10) afirma “*It’s been said that changing a university is a lot like moving a cemetery. You don’t get a lot of help from the residents*”. Podemos generalizar que, propor ou executar mudanças na área da educação é uma tarefa parecida com as mudanças em um cemitério: não obtemos ajuda dos moradores.

Precisamos reinventar a forma de ensinar e aprender (presencial e virtualmente), pois diante de tantas mudanças na sociedade e no mundo do trabalho, os modelos tradicionais são cada vez mais inadequados.

A análise das soluções pedagógicas e tecnológicas adotadas em diferentes instituições, acompanhadas da observação de experiências formativas e vivenciais proporcionadas aos formadores, bem como as estratégias adotadas no combate à resistência contra a utilização das tecnologias envolvidas, podem colaborar na formação de um modelo que permita a efetiva adoção do ensino à distância, que em tempos imperativos de interação deveria ser denominado, como cunhou Pardal (2000), de “educação sem distância”. Parafraseando-o, a distância pode estar muito mais presente em práticas pedagógicas presenciais arcaicas...

Considerando-se que, é possível conviver, interagir e cooperar num ambiente virtual, as distâncias podem ser transpostas e transformadas em proximidade.

O mundo também mudou para os professores. Mas essa resistência mostra seus resultados não benéficos na medida em que são estas mesmas pessoas “tradicionais” que selecionarão os novos professores, ou seja, o *status-quo* tende a se manter na medida em que normalmente buscam e formam “pares”, que agem e pensam em conformidade.

Provavelmente mudanças mais efetivas só serão verificadas em Portugal através de mecanismos de pressão, derivados da conjuntura atual onde crise, redução de custos e restrições orçamentárias viraram palavras de ordem.

Na medida em que muitas universidades europeias se engajaram em busca da modernidade e os alunos tem uma ampla oferta de mobilidade isso poderá alterar as opções de locais onde realizar a sua formação, até mesmo porque estes clientes “bem” ou “mal” atendidos partilharão seus comentários na internet produzindo, dependendo do caso, ou um gratuito marketing positivo ou um destruidor marketing negativo.

Novos processos de seleção de professores deverão surgir, alterando o paradigma atual e exigindo novas habilidades. Ao mesmo tempo uma maior rotatividade poderá ser promovida alterando o padrão atual facilitador da permanência de professores reformados que insistem em permanecer ativos sem se adaptar às novas exigências.

Renault (1995, p. 43), filósofo da Sorbonne, prefere discutir o desafio universitário em termos mais radicais: “*Qu'est-ce qu'une université, après la fin des universités?*” (O que é uma universidade depois do fim das universidades?).

Os arautos deste final das instituições alardeiam para breve o momento em que todo o conhecimento estará disponível e compartilhado na internet. Muito já está.

A ideia partiu do MIT (Massachusetts Institute of Technology) e deu origem ao OpenCourseWare, também identificado com a sigla OCW. Trata-se de um termo aplicado aos conteúdos, gerados pelas universidades, e compartilhado livremente para todos, através da internet. Uma perfeita socialização do conhecimento disponibilizando-o tanto para professores, alunos e autodidatas do mundo todo.

Muitas universidades de todo o mundo trabalham este novo conceito de liberar o conhecimento gerado na academia para todos, mas Portugal não tem nenhum membro no OCW Consortium.

<http://www.ocwconsortium.org/members/>

E no consórcio ibero-americano OCW Universia figura apenas a Universidade de Évora (UÉ), sem nenhum sítio OCW localizado.

<http://ocw.universia.net/pt/instituciones-integrantes-iberoamericanas-opencourseware.php>

O diretor-geral do Universia Portugal, Bernardo Sá Nogueira, acredita que depois de a UÉ aderir, outras universidades vão fazê-lo.

<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=709884&page=3>

A questão não é tão simples, pois não basta aderir. As referências no sítio da Universidade de Évora são mais mercadológicas e relacionadas a notícias sobre o assunto.

<http://www.uevora.pt/>

- UÉ pioneira no OpenCourseWare. Canal Universidade, em 10/10/2008.

<http://www.ueline.uevora.pt/newsDetail.asp?channelId=C6A8744C-AA7B-4958-B6C4-FEF21E66DB6F&contentId=91538544-D438-40F2-81BE-F160BABDB20B>

O termo OCW é referenciado no sítio da UÉ apenas oito vezes e se relaciona com a adesão da universidade ao consórcio (2008) e um workshop “Criação de Conteúdos na Plataforma OCW” programado para ter acontecido em 30/11/2009. Este workshop voltado a docentes e investigadores, se realmente ocorreu, não produziu os efeitos desejados já que não se encontram conteúdos OCW publicados no sítio. A mais recente notícia (14/10/2010) está relacionada ao lançamento do livro “OpenCourseWare (OCW): saberes, produção de materiais, partilha de conteúdos, aprendizagens”, livro este assinado pela própria equipa técnica da Universidade de Évora, com propósitos semelhantes ao do *workshop*.

Ou seja, a única universidade portuguesa ligada oficialmente a um consórcio OCW, parece não praticar esta iniciativa, porque não consegue envolver os seus professores.

No sítio da Universidade dos Açores o termo OCW é referenciado apenas duas vezes. A primeira, uma notícia de 19/12/2003: “Site do MIT. Neste site pode-se encontrar todo o tipo de material didático e cursos *on-line* para quem estiver interessado: <http://ocw.mit.edu/index.html>”

http://www.horta.uac.pt/intradop/noticias_2003.htm

A segunda, quando foi convidada a aderir ao OCW Universia segundo nota publicada no Moodle (14/10/2008) “OpenCourseWare na UAç” pelo Prof. José Manuel Neto Azevedo:

“Alguns dos colegas docentes conhecerão a iniciativa OpenCourseWare, que pretende disponibilizar gratuitamente materiais educativos sobre os mais variados tópicos. A Universidade dos Açores foi contactada no sentido de aderir a esta iniciativa, criando na nossa universidade um repositório deste tipo de materiais, o qual ganharia visibilidade se associado à OCW Universia, uma rede de base latino-americana. Uma vez que concretizar este projeto implica criar uma infraestrutura não só técnica mas também humana, assim como garantir a criação e disponibilização de um mínimo de conteúdos, torna-se necessário avaliar o interesse deste assunto junto da comunidade académica. Qual pensa pois que seria o interesse de uma iniciativa deste género na nossa universidade?”

<http://moodle0809.uac.pt/mod/forum/discuss.php?d=148>

David Wiley, professor de psicologia e tecnologia educativa na Universidade Brigham Young, citado por Jarvik (2009), declarou que “as instituições que não se adaptarem,

oferecendo materiais didáticos que possam ser compartilhados entre as universidades, laboratórios virtuais, e livros didáticos digitais gratuitos, correrão o risco de perder seus alunos”. Na estimativa de Wiley, as universidades vão se tornar irrelevantes em dez anos.

Esta abordagem foi originariamente proposta por Costa (2004) se referindo especificamente a Portugal: “O desafio é enorme. Nos próximos anos, sob pena de serem relegadas para a categoria de instituições irrelevantes, as universidades vão ter que adotar padrões de qualidade elevados, assumir a competitividade, pensar em novos conteúdos científicos do seu ensino, rever estratégias e métodos de formação, adaptarem-se à mudança estrutural dos seus públicos, propiciar meios de articulação da aprendizagem na escola e no trabalho, ir de par com a crescente interdisciplinaridade, que afeta também a sua organização, reconhecer e creditar para fins de ensino formal as competências adquiridas em exercício, encontrar formas empreendedoras de relacionamento com o meio social económico, recorrer crescentemente às tecnologias da informação com treino adequado dos docentes, dar resposta às necessidades de aprendizagem ao longo da vida. E muito mais.”

Demo (2011) vai mais longe e afirma que a instituição não sabe aprender, está repleta de teorias vanguardistas (para os outros), mas ela mesma é a primeira a não usar suas teorias de mudança. Sua posição é de que “diante dos desafios do futuro, essa resistência é inútil, ignorante mesmo, porque apenas retira a universidade do fulcro histórico, tornando-a cada vez menos relevante”.

Os mais otimistas garantem que as universidades sempre existirão, apenas o seu papel irá mudar para o de “certificadoras” do conhecimento obtido. Mas isso não é regra. Há muitos anos que áreas como a Ciência da Computação não têm a excelência centrada nas universidades. Certificações como Microsoft e Cisco têm um valor muito maior no mercado do que cursos universitários da área. E a certificação destes conhecimentos não é realizada por universidades, mas por instituições privadas como a Prometric.

<http://www.prometric.com/>

Neste modelo, os alunos podem frequentar cursos de preparação oficiais, alternativos, bem como estudar em casa e por conta própria. Os materiais estão todos disponíveis na internet. Até mesmo simulados de avaliações e provas anteriores.

Será este o futuro de todas as áreas?

A utilização intensiva da internet, como principal meio ao acesso à educação superior, e não mero suporte, pode ser questionada.

Existe muita dispersão nas atuais redes sociais e se alguém se dedica inteiramente a isso não consegue fazer mais nada durante o dia.

As pessoas estão perdendo o foco e a internet está virando apenas um lugar de diversão e de passar (ocupar) o tempo, na maioria das vezes com coisas que não agregam absolutamente nada e ainda os expõe em demasia (*oversharing*). Ou seja, nada tem a ver com educação e com tudo de bom que se poderia obter das tecnologias quando utilizadas corretamente.

Nossos estudantes ficam mais ignorantes, encontram respostas prontas, textos pasteurizados e realizam muitas cópias de autoria de outros. O lado ético de pesquisar, adaptar e então criar e adotar está sendo substituído pelo simples ato de adotar respostas prontas que não se adaptam exatamente a todos os novos desafios.

Será que as coisas podem mudar?

Claro que sim, mas alguém tem que dar o exemplo (efeito demonstração).

Na Europa a internet está sendo liberada para uso inclusive em provas e exames. É mais um recurso, assim como na vida real (caos criativo). Muitas pessoas associam a palavra caos à desordem ou algo negativo, mas é inadequado, pois até mesmo cientificamente, a criação veio do caos (todas as possibilidades).

A expressão Recursos Educacionais Abertos (REA) ou, em inglês, “Open Education Resource” (OER) virou sinónimo de modernidade. A ideia da educação aberta foi já adotada por centenas de instituições de ensino em todo o mundo, principalmente do ensino superior e de aprendizagem para adultos. Transmitir conhecimentos de forma gratuita parecia uma ideia revolucionária porque fascinava os educadores, interessava os estudantes, assustava as editoras e apresentava desafios às organizações educativas, cuja principal atividade é a venda de conhecimentos produzidos.

<http://www.elearningpapers.eu/index.php?lng=pt&page=volume>

Iniciativas como a “Open Educational Quality Initiative” e o projeto “Testing an Open Education Resource Framework for Europe” (OERtest) tentam conseguir uma mudança cultural a nível do ensino superior e da educação para adultos, com o objetivo de aumentar a aceitação e a transformação educativa através dos REA.

<http://noticias.universia.es/en-portada/noticia/2011/01/11/778527/responsables-universidades-europeas-definen-futuro-cooperacion-docente-via-recursos-compartidos-on-line.html>

<http://www.oer-quality.org>

A Fundação Getúlio Vargas (FVG) foi a primeira instituição brasileira a ser membro do OCW Consortium e rompeu um paradigma tornando-se a primeira instituição do mundo a fornecer um certificado de conclusão para cursos gratuitos.

<http://www5.fgv.br/fgvonline/cursosgratuitos.aspx>

O atual governo brasileiro (Dilma Rousseff) extinguiu a SEED (Secretaria de Educação a Distância), para se adequar aos novos tempos. No Brasil o ensino superior público (presencial ou a distância) é gratuito (tal como ocorre em França) e não há a incidência de propinas.

<http://www.cca.eca.usp.br/noticia/536>

O Uruguai foi o primeiro país do mundo a oferecer gratuitamente um portátil para todos os alunos matriculados nas escolas estaduais primárias, dentro da iniciativa OLPC, através do “Plan Ceibal”.

Em poucos anos eles estarão nas universidades, tal como ocorre em Portugal com os programas e-escolas e e-escolinhas.

<http://www.dignow.org/post/uruguai-dar%a1-notebooks-a-alunos-do-prim%a1rio-160210-41146.html>

<http://blogs.worldbank.org/edutech/evaluating-ceibal>

<http://www.ceibal.edu.uy/>

O repositório institucional da Universidade do Minho, RepositoriUM, foi o serviço de documentação português melhor classificado (11ª posição) no ranking elaborado pela Webometrics Ranking of World Universities (num universo de 589 repositórios).

<http://repositorium.sdum.uminho.pt/>

http://eprints.rclis.org/bitstream/10760/8513/1/BAD_artigo_-_Final.pdf

http://www.comumonline.com/index.php?option=com_content&task=view&id=701&Itemid=78

Segundo Leite (2009), a classificação da Universidade do Minho no ranking das universidades portuguesas, antes da implantação do RepositoriUM (RI da Universidade do Minho), considerando a sua produção científica, estava além do quarto lugar. Hoje, após a implantação do seu RI, ela ocupa o segundo lugar.

Atribui-se ao RI este aumento da visibilidade da universidade, assim como da sua competitividade com outras universidades portuguesas. Portanto, a implantação do RepositoriUM permitiu à Universidade do Minho maior competitividade com as suas congéneres em Portugal.

E o México apresenta o futuro “próximo”, com sinais claros de evolução através “Programa de Educación Superior Abierta y a Distancia”, ou seja, cursos universitários gratuitos e a distância (como também ocorre no Brasil), mas sem limite de vagas.

<http://www.ocwconsortium.org/component/newslinks/newslink/51/378>

http://chiapashoy.com/notashoy/estado_html/3812.html

O mundo mudou. O aluno não é mais o mesmo. A geração Google já nasceu convivendo com as novas tecnologias, (Nicholas, 2007). Vem para a universidade sem limites impostos pelos pais e não quer a escola que aí está.

Inovar em educação é romper com o paradigma que domina a situação educacional, inanição intelectual: Compete-nos fazer avançar, entender e utilizar formas alternativas de trabalhar em classe que quebrem de alguma forma, em algumas situações com o tradicional (repete, memoriza e tira dez), por isso, não basta somente agregarmos a tecnologia a aula, mas ser um auxiliar a emancipar com e por meio de tecnologias nossos professores e alunos para o desenvolvimento social do país (Camas, 2006).

As necessidades atuais não estão mais centradas no acúmulo de conhecimentos. Decorar conteúdos não é mais importante. O foco deve ser a habilidade na resolução de problemas. A Aprendizagem Baseada na Resolução de Problemas (ABRP, do inglês, Problem-Based Learning, PBL) é uma estratégia instrucional centrada no aluno em que estes resolvem problemas de forma colaborativa e refletem sobre suas experiências.

É um método educativo surgido na Universidade de Maastricht, e com maior implementação na Universidade McMaster, baseada nas teorias educacionais de Jean Piaget, John Dewey, Lev Vygotsky e Paulo Freire, entre outros.

A forma de aprender também não é mais a mesma e é previsível uma profunda transformação nos processos didáticos, seja no modo de gerar e/ou de transmitir conhecimentos. Mas alguns professores continuam tentando ensinar como faziam no século XX, ou pior, XIX. Muitos deles são como imigrantes digitais em comparação com os alunos que já foram criados neste mundo virtual.

Entretanto, as universidades portuguesas vão perdendo tempo, viradas para dentro da sua autonomia e numa situação aparentemente confortável. E correm riscos inevitáveis: o subfinanciamento do estado; a crescente ingovernabilidade estratégica e consequente perda de competitividade; a diminuição do número de alunos e as suas consequências no financiamento; a desadequação das formações e consequente perda de relevância social e de prestígio; a constituição do Espaço Europeu de Ensino Superior (EEES); e a competição da educação transnacional (Costa, 2004).

É preciso que se reflita sobre o facto de que o uso da tecnologia é de responsabilidade dos indivíduos, e estes, só serão capazes de utilizá-la para trazer benefícios à sociedade se forem educados para tal.

Em tempos de partilha de conteúdos como uma das vitrinas de maior exposição mundial (não praticada por nenhuma instituição nacional), onde os cursos oferecidos desta forma inicialmente não ofereciam diplomas ou certificações, algumas instituições seguem o caminho inverso (universidades edX: MITx, HarvardX, BerkeleyX, UTx) dando “amostras grátis” e cursos completos com certificação para conquistar clientes...

<https://www.edx.org/>

Estamos diante de todas as possibilidades (caos criativo) e se não pudermos inovar com nossas “próprias pernas”, podemos ao menos observar as boas práticas (de outras universidades e de outros professores), adaptá-las e adotá-las.

Dessa forma, poderemos enfim observar o poder do efeito demonstração e vencer as forças da inércia, dos preconceitos e do imobilismo.

O efeito demonstração não é uma panaceia (solução para todos os problemas) mas pode colaborar e contribuir para que aqueles (professores) que estejam comprometidos, interessados e dispostos em mudar vejam experiências bem-sucedidas como modelo e inspiração para sua própria transformação.

Contudo para aqueles que se mantiverem à margem do processo, a experiência não terá efeito algum e ainda será alvo de críticas ou questionamentos.

Não se pode virar partidário de uma ideia sem ter noção da mesma, assim como é impossível criticar sem conhecer. Entrar “desarmado” no processo é fundamental.

Em tempos onde todas as universidades podem parecer ser (na internet) o que bem entenderem, onde as ofertas de cursos através do *e-learning* se multiplicam de forma exponencial e onde o EEES pasteurizou e uniformizou os conteúdos, tornando iguais os cursos diferentes, como se destacar no caos?

Qual a perfeita ligação para não entrarmos na banalidade de ofertas semelhantes?

A resposta vem da própria pergunta e vale para qualquer empreendimento, inclusive educativo, que queira sobressair e/ou iniciar um novo ciclo de vida: inovar, encontrar um conceito certo, estabelecer um diferencial de mercado.

Um novo desafio se apresenta para a Universidade dos Açores que tem que se adaptar como suas congéneres, para sobreviver - independente do subfinanciamento crónico por via do orçamento de Estado, protocolos de apoio do Governo Regional dos Açores às suas despesas de funcionamento ou mesmo aumento das propinas.

Situação Atual

“Nosso maior erro é fazer sempre as mesmas coisas e esperar resultados diferentes.”
(Albert Einstein)

A Universidade dos Açores é uma instituição de ensino superior pública portuguesa que depende do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. Localizada na Região Autónoma dos Açores (RAA), foi criada em 1976, com o objetivo de fomentar o desenvolvimento sustentado da região. Possui uma estrutura tripolar, com sede na cidade de Ponta Delgada (Ilha de São Miguel) e polos nas cidades de Angra do Heroísmo (Ilha Terceira) e Horta (Ilha do Faial).

http://pt.wikipedia.org/wiki/Universidade_dos_A%C3%A7ores
http://www.uac.pt/historia_e_missao

O estabelecimento da universidade ocorreu em um período de autonomia política relacionado aos movimentos separatistas que se desenvolveram na segunda metade do ano 1975. Os eventos que se seguiram ao 25 de abril criaram condições para a formação de uma instituição do género no arquipélago. Devido à desordem académica, que forçou o fechamento de muitas universidades, muitas famílias ricas enviaram seus filhos para concluírem seus estudos nos Estados Unidos e no Canadá. Foi durante esse período pós-revolucionário que a ideia de criar uma instituição local de educação superior foi debatida. Um pequeno grupo de académicos e da elite açoriana exploraram alternativas para reduzir custos e trajetos, bem como a centralização do governo nacional. Na época, o governo central sugerira a criação de um Centro Universitário, mas o então presidente da Junta Regional, o general Altino Pinto de Magalhães, recusou a proposta porque sabia que a comunidade açoriana aceitaria apenas uma instituição com a denominação de universidade.

Por intermédio do despacho n.º 414/75, de 14 de outubro, do Ministro da Educação e Investigação Científica, foi constituído um grupo de trabalho para estudar a criação de uma instituição de ensino superior nos Açores.

E por meio do decreto-lei n.º 5/76, de 9 de janeiro, e num contexto de regionalização de educação superior, visando dotar as diversas zonas do país de unidades de ensino, pesquisa, desenvolvimento cultural e serviços comunitários, foi criado o Instituto Universitário dos Açores, Crespo (1993).

<http://dre.pt/pdf1sdip/1976/01/00700/00230024.pdf>

Em 1980, através do decreto-lei n.º 252/80, de 25 de julho, e já no contexto da autonomia político-administrativa da Região Autónoma, o Instituto Universitário dos Açores foi transformado em Universidade dos Açores.

<http://www.alra.pt/estat.pdf>
<http://dre.pt/pdf1sdip/1980/07/17000/18601861.pdf>

A universidade está organizada por uma lógica de departamentos e escolas, teoricamente vocacionados para o ensino e a investigação e tem presentemente cerca de 6195 alunos, 478 docentes e 234 funcionários. Nos últimos anos tem buscado cimentar o seu papel na formação e na investigação de nível superior. É em simultâneo uma instituição decisiva para o desenvolvimento dos Açores, com intervenção incontornável na área económica, na estruturação do território e com relação às características próprias da região (economia do atlântico, pescas, produção biológica, sismologia, vulcanologia, etc.).

Atualmente, 95% do corpo docente tem doutoramento que a torna numa das universidades portuguesas com maior percentagem de docentes universitários doutorados e que traduz-se em grande número de parcerias e projetos conjuntos com outras instituições universitárias e de investigação científica.

http://www.uac.pt/noticia/jorge_medeiros_organizar_a_universidade

Por outro lado, a universidade tem características que acentuam a gravidade dos efeitos da política de subfinanciamento crónico do ensino superior. É o caso da sua tripolaridade, característica essencial e, ao mesmo tempo, insuficiente para sua integração na RAA. O seu desenvolvimento tem exigido investimentos em infraestruturas, acrescido aos custos da insularidade. Neste cenário, os cortes aplicados ao seu orçamento, aliado aos anos de subfinanciamento e a aplicação da chamada “lei dos compromissos” impede a sua gestão em termos normais e põe em causa o futuro da instituição.

A universidade, que até o ano de 2011 recebia reforços a meio do ano para remediar o subfinanciamento inicial, sofreu ainda um corte de 8% em seu orçamento. Trata-se de montantes que são em ambos os casos da ordem dos 1200 milhões de euros, num total de 2400 milhões. E o duodécimo recebido mensalmente pela universidade do orçamento do estado (cerca de 975 mil euros) está aquém do necessário para as despesas correntes básicas (cerca de 1300 milhões), sendo o diferencial suportado pelo valor das propinas.

<http://www.pcp.pt/situa%C3%A7%C3%A3o-financeira-da-universidade-dos-a%C3%A7ores>

Ao mesmo tempo avolumaram-se os casos de dificuldades económicas dos estudantes e a universidade optou pelo não aumento de propinas, permitindo soluções flexíveis de pagamento (aumentando de 10 para 15 o número de prestações mensais) no esforço de liquidação das dívidas dos estudantes à academia. Dessa forma, buscou-se por um lado permitir a manutenção dos estudantes na instituição e por outro recuperar os valores a que se vê obrigada a lançar mão dada a situação de subfinanciamento crónico.

<http://expresso.sapo.pt/ensino-superior-universidade-dos-aco-res-decidu-nao-aumentar-as-propinas=f727872>
<http://expresso.sapo.pt/ensino-superior-universidade-dos-aco-res-aumenta-numero-de-prestacoes-do-plano-de-recuperacao-de-propinas=f759342>

Diante de sua insuficiência financeira a universidade tem procurado outras fontes de recursos para garantir a complementaridade de suas necessidades e dessa forma a sua sustentabilidade.

Entre os anos de 2005 e 2007, mais de 800 mil euros foram despendidos pelo Governo Regional apenas no apoio ao funcionamento das seis unidades de investigação e desenvolvimento, possibilitando o recrutamento de técnicos de gestão, suporte de custos com missões e consultores, aquisição de consumíveis necessários às tarefas laboratoriais e de secretariado e contratação de diversos serviços externos. Com este financiamento, já ascendiam a mais de 1,8 milhões de euros os apoios totais atribuídos às despesas de funcionamento da Universidade dos Açores.

Segundo João Luís Gaspar (Diretor Regional da Ciência e Tecnologia, 20/11/2007) esta iniciativa era “essencial para a consolidação das principais unidades de investigação do Sistema Científico e Tecnológico Regional” e tinha sido aplicada pela primeira vez nos Açores.

<http://www.azores.gov.pt/Portal/pt/temas/cidadao/Ci%C3%Aancia+e+Tecnologia/Governo+apoia+funcionamento+de+centros+de+investiga%C3%A7%C3%A3o+da+Universidade+dos+A%C3%A7ores+em+mais+de+800+mil.htm?mode=category&lang=pt&area=c>

Nos anos subsequentes estes apoios foram estruturados pelo Fundo Regional da Ciência e Tecnologia (FRCT), através de diversas medidas.

<http://frct.azores.gov.pt/>
<http://idia.azores.gov.pt/>

- Medida 09.1.1
Protocolo de apoio às despesas de funcionamento da UAç.
- Medida 10.1.1
Apoio à expansão, remodelação ou construção de infraestruturas do Ensino Superior.
- Medida 10.2.1
Equipamento ou reequipamento de infraestruturas do Ensino Superior.
- Medida 10.3.1
Apoio à expansão, remodelação e construção de infraestruturas da rede de residências e cantinas do Ensino Superior.

<http://www.azores.gov.pt/Gra/sctr/menus/secundario/esuperior/>

Carlos César (Presidente do Governo Regional, 01/06/2012) afirma que “o Governo da República abandonou a Universidade dos Açores”, em virtude não só da “exiguidade de verbas que transfere para o seu funcionamento”, mas também por que tem sido “uma entidade absolutamente ausente no financiamento dos seus investimentos.”

<http://www.azores.gov.pt/Portal/pt/entidades/pgra/noticias/Carlos+C%C3%A9sar+diz+que+Governo+da+Rep%C3%BAblica+abandonou+a+Universidade+dos+A%C3%A7ores.htm>

Exemplos concretos desse abandono foram os investimentos realizados no campus de Angra do Heroísmo e no Departamento de Oceanografia e Pescas, na Horta, onde o Governo Regional, através dos fundos comunitários, apoiou os investimentos, num valor de mais de dez milhões de euros (4,2 milhões de euros na Horta, 5,8 milhões de euros em Angra do Heroísmo e mais 150 mil euros em outros equipamentos laboratoriais).

O apoio anual do Governo Regional à Universidade dos Açores, atualmente se encontra na ordem dos 342 mil euros. Além disso, o Governo Regional mantém diversos tipos de apoio à academia açoriana, quer para projetos de investigação, quer por via de prestação de serviços e protocolos, designadamente com o SIVISA e a Proteção Civil.

Mas este parece ser apenas um paliativo porque os apoios que a UAç recebe do Governo da República são inferiores aos seus custos de funcionamento.

As contas da Universidade dos Açores nos anos de 2010, 2011 e primeiro trimestre de 2012 estiveram no vermelho. Mas, atualmente mantém-se numa “situação razoável”, devido à obtenção de “algumas receitas”, no âmbito do Programa Operacional dos Açores para a Convergência (PROCONVERGÊNCIA), participado pelo fundo estrutural FEDER, para o período de programação 2007-2013, que serviram “para saldar algumas dívidas”.

A UAç candidatou-se a fundos no valor de um milhão e oitocentos e quarenta mil euros, financiados a 85%. Os restantes 15% têm de ser suportados pela instituição, o que perfaz um total de 230 mil euros. Isso só foi possível porque foi aprovado este empréstimo. Apesar da crise, a academia não aumentou as propinas, mas quer receber os valores das prestações em atraso, que podem chegar a meio milhão de euros.

As palavras de José António Cabral Vieira (Vice-Reitor para a área Administrativa, 01/10/2012) vão além e sugerem não apenas candidaturas pontuais, mas um compromisso:

“...é bom não esquecer que vivemos numa região ultraperiférica, que a universidade é tripolar, com custos acrescidos significativos, e o próprio sistema de ensino não se ajusta facilmente. Não se pode fechar um curso de um ano para o outro, e se for preciso fazê-lo é necessário haver períodos transitórios. Além disso as universidades são mão-de-obra intensiva. As aulas dão-se com professores. Não se pode estar constantemente a prescindir de recursos humanos, mas tem de haver verbas para garantir os salários. Por isso, mesmo no âmbito de um contrato-programa, o Governo Regional dos Açores deve olhar para a universidade açoriana com um financiamento extra. Isso é muito importante para o funcionamento da universidade e para continuar a dar um contributo para o desenvolvimento da região”.

<http://www.correiodosacores.net/view.php?id=41032&poll=14&resposta=2>

Nos Açores, o Governo Regional, “vai continuar a apoiar instituições como a UAç, no âmbito e no quadro das finanças públicas regionais”, para que a academia açoriana possa continuar a melhorar o seu papel pró-ativo na sociedade e garantir soluções científicas para os problemas específicos da região.

<http://www.azores.gov.pt/Portal/pt/entidades/pgra-gacs/noticias/Governo+apoia+Universidade+dos+A%C3%A7ores+como+parceiro+crucial+para+desenvolvimento+regional.htm>

Aliado à crescente dependência que se cria em relação ao Governo Regional, com a consequente perda de autonomia académica e independência que este facto pode gerar, os recursos do PROCONVERGÊNCIA dependem do FEDER que por sua vez são originários da UE, ou seja, permanecem sendo recursos públicos, relacionados a fundos estruturantes que além de não serem para sempre, deveriam ser direcionados para criar estruturas e não ao pagamento de salários e despesas de funcionamento, principais demandas da UAç.

Por outro lado, ao mesmo tempo que a UAç sobrevive a custa do subfinanciamento do estado português e das verbas da UE (recursos públicos), pouco ou mesmo nada se percebe de retorno às comunidades, àqueles que através de seus impostos geraram estes recursos. Os tais “serviços comunitários” previstos na criação do Instituto Universitário dos Açores. E esta observação se refere a serviços sem fins lucrativos, mas gratuitos. Afinal cobrar um produto e/ou serviço de quem o mantém e sem dar nada em troca não parece ser algo lógico, mas é o que efetivamente ocorre. Deveria haver uma contrapartida obrigatória, ações de extensão universitária, algo a ser oferecido gratuitamente às comunidades.

Certamente a universidade necessita sair da inércia e obter outras fontes de recursos para garantir sua sustentabilidade e sobrevivência. Mas antes disso necessita fazer a “lição de casa”, em diversos setores o que inclui a falta de gestores profissionais com formação em gestão, o combate ao incentivo “nacional” à ganância em detrimento da poupança (recursos devem ser totalmente “consumidos” no orçamento do mesmo ano) e a falta de um gabinete de crise, ou seja, uma equipa centrada na solução de problemas e apoio a novos projetos...

Diante do quadro de dificuldades a instituição não se mostra sensível ou mesmo comprometida com a busca de soluções heterodoxas que, poderiam se constituir em opções de crescimento fora de suas instalações físicas.

Desde o início da falência do Governo Republicano (com o advento das propinas através da lei nº 37/2003, de 22 de agosto), não foram identificadas outras fontes de recursos diversas do Governo Regional e ações da Fundação Gaspar Frutuoso.

A proliferação das fundações privadas de apoio às universidades públicas decorreu de uma estratégia de sobrevivência destas instituições que buscaram, dessa forma, um instrumento para ultrapassar (burlar) as limitações legais e assegurar recursos suficientes para sua manutenção e desenvolvimento.

Ao mesmo tempo que tais instrumentos proporcionavam uma maior facilidade na gestão patrimonial, financeira e de recursos humanos também facilitavam as disfunções, como dispersar (desviar) os recursos recebidos sem a devida (correta) prestação de contas e proporcionar a docentes servidores públicos, em regime de tempo integral, a acumular funções docentes e não-docentes o que inclui cargos administrativos e trabalhos de assessoria e/ou consultoria, incompatíveis com o regime de dedicação exclusiva que deveria vedar a estes o exercício de qualquer outro cargo ou emprego público ou privado.

Essa “autonomia às avessas” significou também um perigoso distanciamento das instituições do ambiente de controlo propiciado pela contabilidade pública e pelo trânsito dos recursos públicos.

A extinção do regime de fundações para as universidades e a criação de um novo sistema de autonomia reforçada procura corrigir as distorções verificadas.

<http://www.dllm.uac.pt/uploads/documentos/b19f3c6ecb196f30752ba7b592c4e093a38cff62.pdf>
<http://expresso.sapo.pt/universidades-desconheciam-extincao-das-suas-fundacoes=f744419>

Cabral (2012) reconhece o papel da universidade e as dificuldades enfrentadas, ao mesmo tempo em que aponta os desafios futuros, dúvidas e questões relacionadas que os próprios açorianos também parecem ter dúvidas:

“É inegável que a Universidade dos Açores constitui, hoje, o motor regional do conhecimento, da investigação e da formação. A academia açoriana tem dado um contributo impagável à fixação de jovens e à qualificação dos nossos recursos humanos (90% dos seus alunos são açorianos). Sendo uma instituição estratégica no nosso modelo autonómico, a região não pode voltar as costas aos problemas da Universidade dos Açores, sem menosprezar a sua autonomia académica. E os problemas, pelo que vamos assistindo, são graves. Começando pelo seu financiamento, a universidade vai perder no próximo ano mais de meio milhão de euros nas transferências do Estado e vai ter que pagar, a breve trecho, 400 mil euros de um empréstimo contraído ao Ministério das Finanças. Certamente que a região não deixará que problemas de subfinanciamento afetem o funcionamento e a qualidade da Universidade, mas a nossa academia também terá que fazer um esforço para se reestruturar e adaptar-se à nova realidade deste tempo.”

“É preciso que a Universidade dos Açores se envolva mais com a sociedade, a fim de percebermos e nos envolvermos no apoio ao seu funcionamento. A Universidade deveria esclarecer, a todos nós contribuintes, qual a estratégia que pretende assumir para a sua sobrevivência e como resolve inúmeros problemas de gestão - exploração e investimentos - para os quais só se ouvem interrogações e grandes preocupações.

São muitas as questões que a UAç deveria esclarecer publicamente e explicar, serenamente, do que precisa para resolvê-las.”

<http://www.correiodosacores.net/index.php?mode=noticia&id=41492>

Propõe uma lista de questões:

- A UAç tem uma estratégia a curto ou longo prazo para o seu funcionamento? Qual? Como vai aplicá-la?

- O "Plano Estratégico de Desenvolvimento da UAç para o período 2012-2015" que encomendou está a ser aplicado? Com que resultados?

- Os problemas financeiros da UAç são de exploração ou de investimento?

- Quanto custa a tripolaridade? Ela está adaptada a esta situação de restrições? Há ou não sobreposições nos 3 polos?

- A construção do novo polo de Angra está na base dos problemas financeiros da UAç? Em que dimensão e que erros se cometeram?

- Quais são os resultados das inúmeras investigações das várias unidades orgânicas? Elas geram receitas?

- É verdade que as verbas destinadas aos projetos de investigação são desviadas para pagar custos fixos?

- Como e onde são aplicadas as verbas do IMAR e da Fundação Gaspar Frutuoso?

- A UAç tem recorrido a parcerias com empresas e ao financiamento europeu?

- É verdade que há professores que não trabalham, mas recebem o ordenado no fim do mês?

- É verdade que foram organizados cursos apenas para não dispensar professores?

- A UAç tem cursos a mais? Estão todos adaptados ao mercado de trabalho ou está-se a formar jovens para o desemprego certo?

- Há alunos que estão a abandonar a universidade porque não lhes resolvem os problemas e até são obrigados a comprar materiais para os seus trabalhos?

- É verdade que a maioria dos alunos que ingressam na UAç é oriunda de famílias com menores rendimentos? Metade dos matriculados recorre a bolsas? Que respostas a UAç dá a estes alunos em dificuldades?

- As várias unidades orgânicas da UAç são tratadas por igual ou as que melhor gerem os seus departamentos são incentivadas e premiadas? E aos que gerem mal, o que acontece?

"Estas são apenas algumas das preocupações do cidadão comum. Este contexto de restrição orçamental não pode servir de desculpa para entraves tradicionais que impedem a melhoria dos índices de desempenho da nossa universidade.

Há que reformular atitudes, acabar com "capelinhas" (lobbies), dismantelar teias instaladas e impor soluções inovadoras e corajosas em toda a atividade académica. Deixar o problema arrastar-se, é pôr em causa a nossa própria autonomia."

Os reflexos do imobilismo são percebidos diante das dificuldades de articulação para participar de chamadas como a FP7-INFRASTRUCTURES-2013-1 que poderiam permitir a obtenção de um backbone de alta velocidade, entre todas as ilhas, conectado à rede GÉAN.

FP7-INFRASTRUCTURES-2013-1
Publication Date: 10 July 2012
Budget: € 39 000 000
Deadline: 05 December 2012 at 17:00:00 (Brussels local time)
OJ Reference: OJ C 202 of 10 July 2012
Specific Programme(s): CAPACITIES
Theme(s): Research Infrastructures

<http://ec.europa.eu/research/participants/portal/page/capacities?callIdentifier=FP7-INFRASTRUCTURES-2013-1>

A falta de atenção e sensibilidade às demandas locais (regionais), que nem sempre significariam custos adicionais (ao contrário, poderiam significar receitas adicionais) têm sido representadas por um longo processo de desinteresse interno dos docentes na adoção efetiva das tecnologias no suporte às suas ações educativas, protocolos de colaboração equivocados, falta de interesse em atender a todas ilhas e abertura de espaços para que as congêneres ocupem o espaço “não desejado”...

A Universidade Aberta (UAb) e a UAç celebraram um protocolo de cooperação.

http://www.uab.pt/web/guest/noticias/-/journal_content/56/10136/2973032

É inevitável que as perspectivas de concretização desse “abraço de urso” em escala regional conduzam a uma etapa de profunda aversão ao risco, baixo investimento e desemprego. E, como é possível observar, esse quadro já se reflete...

Açores: Universidade Aberta abre Centro de Aprendizagem na ilha Terceira.

<http://noticias.sapo.pt/lusa/artigo/ed97f8ed599924a3c73eb8.html>

Nos últimos anos a UAç tem “perdido o comboio” em relação a diversas demandas. E isso se verifica em relação ao *e-learning*; a falta de combate à resistência dos professores na utilização das tecnologias; a falta de atenção à diversidade migratória dos Açores; a falta de suporte aos estudantes em mobilidade; a falta de aproximação dos departamentos que podem ser considerados áreas estanques que pouco se comunicam, disputam entre si e dificilmente colaboram para projetos conjuntos; o não atendimento ao convite de participação ao *OpenCourseWare* (OCW) Universia e a não participação em convocatórias que permitissem melhorar sua infraestrutura, redução dos efeitos da insularidade, efetivação da presença em todas as ilhas (sem a necessidade de novos campus), redução dos custos

de manutenção, aumento de visibilidade, projeção externa e internacionalização através da busca de novos clientes fora de sua área de presença física.

Alguns docentes chegam a declarar a inutilidade de tais tentativas, por verem a universidade refratária ou por lhe atribuírem pouca importância.

Em sua mensagem, o Prof. Jorge Medeiros (Reitor) aponta os desafios da UAç:

“A Universidade dos Açores para se transformar numa verdadeira Universidade do século XXI terá, ela própria, de innovar e de se transformar, de modo a seguir estes novos conceitos introduzidos pela Estratégia Europa 2020. Conceitos esses que vão obrigar a uma nova dinâmica só possível pela introdução de novas estruturas mobilizadoras, novos métodos de trabalho, novas modalidades de relacionamento com a comunidade, novas estratégias nos domínios da produção científica, novas capacidades para mobilizar outros públicos, novos eixos para a transformação social e tecnológica e novas ideias para intervir na sociedade que continua a entender a universidade como o promotor principal da qualificação, da inovação e da criatividade. Nesse sentido, haverá a necessidade de serem atingidos, sinergeticamente, os seguintes objetivos: Inovar, passando necessariamente pela reorganização da estrutura organizativa da Universidade dos Açores, de maneira a adaptá-la a esta nova dinâmica. Projetar, promovendo, através do aproveitamento de todas as capacidades e competências instaladas, a concretização de uma maior abertura à comunidade científica, o fomento da mobilidade dos estudantes, investigadores e professores, a consolidação da internacionalização na formação, na investigação e na transferência de conhecimento e a ampliação das relações com a região, as empresas, as instituições e a comunidade.”

<http://www.uac.pt/mensagem/reitor>

Mas, até o momento, seu discurso não tem passado da retórica à prática.

Só é possível inovar com pessoas que pensam de forma diferente e estão abertas para diferentes propostas e implementações, não necessariamente ignorando o que está estabelecido. Não se obtém resultados diferentes fazendo as mesmas coisas e da mesma maneira.

Oferecer cursos à distância em regime de *e-learning* já não é suficiente para se tornar uma referência ou mesmo sobressair em um EEES, que pasteurizou as ofertas, estimulou a mobilidade e onde um mesmo curso “pago” convive com um idêntico “gratuito”.

Em um contexto de crise e escassez de recursos há que se ter bom senso, realizar a leitura da realidade além do imediatismo, apostando na inovação, criatividade e em soluções menos ortodoxas.

Este relatório corrobora apresentando propostas “abertas”
para uma universidade ainda “fechada”...

Rankings Universitários

“O importante não é aquilo que fazem de nós,
mas o que nós mesmos fazemos do que os outros fizeram de nós.”
(Jean-Paul Charles Aymard Sartre)

A Europa é o berço das universidades, mas tradição não é tudo. As universidades americanas dominam todos os rankings acadêmicos. E o fazem porque não replicam antigas práticas, mas inovam em suas posturas.

Os rankings internacionais estão a obter uma posição de destaque na área educacional. Diversos especialistas e organizações passaram a analisar suas metodologias, questionar os critérios adotados e os efeitos deletérios. Estas classificações têm causado alguns constrangimentos às universidades, mas não podem ser negados os benefícios colaterais resultantes da acirrada competitividade que estão a promover.

Dentre as instituições que se buscaram compreender a mecânica e os efeitos dos rankings, destacam-se os estudos promovidos pela Direção-geral de Investigação e Inovação (DG RTD) da Comissão Europeia, Associação de Universidades Europeias (EUA), Espaço Europeu do Ensino Superior (EHEA), Espaço Europeu da Investigação (ERA), Centro de Ensino Superior (CHE) e Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OECD).

<http://ec.europa.eu/research/>
<http://www.eua.be/>
<http://www.ehea.info/>
<http://ec.europa.eu/research/era/>
<http://www.che.de/>
<http://www.oecd.org/>

Hazelkorn (2011) enfatiza a crescente obsessão em todo o mundo, desde que os rankings se tornaram onnipresentes na década de 1990. O que começou com um exercício acadêmico no início do século 20, nos EUA, converteu-se em um serviço de informação comercial para os estudantes na década de 1980 e veículo de uma corrida por reputação.

O mesmo discurso é adotado por Bourdin (2008), no sentido de que os rankings estão desfrutando de um sucesso considerável e que vários estudos, realizados no exterior, mostravam que eles têm uma influência sobre o comportamento das partes interessadas.

A aparente função dos rankings seria a de orientar os candidatos ao Ensino Superior, mas eles acabam assumindo outra função, a de fomentar a competição entre as próprias instituições, que passam a adotar um comportamento até então comum ao mundo empresarial, ou seja, a concorrência pela eficiência, produtividade e pela legitimidade

pública. Neste sentido, Salmi (2009), comenta os desafios de se criar universidades de classe mundial, ao citar um “...*growing desire to compete for a place at the top of a global hierarchy of tertiary education*”.

O facto é que neste momento, os rankings, realizados por governos, organizações sociais, revistas, jornais e academias, talvez sejam a forma mais disseminada de classificar a excelência institucional e, sobretudo, sua eficácia, sendo este um critério importado dos meios produtivos, que revelaria a capacidade de gestão para alcançar metas estabelecidas ou os resultados propostos.

Os rankings confiam menos em medidas de reputação e muito mais nos indicadores, com base em evidências objetivas. Fernandes & Nunes (2011) apontam que o prestígio tradicional já não detém tanto peso no cômputo final das classificações. Outro problema característico e endémico são as publicações em língua local, como acontece com Portugal, tornando-as impercetíveis nas bases de dados usadas como contadores bibliométricos dos rankings, que buscam publicações, sobretudo, na língua inglesa.

Bowman & Bastedo (2008) ressaltam ainda que as melhorias de posição das universidades nos rankings podem influenciar os resultados de admissão, mas estes efeitos ocorrem principalmente para as universidades classificadas entre as melhores.

Para outras instituições de elite, medidas alternativas de prestígio, como os custos de mensalidades e outras despesas, contribuem mais efetivamente nos indicadores de admissão, que sua posição nos rankings. Assim, os rankings académicos desempenham papel importante na tomada de decisão de alguns alunos, mas outros indicadores de reputação e prestígio influenciam consideravelmente os estudantes.

Segundo dados de 2010 da Comissão Europeia, 33 países tem algum sistema de classificação operado pelo governo, agências de acreditação, organizações de ensino superior, investigação, comerciais ou ainda através dos meios de comunicação social.

<http://ec.europa.eu/research/era/docs/en/areas-of-actions-universities-assessing-europe-university-based-research-2010-en.pdf>

Não faz parte do escopo deste estudo detalhar critérios e metodologias utilizados pelos diversos rankings académicos.

Nesse sentido, apenas foram selecionados os mais destacados, para que se possa perceber a presença ou não da UAç bem como das congéneres nacionais, sem pretender contribuir com o debate em torno desse irresistível fenómeno, humano antes de ser institucional, que são as classificações e comparações entre os melhores e os piores.

- Academic Ranking of World Universities
World Top 500 Universities (2012)

<http://www.shanghairanking.com/index.html>

O Academic Ranking of World Universities (ARWU) divulgou em 15/08/2012 a versão 2012 do Shanghai Ranking, realizado anualmente desde 2003 pelos investigadores do Center for World-Class Universities of Shanghai Jiao Tong University (CWCU).

Este ranking distingue as 500 universidades que mais se destacaram em termos de desempenho académico, em determinados critérios que são considerados. Seu propósito inicial era medir a distância entre as universidades chinesas e as de “classe mundial”.

A revista *The Economist* (08/09/2005), o considerou como “coerente e transparente”, contudo, os ministros da Educação da França, Noruega e Dinamarca visitaram a Jiaotong University no ano de 2010 a fim de discutir e encontrar formas de melhorar este ranking.

http://www.economist.com/node/4339960?story_id=4339960

http://en.wikipedia.org/wiki/College_and_university_rankings

<http://www.google.com/hostednews/afp/article/ALeqM5iRZa8sEaUU6pF1XciGgXCAbfQBA>

Andler (2011) detalha sua metodologia e aponta uma série de fragilidades. Entre outros critérios, o ARWU inclui números de artigos publicados pelas revistas *Nature* ou *Science* e número de prémios Nobel, além de medalhas Fields em Matemática. Uma das principais críticas à metodologia deste ranking é que ele está inclinado às ciências naturais e revistas científicas de língua inglesa, sobre outros assuntos. Ele não mede a qualidade do ensino ou a qualidade na área de humanidades.

<http://www.shanghairanking.com/ARWU-Methodology-2012.html>

Segundo Bourdin (2008) no relatório nº 442 do Senado francês, o ranking em questão pode ser visto como um sintoma do gosto chinês pela ordenação e classificação, pois nele, “tudo está em um lugar definido, em uma hierarquia especial, inserida em outra hierarquia de nível superior”. Também reflete um desejo político em participar da definição de normas globais (p. 37). Neste propósito, o relatório também enfatiza que pretende se tornar uma ferramenta universal de comparação, não só das instituições, mas entre países.

O método de classificação da Universidade de Xangai é baseado na vontade de usar indicadores objetivos, a partir de fontes externas às universidades e verificáveis por todos, o que limita sua série de indicadores, que apenas se referem à investigação, sem qualquer consideração sobre o ensino e as oportunidades profissionais.

Pelo décimo ano consecutivo, a Universidade de Harvard (Harvard University) permanece sendo a número um.

Os Estados Unidos ainda predominam na lista com 17 universidades entre as 20 melhores e 53 entre as Top 100. As instituições de ensino superior da Ásia obtiveram um desempenho melhor nesta edição: a University of Tokyo aparece em 20º lugar e a China (incluindo Hong Kong e Taiwan) vem com 42 universidades entre as 500 melhores, ultrapassando os britânicos. O Reino Unido ainda tem 38 instituições entre as melhores, mas caiu duas posições entre as Top 100 em relação a 2011.

Portugal aparece neste ranking com a participação de 7 instituições: Universidade Católica Portuguesa (UCP), Universidade de Aveiro (UA), Universidade de Coimbra (UC), Universidade do Minho (UM), Universidade de Lisboa (UL), Universidade Técnica de Lisboa (UTL) e Universidade do Porto (UP).

Universidade Católica Portuguesa

A UCP está listada, o que significa que participou efetivamente nas dez edições mas seus índices ficaram aquém das 500 universidades melhor avaliadas.

<http://www.shanghairanking.com/Institution.jsp?param=Catholic%20University%20of%20Portugal>

Universidade de Aveiro

A mesma condição pode ser percebida com relação à UA.

<http://www.shanghairanking.com/Institution.jsp?param=University%20of%20Aveiro>

Universidade de Coimbra

A mesma condição pode ser percebida com relação à UC.

<http://www.shanghairanking.com/Institution.jsp?param=University%20of%20Coimbra>

Universidade do Minho

A mesma condição anterior pode ser percebida com relação à UM.

<http://www.shanghairanking.com/Institution.jsp?param=University%20of%20Minho>

Universidade de Lisboa

A UL participou de todas as edições do ranking e apenas em 2006 não esteve entre as 500 melhores. Seu melhor desempenho foi no ano de 2003 quando ficou entre as 400. No ranking internacional ela ocupa a posição 401-500 e no ranking nacional a posição 2-3.

<http://www.shanghairanking.com/Institution.jsp?param=University%20of%20Lisbon>

Universidade Técnica de Lisboa

A UTL participou de todas as edições do ranking mas apenas na edição atual ela conseguiu figurar entre as 500 melhores. No ranking internacional ela atualmente ocupa a posição 401-500 e no ranking nacional a posição 2-3.

<http://www.shanghairanking.com/Institution.jsp?param=Technical%20University%20of%20Lisbon>

Universidade do Porto

A UP participou de todas as edições do ranking, mas apenas a partir de 2007 ela figurou entre as 500 melhores. Desde 2011 ela figura entre as 400. No ranking internacional ela atualmente ocupa a posição 301-400 e no ranking nacional a posição 1.

<http://www.shanghairanking.com/Institution.jsp?param=University%20of%20Porto>

O ranking nacional entre as universidades participantes coloca a UP como melhor universidade portuguesa, seguida de UL e UTL empatadas. A fusão destas duas instituições deve se refletir nas próximas edições, pois se deu com o intuito assumido de obter a dimensão crítica para competir no mercado globalizado do ensino superior e da ciência

<http://www.shanghairanking.com/Country2012Main.jsp?param=Portugal>
<http://www.ul-utl.edu.pt/>

A Universidade dos Açores nunca foi classificada nesse ranking.

- Times Higher Education World University Rankings
Top 400 Universities (2012/2013)

<http://www.timeshighereducation.co.uk/world-university-rankings/>

Publicado desde 2004 pela Times Higher Education (THE), este ranking dispõe atualmente uma lista hierarquizada de 700 universidades, classificadas em duas grandes categorias, por regiões continentais e por cinco grandes áreas do saber. Sua diferença em relação ao ranking da Universidade de Xangai, é que este não é baseado somente na avaliação da investigação, mas também do ensino. Também não se fundamenta apenas em fatores objetivos, como o da Universidade de Xangai, pois considera as opiniões de profissionais sobre a reputação das instituições de ensino superior.

Para fomentar a credibilidade de seu ranking, que originalmente atribuía grande peso às avaliações de pares, a Times, a partir de 03/06/2010, trocou o parceiro Quacquarelli Symonds (QS) - que criou seu próprio ranking - pela Thomson Reuters e passou a adotar nova metodologia, com treze indicadores, projetados para capturar ampla gama de atividades, desde ensino, investigação e transferência de conhecimento. O método anterior, pautado na reputação das instituições de ensino superior equivalia a 40% da pontuação geral mostrou-se falho, incluindo o painel muito pequeno de consultoria. Uma sequência de amplas consultas atualizou os seus critérios, e o novo parceiro, Thomson Reuters - que produz o Science Citation Index - agregou ao ranking da Times a reputação que usa em parte dos seus outros estudos, além de outros aspetos como bibliometria e a internacionalização do ensino.

http://en.wikipedia.org/wiki/Times_Higher_Education%E2%80%9393QS_World_University_Rankings

Pelo segundo ano consecutivo, o Instituto de Tecnologia da Califórnia (California Institute of Technology), usualmente conhecido como Caltech, permanece sendo o número um enquanto a Universidade de Harvard (Harvard University) ocupa a quarta posição. A virada aconteceu em 2011 quando o Caltech conseguiu tirar a mais antiga instituição dos Estados Unidos do topo da lista pela primeira vez em oito anos.

<http://www.timeshighereducation.co.uk/world-university-rankings/2011-12/world-ranking>
<http://www.timeshighereducation.co.uk/world-university-rankings/2010-11/world-ranking>

Fundado em 1891, o Caltech tem seis divisões acadêmicas com forte ênfase em Ciência e Engenharia. Com uma proporção de três alunos para cada professor, 31 de seus investigadores já ganharam o prémio Nobel. Além disso, muitos membros do corpo docente são associados a instituições como a Howard Hughes Medical Institute (HHMI) e a NASA.

Este instituto localizado em Pasadena, a 11 quilómetros de Los Angeles, tem cerca de 900 alunos de graduação e 1.200 de pós-graduação, mas um trunfo que suplantou Harvard: investimento em investigação.

Portugal aparece neste ranking com a participação de 3 instituições: Universidade de Aveiro (UA), Universidade do Minho (UM) e Universidade do Porto (UP).

Universidade de Aveiro

A UA aparece na posição 351-400. Seus escores mais baixos estão nas áreas da educação e investigação (áreas “fim” da universidade) e os escores mais altos em número de citações e perspectivas internacionais.

<http://www.timeshighereducation.co.uk/world-university-rankings/2012-13/world-ranking/institution/aveiro-university>

Universidade do Minho

A UM aparece na posição 351-400. Seus escores mais baixos estão nas áreas da educação e investigação (áreas “fim” da universidade) e os escores mais altos em número de citações e perspectivas internacionais.

<http://www.timeshighereducation.co.uk/world-university-rankings/2012-13/world-ranking/institution/university-of-minho>

Universidade do Porto

A UP aparece na posição 351-400. Seus escores mais baixos estão nas áreas da investigação e educação e (áreas “fim” da universidade) e os escores mais altos em número de citações e perspectivas internacionais.

<http://www.timeshighereducation.co.uk/world-university-rankings/2012-13/world-ranking/institution/university-of-porto>

Dentre as três universidades nacionais, tecnicamente empatadas, a Universidade do Porto é a que apresenta os escores mais altos nas áreas fim (e não meio) da instituição, ou

seja, o ensino (26,2%) e a investigação (21,1%). Este dado confirma a posição do ranking anterior e coloca a UP como melhor universidade portuguesa.

A Universidade dos Açores nunca foi classificada nesse ranking.

- QS World University Rankings
World Top 700 Universities (2012/2013)

<http://www.topuniversities.com/university-rankings>

O Times Higher Education - QS World University Rankings é um ranking das 700 melhores universidades do mundo, publicado pelo Times Higher Education. O QS utiliza critérios como o desempenho dos alunos e dos docentes, reputação académica, do empregador, citações por faculdade.

<http://www.topuniversities.com/university-rankings/world-university-rankings/2012>

Portugal não tem universidades presentes neste ranking, apenas são referenciadas no sítio todas as instituições nacionais, bem como acontece com os demais países.

A Universidade dos Açores é apenas listada nesse ranking.

<http://www.topuniversities.com/institution/university-azores>

Outros rankings...

http://en.wikipedia.org/wiki/College_and_university_rankings

- G-factor
- Global University Ranking
- HEEACT - Ranking of Scientific Papers
- High Impact Universities: Research Performance Index
- Human Resources & Labor Review
- ISI Web of Knowledge
- Leiden Rankings
- Performance Ranking of Scientific Papers for World Universities
- U-Multirank
- Webometrics Ranking of World Universities

Não estar presente nestes rankings pode ou não ter significados internos, mas o certo é que a Universidade dos Açores não despreza as possibilidades mercadológicas quando localiza alguma referência:

UAç entre as melhores instituições de investigação

<http://www.uac.pt/noticia/uac-entre-as-melhores-instituicoes-de-investigacao>

“A Universidade dos Açores (UAç) surge entre as 3290 instituições de investigação científica do mundo que conseguiram ver publicados pelo menos 100 trabalhos em revistas/jornais de renome internacional, indexadas em bases de dados internacionais, entre 2006 e 2010. A avaliação feita pelo SCImago Research Group coloca a Universidade dos Açores na posição 2842, ou seja quatro lugares acima da posição conseguida no ranking divulgado no ano passado, apesar de este ano a lista incluir mais 248 instituições. Para Armindo Rodrigues, pró-reitor da Universidade dos Açores, o SCImago Institutions Rankings (SIR) mostra que “a Universidade dos Açores é considerada e compete no mesmo patamar”. “Independentemente da posição em que estamos, estamos no mesmo barco de qualquer instituição de investigação científica”, repara Armindo Rodrigues. Isto acontece, sublinha o pró-reitor, apesar de as universidades estarem, à partida numa posição mais desfavorável em relação a institutos de investigação vocacionados exclusivamente para a investigação, isto porque as universidades têm um leque de áreas científicas, como as das Humanidades, que não estão vocacionadas para a produção científica, e têm, além disso, de se dedicar à docência. Por outro lado, também as universidades/instituições mais pequenas partem em desvantagem. Como explica Armindo Rodrigues, “este ranking tem muito que ver com o número absoluto de publicações” e “uma instituição pequena não pode produzir o volume de trabalhos que uma instituição com dez ou 20 vezes mais investigadores”. Defende, por isso, que deveria ser considerado um rácio entre o número de trabalhos científicos e o número de investigadores da instituição. Apesar destas desvantagens, o pró-reitor sublinha que, nos últimos 10 anos, há cinco vezes mais produção científica na Universidade dos Açores. Em 2002, a UAç publicou 36 artigos, em 2009 publicou 138, e em 2011 139, adiantou o pró-reitor que prevê que, em 2012, se ultrapassem os 150.

Critérios avaliados. O SIR World Report 2012 tem em consideração o número de artigos, o índice de colaborações internacionais, índice de liderança, índice de excelência, índice do impacto normalizado, índice da elevada qualidade das publicações e índice de especialização. Quanto ao número de artigos, a Universidade dos Açores passou de 505 artigos publicados em 2011 para 689 em 2012 - uma subida considerada “significativa” por Armindo Rodrigues. Já as colaborações internacionais (trabalhos feitos em colaboração com outras equipas de outras universidades de outros países) - têm baixado (de 61,8% passou para 58%); subindo em compensação (aumento de 12%) o índice da liderança, porque o primeiro autor de cada um dos trabalhos publicados passou a ser em maior número da Universidade dos Açores. Também o índice da excelência aumentou - “10% dos artigos que nós produzimos, conseguimos publicar nos melhores jornais/revistas a nível mundial”, explica o pró-reitor. Quanto ao índice do Impacto Normalizado - “que tem a ver com o fator de impacto de todos os jornais - estamos na média internacional”, adianta Armindo Rodrigues. Nos índices da “elevada qualidade das publicações” e da especialização “baixamos ligeiramente”. “Penso que (a redução do índice referente à qualidade das publicações) estará relacionada com o facto de publicarmos mais e, por essa razão, nem tudo é publicado nas melhores revistas - embora sejam todas de renome internacional (passou-se de 56 para 53%). Já a

diminuição da especialização, por sua vez, deverá estar relacionada com o facto de “tradicionalmente a UAç ter uma forte produção científica nas áreas das ciências biológicas - pelo Departamento de Oceanografia e Pescas, Departamento de Biologia, Centro de Investigação e Tecnologia Agrária dos Açores e Centro de Biotecnologia dos Açores; mas ultimamente existirem outras áreas que começam a publicar nestas revistas” - é o caso da Escola da Enfermagem, e da área das Ciências Sociais”.

- SCImago Institutions Rankings
SIR World Report 2012

<http://www.scimagoir.com/>

Percebe-se nos rankings a ausência de universidades russas dentre as globais, mesmo com seu histórico nas Ciências Espaciais e da Física Nuclear. Isto seria uma consequência do reduzido volume de publicações em revistas indexadas, uma vez que as publicações e volume de citações têm grande influência nas classificações.

Os rankings confiam menos em medidas de reputação e muito mais nos indicadores, com base em evidências objetivas. Dessa forma, o prestígio tradicional não detém tanto peso no cômputo final das classificações.

Por razões políticas, a Rússia opta por não incentivar a cooperação internacional e a transferência de conhecimento. E isto não é levado em conta pelos classificadores.

Outro problema característico e endêmico de muitos países é que eles tendem a publicar o resultado de suas investigações na língua local, como acontece com Portugal, tornando-as imperceptíveis nas bases de dados usadas como contadores bibliométricos dos rankings, a exemplo da Thomson Reuters, Revistas Nature, Science, Science Citation Index e Social Sciences Citation Index, que buscam publicações, sobretudo, na língua inglesa.

Qual a relação que pode ser estabelecida entre a obtenção de um prêmio Nobel e a publicação de artigos “apenas” em inglês, com o nível de educação desenvolvida em uma determinada instituição?

Nenhuma...

Não estar rankeado não significa desenvolver um baixo nível de educação e nem pode ser interpretado desta forma, da mesma forma que estar à ponta do mesmo não pode ser interpretado como desenvolvedor de um excelente nível educativo.

Tratam-se de sistemas que consideram apenas determinados aspetos na grande maioria das vezes sem nenhuma relação com a educação e, como é normal na área, avesso à modernismos, dificultando o ingresso de novos entrantes...

Objetivos

“O insucesso é apenas uma oportunidade para recomeçar de novo com mais inteligência.”
(Henry Ford)

O objetivo principal desta atividade de pós-doutoramento foi observar os recentes acontecimentos relacionados à provável mudança de paradigma na área educativa e propor à UAç a adoção de soluções que possam, ao mesmo tempo, corrigir implementações já efetuadas, atender às suas demandas internas e responder a estes novos desafios.

Esperou-se, implicitamente e ao longo do texto, obter respostas às seguintes questões:

Qual a situação do EaD na UAç após quatro anos letivos de experimentação?

Por que a UAç não aderiu ao OCW Universia em 2008?

Que falhas ocorreram desde a implementação do EaD em 2007/2008?

Qual seria a melhor forma para reimplementar o EaD?

Qual a adaptabilidade do Moodle aos requisitos atuais?

Que estrutura seria necessária para a criação de um laboratório de *e-learning*?

Como a UAç está se preparando para a provável mudança no paradigma educativo?

Que ações podem ser executadas para aumentar a visibilidade e atratividade?

Como inovar na estratégia dos recursos educacionais abertos?

Não vivemos em um mundo de verdades absolutas, mas transitórias.

Afinal, para cada projeto ou sugestão há sempre três visões: a sua (de quem lê), a minha (de quem está a propor) e a real que fica algures no meio (em principio).

Quem julga, opina ou avalia nunca o faz de forma isenta, mas de acordo com o seu viés de vida, o que inclui os seus preconceitos bem como o comprometimento com a situação vigente.

Também o texto que se apresenta guarda seus limites de isenção, ainda que provenientes de uma visão derivada de formações e experiências internacionais.

Muitas pessoas podem pensar diferente de mim.

Não significa que eu estou errado.

Descrição Detalhada

“Educação é aquilo que fica depois que você esquece o que a escola ensinou.”
(Albert Einstein)

Diante das mudanças que estão sendo observadas e introduzidas, muitas instituições se agarram ao seu passado, como se a única forma de seguir em frente fosse voltar atrás. Algumas arriscam estratégias diversas, mas se perdem entre as posturas moderna e modernosa. “A postura modernosa seria aquela que maquia de moderno o que, no fundo, continua arcaico” (Demo, 2010, p.28).

Levantar estas informações, sugerir caminhos, propor alterações e adaptações, torna-se essencial para a sobrevivência. Os desafios são muitos e envolvem questões como o passado histórico, tradição, resistência às mudanças, modismos e manutenção do status quo (estado de imobilidade, de estagnação, contrário ao progresso).

O Livro das Mutações (I Ching) nos diz que toda a mudança é favorável e que durante a adversidade é favorável manter-se perseverante. Por outro lado, o ideograma chinês para “crise” é a combinação de dois símbolos. Um significando “perigo” e outro que pode ser traduzido como “oportunidade”. Toda crise traz consigo diferentes arranjos sejam económicos, políticos, sociais, educacionais e de poder. E em momentos assim, ocorrem mudanças e surgem oportunidades para outros atores.

A história nos tem demonstrado que há momentos na vida em que temos que fazer escolhas extremamente difíceis. Em outros momentos não há escolhas. É importante rever posições quando se está fora da zona de conforto, pois sempre há uma coisa a ser aprendida quando não se está no controle da situação. É certo que absolutamente nada é para sempre e que, os caminhos que nos trouxeram até hoje não são os mesmos que nos levarão ao futuro.

Temos que mudar porque a sociedade hoje muda todos os dias.

Na última década, as tecnologias de informação e comunicação mudaram radicalmente o conceito de espaço e tempo nas comunicações. Na próxima a internet vai mudar esse cenário ainda mais: vai incorporar tecnologias emergentes como inteligência artificial, mineração de dados, classificação de textos e mundos virtuais. (Smith, 2009).

Essa mudança pode representar uma nova oportunidade para as universidades.

Muitas vezes, novas abordagens são vistas como uma fonte de perigo para o sistema vigente, mas o verdadeiro perigo é se recusar a compreender as linguagens e as estratégias que estão relacionados com essas novas metodologias, mantendo a universidade mais longe do mundo real.

Motivados pela publicação do Massachusetts Institute of Technology (MIT) OpenCourseWare, em 2002, o movimento dos recursos educacionais abertos (REA) rapidamente se expandiu e capturou a imaginação e a energia de milhões de criadores e usuários de todo o mundo. Ainda que a filiação a estes consórcios OpenCourseWare não seja obrigatória para aderir-se à iniciativa, ela é um bom indicativo.

Foram localizados os seguintes consórcios filiados ao OCW Consortium:

- China Open Resources for Education, (35 universidades); <http://www.core.org.cn/en/>
- Paris Tech, (12 universidades); <http://www.paristech.fr/index.php/eng/>
- Open Courseware Iran, (6 universidades); <http://www.opencourseware.ir/>
- Japan OCW Consortium, (25 universidades); <http://www.jocw.jp/>
- African Virtual University, (53 universidades); <http://www.avu.org/>
- Korea OCW Consortium, (8 universidades); <http://www.kocwc.org/>
- OCW Universia, (99 universidades); <http://ocw.universia.net/>
- Taiwan OpenCourseWare Consortium, (4 universidades); <http://www.tocwc.org.tw/>
- Turkish OpenCourseWare Consortium, (45 universidades); <http://ocw.org.tr/>

Ao mesmo tempo, a universidade não pode ser a do país que temos, mas sim a do país que queremos. A questão é se ela pode corresponder, em seus múltiplos aspetos às necessidades de mudança da sociedade. E se o vai conseguir fazer com antecipação, por seus meios ou se vai ter que mudar por pressão exterior. (Costa, 2004).

O foco passa por não querer inventar necessariamente algo novo, mas utilizar tudo o que já existe. Não há uma fórmula mágica. O caminho parece ser fazer a leitura das boas práticas e adaptá-las.

Cronograma

“Depois de acrescentar ao cronograma duas semanas para atrasos imprevisíveis, acrescenta mais duas para atrasos previsíveis.”
(Edward A. Murphy)

O cronograma original, pode ser considerado apenas como uma referência quando aplicado à uma estadia de pós-doutoramento que não tem nem o compromisso nem a rigidez de uma investigação formal, mas se trata de um relato de experiências vividas.

Desde o início até o final o mesmo foi atropelado diversas vezes, por motivos alheios à nossa vontade, pois a irresponsabilidade produz efeitos imediatos nos Açores...

Contudo a visão e os objetivos foram mantidos...

(12 meses)

Atividades	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Investigação e descrição situação do EaD na UAç	•	•	•	•	•	•	•	•				
Adaptabilidade do Moodle aos requisitos atuais		•	•	•	•							
Alternativas para reimplementar o EaD			•	•	•	•	•	•	•	•		
Laboratório de <i>e-learning</i> - estrutura necessária			•	•	•	•						
Identificação das estratégias institucionais.				•	•	•	•	•	•	•		
Ações - aumentar a visibilidade e atratividade					•	•	•	•				
Formação de professores no novo contexto.					•	•	•	•	•	•		
Avaliação de alunos no novo contexto.						•	•	•	•	•		
Utilização dos recursos educacionais abertos								•	•	•	•	
Consolidação do trabalho e conclusões.								•	•	•	•	•

Métodos

“Eu desconfio de todos os sistemáticos e afasto-me do seu caminho.
A vontade de sistema é uma falta de honestidade.”
(Friedrich Wilhelm Nietzsche)

Esta investigação buscou acompanhar experiências e levantar informações sobre um problema, para elaborar um conjunto de ações que visem sua solução. Portanto, teve a natureza de uma investigação aplicada, porque visa gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas concretos e específicos do mundo real.

Envolve verdades e interesses locais.

A abordagem deste estudo foi qualitativa, pois considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números.

A interpretação dos fenómenos e a atribuição de significados são básicas no processo de investigação qualitativa. Não requer o uso direto de métodos e técnicas estatísticas, embora utilize dados levantados por terceiros.

O ambiente natural foi a fonte direta para coleta dos dados e o investigador o instrumento-chave tanto para o levantamento, quanto para a análise indutiva das informações. O processo e seu significado foram os focos principais de abordagem.

As investigações qualitativas geralmente são descritivas e, por isso, o estudo foi de natureza exploratória, tentando conseguir o máximo de informações sobre o objeto estudado, para, ao final conseguir construir hipóteses.

O planeamento da investigação foi feito a partir de levantamento bibliográfico, pesquisas através da internet, entrevistas com os atores envolvidos no processo e análise comparativa de exemplos ou situações semelhantes para estimular a compreensão dos factos estudados.

Os resultados foram analisados qualitativamente.

As soluções tecnológicas, possibilidades de colaboração, experiências formativas e vivenciais; e estratégias adotadas em diversas universidades com relação aos sistemas de ensino aberto e a distância bem como à socialização dos conteúdos foram descritos com relação às suas características e possibilidades.

Plataforma de Gestão de Aprendizagem

“O ambiente virtual suportado pelas práticas de comunicação em rede, apesar de apresentar uma expansão dos limites da interação presencial, não é necessariamente uma comunidade de aprendizagem.”
(Richard Schwier)

A primeira plataforma de *e-learning* adotada pela UAç foi o WebCT (Web Course Tools), software proprietário que desde fevereiro de 2006 pertence à empresa Blackboard.

<http://en.wikipedia.org/wiki/WebCT>
<http://www.blackboard.com/>

Souza (2012) recorda o cronograma desde a apresentação desta plataforma pela empresa Digitalis até sua substituição:

<http://www.digitalis.pt/>

- Apresentação do WebCT Campus Edition 6 (07/12/2004);
- Apresentação da proposta de aquisição do WebCT (20/01/2005);
- Aquisição do WebCT (29/03/2005).

Implementação do WebCT na UAç

Serviços a desempenhar	Data de realização	Presencial/Remoto	Recurso(s)	Duração Estimada	Obs.
Instalação da plataforma (acompanhamento dos elementos técnicos da UAç)	11/04/2005	Presencial	Miguel Horta	6h	
Introdução à plataforma (sessão introdutória para até 2 elementos da UAç, sendo um o futuro course designer) 2 a 3 semanas de intervalo para ambientação do course designer à plataforma	12/04/2005	Presencial	Miguel Horta	8h	
Treino da equipa nuclear (docentes-piloto, course designer, administrador de sistema, um elemento dos SA com experiência no sistema de gestão académica). Strategies for Success - Planning Great Courses (dia 1) Structure, Function, Content - Building Great Courses (dia 2) Assessment & Gradebook (dia 3)	Início de maio/2005	Presencial	WebCT Senior Trainer a designar	18h – 24h (3 dias)	Até 12 participantes

Fonte: SINF, Souza (2012).

O WebCT foi utilizado nos anos letivos 2005/2006 e 2006/2007, tendo sido proposto por Souza (2012) a substituição pelo Moodle para o ano letivo 2007/2008, pois além dos custos de licenciamento, com o WebCT nunca foi possível efetuar a integração com os dados académicos, ou seja, que através deste ambiente os docentes e alunos tivessem acesso às disciplinas que lecionavam e frequentavam.

Este foi um dos objetivos apresentados pela empresa Digitalis (a mesma fornecedora da plataforma de gestão académica) e que nunca foi conseguido.

A universidade também arcou com os custos de formação de um funcionário que, após completar a formação, se afastou e abriu sua empresa própria.

No verão de 2007 foi possível testar com sucesso (com o Moodle) uma sincronização de dados usando a distribuição de serviço docente (associação docente - disciplina) e no início do ano letivo após as matrículas uma sincronização (alunos - disciplina).

Este facto, acabou por ser determinante para o Moodle entrar em funcionamento no início do ano letivo 2007/2008. Nessa altura, o WebCT foi abandonado.

A plataforma de *e-learning* atualmente em uso permanece sendo o Moodle, uma opção de código aberto (open-source) para gestão da formação e de conteúdos formativos.

<http://moodle.uac.pt/>

Gomes (2005) tem analisado as condições que proporcionem a implementação eficaz de uma estratégia de trabalho de formação de formadores em rede, criando materiais e estudando formas de comunicação e de discussão de resultados e respetivos instrumentos de avaliação.

Seus trabalhos anteriores (2002, 2003 e 2004) têm-se centrado na formação de professores e na busca de um maior desenvolvimento de atitudes reflexivas.

Sua tese de doutoramento “Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação na formação inicial de professores” foi direcionada à caracterização, implementação e avaliação de um modelo de formação em rede (Gomes, 2007) e coincide com o início da utilização do Moodle na UAç.

Percebe-se que esta plataforma é utilizada desde o ano letivo 2007/2008 pois o acesso às instâncias nos anos anteriores é facilitado.

<http://moodle0910.uac.pt/>, <http://moodle0809.uac.pt/> e <http://moodle0708.uac.pt/>

E desde o ano letivo de 2009/2010 a administração do Moodle é terceirizada através da empresa Morfose, ao contrário do que geralmente ocorre nas congéneres nacionais que entregam esta tarefa aos seus serviços de informática ou a algum setor específico criado especialmente (ou não) para este fim.

Esta empresa (especializada em tecnologias web, design gráfico e análise e desenvolvimento de sistemas informáticos) não apenas mantém o Moodle como reestruturou a página web da universidade e integrou os sistemas internos.

<http://www.morfose.net/morfose/portfolio/universidade-dos-acores>

O início da ação de formação com o Moodle é confirmado pela criação de uma disciplina designada “Utilização do Moodle”, em 22/10/2007.

<http://moodle0708.uac.pt/mod/forum/discuss.php?d=18>

Esta dificuldade encontrada na UAç é tarefa hercúlea, comum às suas congéneres nacionais e não é recente em Portugal.

Da mesma forma que os sites OCW, os Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA), como o Moodle, necessitam de produção para os conteúdos.

E poucos docentes utilizam efetivamente estes ambientes.

Isso foi detetado por Roth (2006) que observou que, com raríssimas exceções, os professores universitários portugueses não produzem conteúdos para estes ambientes.

Muitos não se preparam adequadamente (formação ao longo da vida parece ser um conceito aplicado apenas aos “outros”), não buscam ter algum nível de autossuficiência na produção de conteúdos nem exploram as potencialidades utilizando os ambientes apenas como um repositório de ficheiros.

Com a popularização dos computadores e da internet, a inclusão digital aumentou consideravelmente. O uso de telemóveis, terminais multibanco e outras tecnologias contemporâneas fazem parte da rotina de todos.

Os “novos” alunos chegam alfabetizados digitalmente e, não raro, com maior familiaridade e conhecimentos do que muitos professores. Chegam, esperando um nível de interatividade e muitas vezes não encontram nada similar, o que se traduz em decepção e falta de motivação.

As poucas utilizações tecnológicas, muitas vezes são traduzidas por um ambiente pouco explorado pela resistência dos docentes em utilizá-lo.

Experiências mal sucedidas e falta de capacitação apropriada são fatores que podem explicar a resistência de professores puramente teóricos, sem cultura básica em informática (temendo expor suas limitações), resistentes à utilização de tecnologias e aqueles que ainda “dão aula”, embora atualmente seja considerado didaticamente incorreto.

Sistemas de Videoconferências

“Embora o uso do vídeo possibilite uma maior interatividade, não devemos nos esquecer de que a educação é feita de circuitos integrados e de um olhar profundo e que, nesse sentido, toda e qualquer tecnologia deixa sempre a desejar.”
(Maria Cristina Castilho Costa)

Atualmente a UAç possui sete sistemas de videoconferências, sendo três em Ponta Delgada (Serviços de Informática 1, Serviços de Informática 2 e Sala do Conselho Científico), dois em Angra do Heroísmo (Pico da Urze e ESEnfAH) e dois na cidade da Horta (Sistema 1 e Sistema 2).

<http://www.sinf.uac.pt/agendamento/videoconferencias>

Os sistemas de videoconferência de Ponta Delgada (Reitoria, Sistema 1 e 2 nos Serviços de Informática), em Angra (Pico da Urze e Escola Superior de Enfermagem) e na Horta (Sistemas 1 e 2) têm QoS associado de 512 kbps.



http://jornadasrcts.fccn.pt/DOC/Apresentacoes/D09/JornadasRCTS_20100209_RedeVC_RCTS.PDF

Na RCTS a FCCN não prioriza o tráfego de videoconferência. Ao contrário o tráfego VoIP sofre prioritização.

Os sistemas de videoconferência bem como as demais estruturas existentes nos campus da UAç também servem como fonte de receitas adicional.

“A Universidade dos Açores (UAç) dispõe nos Campos Universitários de Ponta Delgada, na ilha de São Miguel, e de Angra do Heroísmo, na ilha Terceira, de um conjunto moderno e funcional de instalações e equipamentos próprios para a realização de diversos tipos de evento. São Miguel: Corpo de Anfiteatros (constituído por Aula Magna, Auditórios Norte e Sul e Sala de Exposições), Anfiteatro B, Anfiteatro C, Anfiteatro da ESEPD e Anfiteatro I do Complexo Científico, Salas de Aula e Salas de Videoconferência. Terceira: Anfiteatro do CCAH e Anfiteatro da ESEAH. Razões para realizar um evento na UAç: Acessibilidades, Instalações seguras, Preços competitivos, Serviços de qualidade”

http://www.uac.pt/sociedade/aluguer_espacos

Backbone RCTS

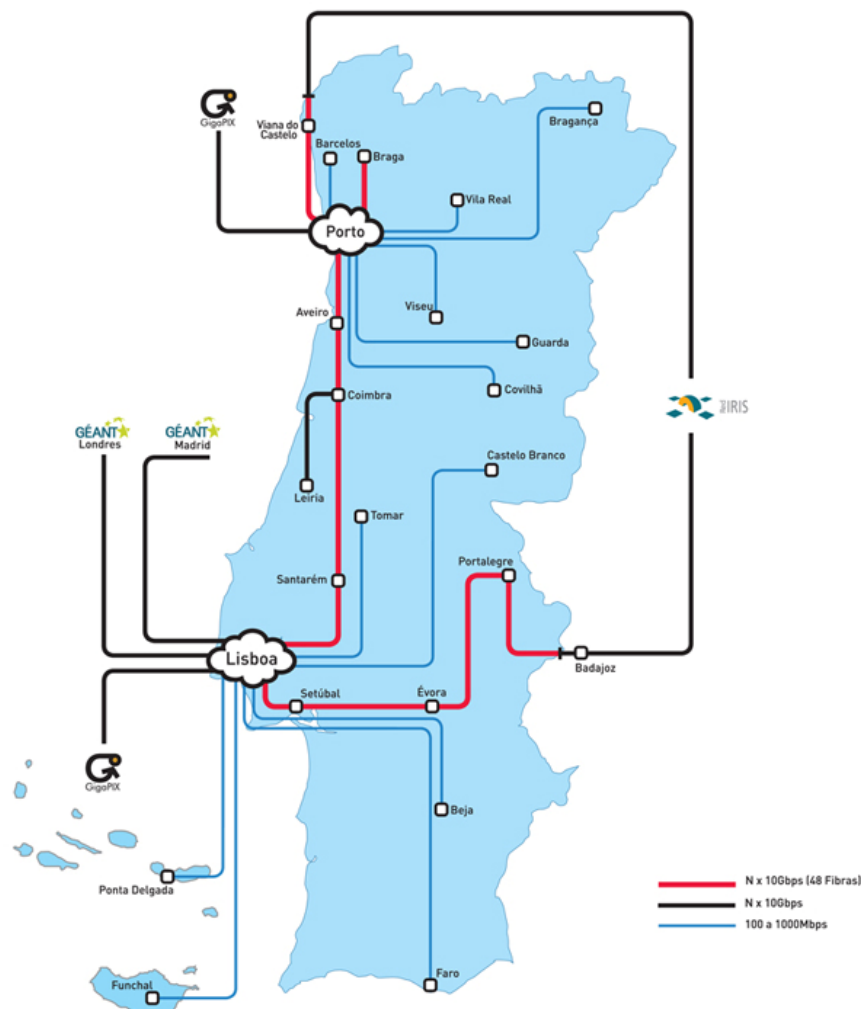
“A instalação de centros de dados que aproveitem a localização dos Açores será importante para apoiar a Internet do futuro. Trata-se de um local estratégico para facilitar a ligação a redes de grande capacidade de backbone, servindo a Europa e a América do Norte.”
(Elvino Sousa)

A Rede Ciência, Tecnologia e Sociedade (RCTS) é uma rede de alto desempenho para instituições com maiores requisitos de comunicações, constituindo-se assim uma plataforma de experimentação para aplicações e serviços avançados de comunicações. O acesso da UAç à RCTS é de 100 Mbps, via circuito fornecido pela PT Comunicações.

Universidade dos Açores
100 Mbps

<http://www.fcn.pt/pt/rede-academica/entidades-ligadas/>

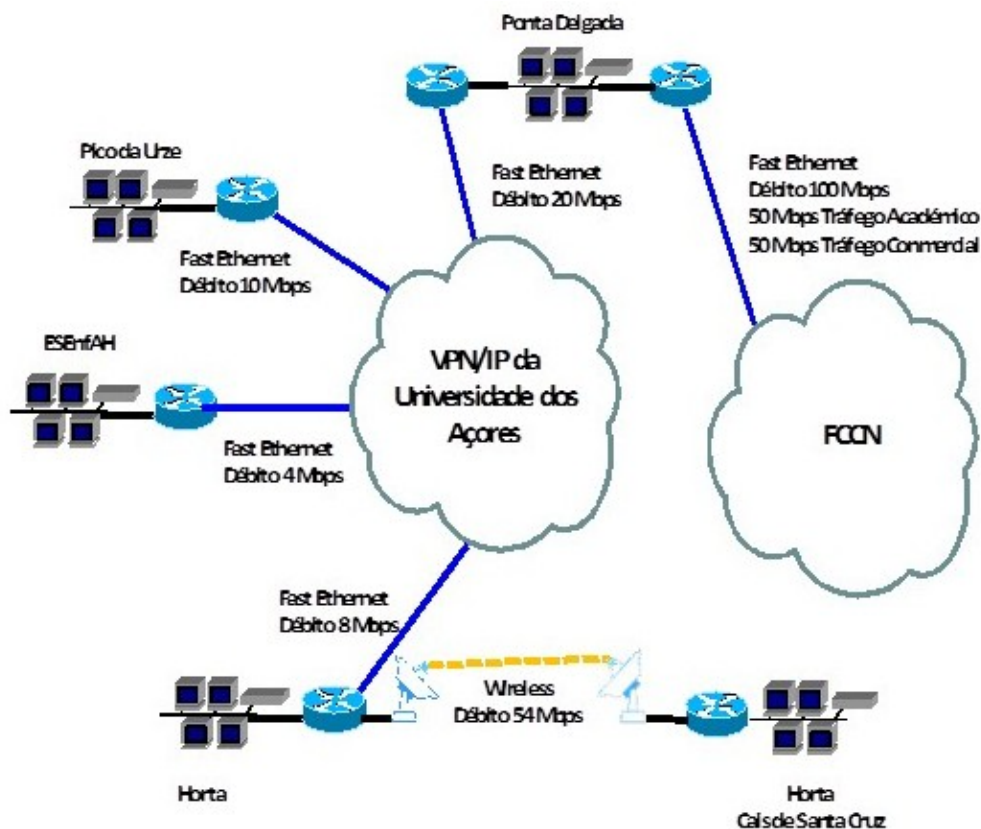
A RCTS cobre já praticamente todo o território nacional e ilhas.



Mapa RCTS 2012 v2
<http://www.fcn.pt/pt/rede-academica/diagrama-da-rede/>

No diagrama de rede que interliga os polos da Universidade dos Açores e a FCCN, se verifica a tecnologia utilizada (VPN/IP) bem como as baixas larguras de banda existentes.

O fornecedor, das ligações entre polos, também é a PT Comunicações.



Fonte: SINF, Souza (2012).

Ou seja, há uma total dependência da PT Comunicações no tocante às comunicações entre as ilhas bem como entre São Miguel (Ponta Delgada) e o Continente.

A única exceção verificada, ainda que dependente das demais para acesso à internet é o *link* wireless (54 Mbps) existente no Faial (Horta).

Ainda que esta tecnologia possa ser considerada ultrapassada (802.11g - 54 Mbps) ela indica um caminho a ser perseguido para que a UAç constitua um circuito redundante próprio, sem fios, entre todas as ilhas a fim de servir não apenas de backup (em caso de queda de um ou mais circuitos internos cabeados) bem como adicionar velocidade nas conexões internas (entre as ilhas) que não necessitam da ligação à Lisboa.

Este circuito poderia adotar diversos feixes de 300 Mbps (802.11n).

Referenciais de Implementação

“Desprezar ou mesmo minimizar a importância das tecnologias na educação presencial e a distância é errar de século. Nosso tempo hoje é o das crianças e jovens que nasceram, viveram e irão trabalhar numa sociedade em permanente desenvolvimento tecnológico.”
(Carmen Moreira de Castro Neves)

Em tempos de crise, investir na educação é uma prioridade? Provavelmente não...
Seria possível ter mais e melhor educação para todos, sem mais despesas?
Com certeza...

O Ministro da Educação e Ciência de Portugal, Nuno Crato, afirma no site oficial que
“A maior dívida que um país pode gerar é a perpetuação da ignorância” (10/05/2012)...

<http://www.portugal.gov.pt/pt/os-ministerios/ministerio-da-educacao-e-ciencia.aspx>

É possível fazer educação no século XXI sem a utilização das mais recentes tecnologias?

Com certeza.

Também seria possível escrever este texto à mão ou utilizar tecnologias de ontem como uma máquina de escrever (manual, elétrica ou eletrônica) ou mesmo algum PC das primeiras gerações.

O facto de utilizarmos os meios mais recentes não implica, necessariamente, em melhor qualidade. Mas responde às expectativas das outras partes envolvidas ou de quem está do outro lado. E isso reduz frustrações...

Utilizar efetivamente as tecnologias no suporte à educação é um desafio que até agora não foi enfrentado com profundidade. Temos feito apenas adaptações, experiências, pequenas mudanças. Muitos dos insucessos podem ser atribuídos a esta estratégia pois na maioria das vezes nos limitamos simplesmente a “pavimentar o caminho das vacas” ou “asfaltar o caminho da roça” (to pave the cow path).

Quando pavimentamos pequenos caminhos rurais estamos a utilizar tecnologia atual para cristalizar modelos antigos já que mantivemos, sem questionamento, a constelação de interesses que definiu tal traçado no passado como satisfatório, mas que provavelmente hoje já esteja obsoleta.

O antigo traçado ao mesmo tempo, não tira o melhor partido das tecnologias agora utilizadas, nem atende aos interesses dos atores atuais. Em vez de incorporar processos ultrapassados, devemos começar de novo. (Hammer, 1990).

O caminho passa por rever políticas e posturas que permanecem atreladas ao modelo tradicional e classificatório que perpetua a exclusão, inclusive de novas ideias.

Institucionalizar as práticas da educação mediada pelas diversas tecnologias em uma determinada universidade é muito mais do que instalar uma versão do *Moodle*, realizar algumas oficinas de formação (normalmente desenvolvidas por outras universidades que imaginam que tem a vocação de ensinar às demais), demonstrando os usos básicos e mais elementares e, após, deixar que o uso dependa da boa vontade de cada professor.

Trata-se de prática adotada pela UAç que não tem funcionado em nenhum país, muito menos em território nacional, onde os “pares” tendem a replicar as (boas e principalmente as más) práticas de seus formadores e selecionadores.

Os reflexos podem ser observados em todos os aspetos da rotina académica, pois a imensa maioria dos quadros nacionais ainda “dá aula”, embora hoje em dia nada seja tão didaticamente incorreto quanto a ação de “ministrar” lições, ter a pretensão de deter o conhecimento, não se comprometer com um programa previamente aprovado, onde constem conteúdos a serem desenvolvidos (dia-a-dia), métodos e formas de avaliação.

Confundem qualidade com presencialidade.

Falta de organização com autonomia.

Ao professor compete escolher entre a repetição e a dependência de seu aluno ou educar para a autonomia, a independência intelectual e social. Contudo, quando as arcaicas provas orais de avaliação - em todos os cursos, não apenas nos tradicionais - e as avaliações presenciais permanecem sendo utilizadas em cursos planejados e desenvolvidos - total ou parcialmente à distância - para a comunidade, verifica-se que em Portugal a ênfase permanece centrada em decorar conteúdos sem o compromisso da aplicabilidade, ou seja, saber o que fazer com os mesmos depois.

Devido à falta de opções (e à margem destas) muitos licenciados não exercem suas profissões (relacionadas à formação obtida) e se lançam diretamente em mestrados e doutoramentos o que acaba gerando uma disfunção: professores que formam professores (sem nenhuma experiência profissional) e que desta forma perpetuam um modelo que afasta cada vez mais a academia da realidade do mercado laboral.

Muitas vezes são estes mesmos profissionais (sem prática) que irão realizar investigações, avaliações ou mesmo desenvolver formações de pós-graduação para profissionais (com prática).

A esta relação da aplicação do saber teórico à prática, Shulman (1986) introduz o conceito de “conhecimento didático do conteúdo” que, precisamente, liga o domínio dos conteúdos à capacidade de os compreender e de os transmitir aos outros de forma acessível. Neste sentido é pródiga a citação de George Bernard Shaw, “*he who can, does. he who cannot, teaches*” (aquele que pode, faz. aquele que não pode, ensina) que em português foi alterada para “quem sabe faz, quem não sabe ensina”.

Passa-se, nas palavras de Nóvoa (1988, p. 127), da metáfora de Bernard Shaw para a metáfora “quem sabe faz; quem não sabe, mas domina os procedimentos pedagógicos, ensina” (fase, segundo Nóvoa, de valorização das ciências da educação em detrimento dos conteúdos académicos e científicos das disciplinas) para, posteriormente, “quem sabe faz, quem compreende ensina” (Shulman, 1986, p. 14) e finalmente, para o dito popular: “quem sabe faz, quem não sabe ensina. quem não sabe fazer e nem ensinar escreve livros”.

Já não basta ensinar para a avaliação docente. O professor universitário que apenas ensina não consegue progressão funcional na carreira. Mas no “passado” as pessoas publicavam quando imaginavam que tinham algo a dizer ao mundo, seja uma invenção, inovação, descoberta, etc. A realidade que vemos hoje em dia é bem diferente. Publicar só por publicar, ou seja, por imposição, obrigação ou ainda para tentar fazer número para as instituições e inflar currículos pessoais; é irrelevante do ponto de vista científico.

Silva (2011) ilustra a legitimação de um instrumento de demonstração documental da produtividade no currículo e o uso de artifícios para projetar a quantidade de publicações:

“...a gente nota alguns currículos inflados. O nome do professor está lá em alguma coisa que ele nem viu, o aluno tal ou alguém quis, tem que colocar o nome dele, porque ele tem que ter alguma projeção, senão ele não fica com condições, digamos, de ter um nome para disputar lá fora. Então muitas vezes, porque ele tem que ter tantos artigos, e em vez de ele fazer um por ano ele acaba fazendo dez e não participa realmente de nenhum. É fácil inflar currículos. Eu coloco seis autores, e estou nesse aqui e o outro me coloca no outro dele, e um se transforma, se multiplica, é coisa desse tipo. Infelizmente é uma indução até pelo processo de avaliação.”

Quando geramos artigos, relatórios, monografias, teses e dissertações - com uma pseudo-originalidade e equivocada pretensão de acrescentar uma contribuição valiosa e única para o conhecimento da matéria tratada - e nosso trabalho sequer é lido e/ou referenciado por outros, simplesmente não existe, não cumpre a função nem científica, nem social atendendo apenas o interesse pessoal e/ou institucional, na grande maioria das vezes marcada pelo produtivismo académico e suas anomalias.

Isso nunca será um parâmetro de qualidade, só quantidade (de qualidade bastante questionável)...

Recorda Frias-Navarro (2010) que nos últimos anos a universidade concedeu mais prémio e mérito ao curriculum investigador que ao docente:

“Provavelmente tenha sido correta esta orientação, enquanto a investigação científica era escassa em quantidade e qualidade e por tanto devia ser estimulada com políticas ativas. No entanto, não atender com suficiente energia a formação do aluno pode prefigurar uma nova espiral de pouca qualificação.”

No campo das ciências humanas, esta “quantidade” e “velocidade” pode revelar-se uma má conselheira, se absorvida sem critérios. Na investigação de processos sociais, culturais e psicológicos o arcaico não se faz sentir tão prontamente; pelo contrário, como afirmava Sir Francis Bacon, “A verdade é filha do tempo e não da autoridade”.

http://pt.wikisource.org/wiki/Dicion%C3%A1rio_de_Cultura_B%C3%A1sica/Empirismo

De facto, esta pressuposição não é válida para qualquer campo do saber, sobremaneira quando se trata da área de humanas. Por outro lado, esta mesma “velocidade” pode estimular e facilitar ainda mais o produtivismo nada interessante para o conhecimento, de certa forma presente em nossos dias.

Dessa forma, cada vez mais se dedica menos tempo à atividade fim - o ensino - e se dispersa em atividades meio, como cargos burocráticos de gestão, publicação (forçada pelo sistema, mesmo que não se tenha nada relevante a dizer ou comunicar), participação em eventos científicos (que, na grande maioria das vezes tem muito de evento e pouco de científico), bem como participar de diversos tipos de júris, muitas vezes atuando em áreas diversas da sua formação e sobre as quais não detém nenhuma experiência.

Atividades que longe de representar uma capacidade de comunicação entre os pares, na verdade se prestam para inflar currículos. Para José Fernandes de Oliveira (Padre Zezinho scj), estamos na era dos pseudo-especialistas.

“Admitir que sabemos alguma coisa faz sentido, mas agir como se soubéssemos o que não sabemos é coisa de impostor. Profeta que é profeta, prova sem alardear. A comunidade percebe por sua vida e pela constância e linearidade de seu comportamento e de suas palavras que ele tem algo a dizer... ...Uma coisa é citar alguns livros que realmente conhecemos e mostrar que o assunto nos interessa e outra é posar de doutores... ...Melhor seria se admitissem que não conhecem e levassem quem conhece a falar...

...E pensar que bastaria se aterem ao que sabem.”

http://www.padrezezinhoscj.com/wallwp/artigos_padre_zezinho/comportamental/a-era-dos-pseudo-especialistas

E o que não falta em Portugal são licenciados a “posar de doutores” ou mesmo professores a desenvolver toda a sua formação no país, não raro na mesma instituição além de obterem seus doutoramentos no mesmo local onde já trabalham como professores, em suas zonas de conforto.

Situação que, felizmente, não deve ocorrer mais hoje em dia devido ao facto do novo Estatuto da Carreira Docente Universitária (ECDU) ter revisto a carreira docente e estabelecido o doutoramento como grau de entrada na carreira. (Decreto-Lei n.º 205/2009, publicado na 1ª Série do Diário da República, n.º 168, de 31 de agosto de 2009. E a mesma observação pode ser feita com relação à posterior alteração, Lei nº 8/2010, publicada na 1ª Série do Diário da República, n.º 93, de 13 de maio de 2010).

<http://www.dre.pt/pdf1s/2009/08/16800/0572905757.pdf>
http://www.dges.mctes.pt/NR/rdonlyres/600EE55A-EA38-41D8-B083-ADEC8266C250/4639/L_8_2010.pdf

Além disso os “novos” estudantes são estimulados à mobilidade através de diversos programas como o Erasmus Mundus (2009-2013), programa de cooperação e mobilidade que visa promover o diálogo e o entendimento entre povos e culturas através da cooperação académica e científica entre a União Europeia e países terceiros, também com o objetivo de conter os nacionalismos exacerbados.

http://ec.europa.eu/education/external-relation-programmes/mundus_en.htm

Neves (2011), antigo reitor da Universidade Lusófona do Porto, questiona sobre o que é feito em Portugal, a respeito da bela norma revolucionária, democrática e constitucional da “educação universal, obrigatória e gratuita” a todos os níveis:

“Já nos demos suficientemente conta de que a primordial tragédia da sociedade portuguesa é que ela continua tão analfabeta no século XXI (ausência do ensino superior) como no século XX (ausência do ensino secundário) e como no século XIX (ausência do ensino primário) e que é, essa, a razão de base do seu ‘último lugar’ entre todos os países da União Europeia e alguns arredores?”

http://weblog.aventar.eu/a_verdade_da_mentira.weblog.com.pt/arquivo/040197.html

A educação é fator propulsor da sociedade. Mas a cultura cartesiana estaria mais voltada para a manutenção do *status-quo* enquanto o novo paradigma rompe o esquema de aprendizagem passiva das verdades ensinadas.

O insistente e repetitivo argumento da qualidade, aplicado à exaustão em âmbito nacional e notadamente em relação ao ensino público universitário português é algo que não se sustenta. Qualidade não é algo que se impõe, algo que alardeia ou mesmo decreta. É antes de tudo, algo que se percebe.

Se o mercado globalizado em que estamos inseridos não percebe a qualidade que imaginamos ter em algum setor - como o ensino - esta qualidade não existe, não passa de mera retórica a iludir os crentes e menos informados.

Em diversos países europeus a internet está sendo liberada para uso inclusive em provas e exames.

É mais um recurso da mesma forma como existe na vida real (caos criativo).

Na Dinamarca, por exemplo, 14 estabelecimentos de ensino participaram de um projeto-piloto em 2009 que permitia o acesso à Internet durante as provas. A iniciativa se estendeu em 2001 para todo o sistema escolar do país, um dos mais avançados tecnologicamente. Com a medida, além da tradicional regra de não conversar durante a prova, os estudantes dinamarqueses ficam proibidos de enviar *e-mails* para dentro ou fora do colégio e de entrar em salas de bate-papo *on-line*. Respeitadas essas normas, a web pode ser explorada da melhor forma possível para encontrar as respostas corretas, até mesmo em mídias sociais como o Facebook.

Lembram os professores, que as questões a que os estudantes têm de responder neste tipo de exames obriga-os a relacionar os factos e não apenas a debitá-los.

“Nossos exames precisam refletir a vida quotidiana no colégio, e a vida escolar deve se refletir na sociedade. A internet é indispensável, inclusive nas provas”, argumentou Bertel Haarder, ministro da Educação da Dinamarca.

Para ele, a medida pode ser seguida por outros países, “Estou seguro de que, em poucos anos, a maioria dos países europeus nos imitarão”.

<http://expresso.sapo.pt/exames-com-acesso-a-net-na-dinamarca=f545589>

As necessidades atuais não estão mais centradas no acúmulo de conhecimentos. Decorar conteúdos não é mais importante. O foco deve ser a habilidade na resolução de problemas. A Aprendizagem Baseada na Resolução de Problemas (ABRP, do inglês, Problem-Based Learning, PBL) é uma estratégia instrucional centrada no aluno em que estes resolvem problemas de forma colaborativa e refletem sobre suas experiências.

É um método educativo surgido na Universidade de Maastricht, e com maior implementação na Universidade McMaster, baseada nas teorias educacionais de Jean Piaget, John Dewey, Lev Vygotsky e Paulo Freire, entre outros.

Mas o que se percebe em solo nacional é uma incrível resistência a este modelo de educação tecnologicamente apoiada - apesar de todo o esforço do Ministério da Educação e Ciência (MEC) em só permitir aumentar turmas através do ensino mediatizado (*e-learning*) - e um foco voltado à otimizar a utilização da internet para tentar substituir sistemas educativos ultrapassados e ineficazes.

“Pensar e falar é fácil. Mas arregaçar as mangas e por mão à obra é outra coisa. Somos uma sociedade faladora”.

(Paulo Morgado, SIC, Jornal das 10, terça-feira, 21/02/2011).

Diversas universidades nacionais apostam em projetos próprios e também não se pode negar os papéis das Universidades de Aveiro e do Minho que estão entre as universidades mais tecnológicas de Portugal.

<http://www.ua.pt/>
<http://www.uminho.pt/>

A busca de referenciais nacionais que apoiem a implementação de projetos, via de regra remete à Universidade Aberta (UAb).

<http://www.uab.pt/>

Esta conexão não pode ser negligenciada, contudo a UAb não inovou em nenhum aspeto e se baseou na congénere Universidad Nacional de Educación a Distancia (UNED), existindo desde abril de 2008 uma cooperação alargada através do estabelecimento de um protocolo de colaboração para a constituição de formas de cooperação relativas à inovação em ensino a distância; bem como a criação de atividades académicas conjuntas em diversos domínios científicos.

E infelizmente optou por seguir totalmente este modelo ao invés de adotar o excelente formato utilizado pela, também espanhola, Universitat Oberta de Catalunya (UOC) onde todo o processo - inclusive as avaliações - podem ser realizados à distância.

<http://www.uned.es/>
<http://www.uoc.edu/>
http://www2.uab.pt/newsletter/new_detail.php?id=518
http://www.uab.pt/c/document_library/get_file?uuid=2e6123bc-3a09-466b-8389-813371bbe093&groupId=10136

A Universidade Aberta portuguesa não é a primeira, nem a única e provavelmente não será a última universidade a utilizar de forma errada o conceito “aberto”.

Uma “universidade aberta” geralmente é uma universidade com uma política académica de portas abertas, ou seja, sem requisitos de entrada. Esta definição original é decorrente da primeira universidade do género, a *The Open University* (OU), que foi instituída na Inglaterra em 1969.

Trata-se de uma universidade de ensino a distância e de entrada livre, fundada e mantida pelo governo do Reino Unido.

Esta política livre para ingresso de estudantes significa que a mesma não exige realizações académicas para a entrada na maioria dos cursos de graduação.

<http://www.open.ac.uk/>

Diversos outros países têm criado as suas universidades abertas, mas elas não são verdadeiramente “abertas”.

No Brasil, por exemplo, devido a exigências da legislação do ensino superior, a UAB criada em 2005 exige certos requisitos e exames de ingresso (vestibular) para os cursos em nível de graduação, e processo seletivo para a maioria dos cursos de pós-graduação.

Mas ela é gratuita, em todos os níveis.

<http://uab.capes.gov.br/>

Este conceito aliando o *open* ao grátis é derivado do software livre que até permite que os programas sejam vendidos, mas estes em sua grande maioria estão disponíveis gratuitamente.

As licenças Creative Commons ou CC estão inspiradas na licença GPL (*General Public License*) da *Free Software Foundation*, compartilhando boa parte de sua filosofia. A ideia principal por trás delas é possibilitar um modelo legal ajudado por ferramentas informáticas, para assim facilitar a distribuição e o uso de conteúdos.

<http://www.fsf.org/>

Ambientes como o *Moodle* (utilizado pela UAç) e o *Sakai* são exemplos de software livre que dominam o *e-learning* das universidades portuguesas. E isso facilita o intercâmbio de conteúdos (SCORM - *Sharable Content Object Reference Model*).

<http://moodle.org/>
<http://sakaiproject.org/>

A Universidade Aberta portuguesa foi criada em 1988, mas apenas no ano letivo de 2007 ela passou a oferecer os seus cursos em regime *e-learning*. E no ano seguinte todos os seus cursos passam a usar a mesma plataforma tecnológica.

Ou seja, a UAb migrou de modelo pedagógico anterior como a UNED (Espanha) e guarda as mesmas sequelas, ao contrário da UOC (Espanha) que já nasceu tecnológica.

O maior reflexo destas sequelas se refere às avaliações e exames que ainda se executam através de provas presenciais, embora existam tecnologias seguras para fazê-lo totalmente à distância (como faz a UOC).

<http://www.uab.pt/web/guest/pe/arquivo/3>

A OU foi a primeira universidade do gênero e serviu de parâmetro para as demais que livremente seguem um ou outro aspeto conforme lhe pareça mais adequado ou não.

Como consequência, o modelo adotado nacionalmente nem é aberto, nem mesmo pode ser aplicado totalmente à distância, o que contradiz o mote da UAb: “Universidade Aberta - Em Qualquer Lugar do Mundo”, pois não é possível fazer e concluir um curso estando em “qualquer lugar” ou mesmo totalmente à distância.

Por definição, o nome da UAb já nasceu equivocado, afinal hoje em dia a expressão “universidade aberta” sugere uma instituição que, ao mesmo tempo, seja gratuita e sem requisitos de acesso. E ela não atende a nenhum destes requisitos.

http://pt.wikipedia.org/wiki/Universidade_Aberta

Neste sentido o modelo da UAb, sem adaptações, não é o mais adequado à região dos Açores, pois não elimina totalmente as deslocações de alunos e/ou professores.

Atualmente é possível aplicar, com segurança, avaliações à distância através de diversas tecnologias que incluem vídeo ou não. Corretamente utilizadas (enquanto meio e não fim) as tecnologias não se tornam um problema para as avaliações.

Mas a evolução não passa necessariamente pela tecnologia, mas pela produção de uma avaliação de melhor qualidade, individualizada, que não seja reproduzida e aplicada para um mesmo grupo de alunos, ou pior, mantida ano após ano sem alterações substanciais - como se o conhecimento não evoluísse ao longo do tempo ou mesmo se o(s) avaliador(es) não se atualizasse(m).

Demonstrar interesse em desenvolver uma avaliação atualizada vem ao encontro de desenvolver um ensino atualizado (não apenas tecnologicamente) e faz parte do trabalho de um professor da mesma forma que atualizar a ementa de uma determinada disciplina (todos os semestres) e a bibliografia relevante.

A criação de problemas e situações diferentes para cada estudante inibe o comportamento, às vezes verificado, de reproduzir as respostas produzidas por outrem.

E a liberação da utilização de todas as possibilidades - inclusive a internet - tal como ocorre na vida real, vem não apenas ao encontro das novas necessidades (resolução de problemas) como reproduz nosso comportamento “normal” de utilizarmos todos os meios possíveis para encontrarmos uma solução.

O facto da UAç ainda não ter encontrado o seu melhor caminho ou mesmo não ser a primeira universidade nacional a explorar as tecnologias tem que ser encarado como uma mais-valia: não repetir os erros das outras universidades.

Tal como afirma Otto Leopold Edvard von Bismarck-Schönhausen, “Os tolos dizem que aprendem com os seus próprios erros; eu prefiro aprender com os erros dos outros”. No mesmo sentido, um dos principais objetivos de estudar história é não repetir os erros do passado.

Se as instituições não aprenderem com os erros das congéneres, como vão evitá-los no futuro?

A universidade é uma organização que deve ser inovadora e não apenas reproduzir saberes conhecidos. Contudo o mundo académico dá muita ênfase à originalidade como forma de inovação. E existem milhares de investigações, dissertações e teses adormecendo em suas prateleiras, ou esquecidas em publicações, que só os iniciados leem e às vezes nem estes.

Como diriam Galileu Galilei e Albert Einstein,

“Todas as verdades são simples de compreender quando são descobertas; a questão é descobri-las” e “A imaginação é mais importante que o conhecimento. O conhecimento é limitado. A imaginação envolve o mundo”.

http://pt.wikiquote.org/wiki/Albert_Einstein
http://pt.wikiquote.org/wiki/Galileu_Galilei

A inovação não precisa ser algo completamente novo, pode ser uma recombinação de ideias velhas, uma nova abordagem para algo já existente, ou simplesmente uma imitação de algo que existe em outro lugar.

Uma ideia criativa não precisa ser radical, mudar o mundo, ser totalmente original e extravagante, ou ainda divertida.

A inovação precisa é ser socialmente útil e algo que resolva um problema real.

Para atender todo o arquipélago dos Açores a UAç tem que se adaptar ao uso efetivo das tecnologias.

Mas apenas replicar o modelo da UAb não significará nenhuma inovação. Estaremos, de tabela, replicando o modelo da UNED com todas as suas sequelas. Antes disso, adotar o modelo da UOC, ou melhor ainda, avaliar todos os modelos existentes e extrair o que de melhor é possível fazer com as diversas tecnologias, não necessariamente inventando ou desenvolvendo algo novo, mas utilizando tudo o que já existe, muitas vezes de forma gratuita e desenvolvido por outros.

A falta de uma legislação nacional específica, ao mesmo tempo que permite uma elevada autonomia e flexibilidade, acaba acarretando na falta de padrões. E, em algum momento eles terão que ser estabelecidos visando a acreditação e auditoria pela Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES).

<http://www.a3es.pt/>

Neves (2003) enumera dez itens básicos que devem merecer a atenção das instituições que preparam seus cursos e programas a distância:

- Compromisso dos gestores;
- Desenho do projeto;
- Equipa profissional multidisciplinar;
- Comunicação/interação entre os agentes;
- Recursos educacionais;
- Infraestrutura de apoio;
- Avaliação contínua e abrangente;
- Convênios e parcerias;
- Transparência nas informações;
- Sustentabilidade financeira.

Trata-se de um trabalho publicado em 1998 pelo MEC (Brasil), baseado em um primeiro texto escrito no ano anterior e publicado na revista Tecnologia Educacional n° 144/98, da Associação Brasileira de Tecnologia Educacional (ABT). Sua aceitação pela comunidade académica e educadores foi imediata e, mesmo informalmente, o documento passou a ser uma referência para as comissões que analisavam processos de autorização de cursos de graduação a distância.

Em 2002, uma Comissão de Especialistas nomeada pela Secretaria de Educação Superior baseou-se neste documento para elaborar o segundo capítulo de seu relatório.

Continua sendo um texto que trata de um referencial básico, sem a pretensão de esgotar a complexidade e abrangência de um projeto de curso não necessariamente desenvolvido à distância. O conteúdo foi mantido quase que integralmente com pequenas adaptações. De facto, o ensino a distância com todo o potencial das novas tecnologias da informação e da comunicação ainda é um objeto de aprendizado para nós, educadores.

Parodiando Umberto Eco, é uma obra aberta, e como tal deve ser apreendida e enriquecida por cada um de nós. Com criatividade, conhecimento e competência, caminhos mais complexos podem ser trilhados. O pano de fundo do texto é a crença na necessidade de democratizar a educação e na capacidade que temos todos nós, educadores, de fazer educação com elevado padrão de qualidade, independente de distâncias.

http://pt.wikipedia.org/wiki/Obra_Aberta

Além dos aspetos apontados por Neves (2003), cada Instituição poderá acrescentar outros mais específicos e que atendam a particularidades de sua organização e necessidades socioculturais de sua clientela, cidade, região.

1. Compromisso dos Gestores

A decisão de oferecer cursos a distância ou mediados pelas tecnologias exige alguns investimentos, ou seja, custos associados à preparação de pessoal (muitas vezes incluindo a contratação de profissionais com perfis e competências diversas ou complementares ao quadro da instituição), em infraestrutura tecnológica, na produção de materiais didáticos, em sistemas de comunicação, monitoramento e gestão, na implantação de polos descentralizados, em logística de manutenção e de distribuição de produtos, entre outros. Conforme o caso, são necessárias alterações no arcabouço normativo, pois nem sempre as legislações contemplam profissionais que se dedicam ao trabalho a distância e alunos que não frequentam regularmente os campi das instituições.

Todos esses investimentos envolvem recursos financeiros e tempo.

Não se montam cursos a distância de qualidade em dois ou três meses. Portanto, a decisão e o compromisso dos gestores das instituições e dos sistemas educativos é fundamental para o sucesso.

Portugal não é pródigo em exemplos de professores muito competentes no uso de tecnologias e ensino a distância e nomeadamente persiste na retórica de que a qualidade está associada à presencialidade, embora a “distância” pode estar muito mais presente em práticas pedagógicas presenciais arcaicas. Existem, é claro, exceções como em toda a regra. Mas quase sempre eles foram vistos como grupos de excêntricos ou visionários, que se dedicaram às investigações nesse campo sem apoio oficial - quando muito, alcançavam a piedosa complacência dos gestores. Algumas vezes, os grupos que atuavam na área disputavam entre si, em vez de, unidos, buscarem a sensibilização dos dirigentes.

O resultado disso foi que até o momento não existe uma legislação nacional específica e o ensino a distância ficou sendo uma ilha em nossas universidades e instituições.

Todo gestor precisa refletir sobre o compromisso que significa educar no século XXI. Décadas atrás, o mestre Paulo Freire alertava para uma educação “identificada com as condições de nossa realidade. Realmente instrumental, porque integrada ao nosso tempo e ao nosso espaço e levando o homem a refletir sobre sua ontológica vocação de ser sujeito”.

Nosso espaço é o de um mundo conectado a uma rede que afeta a todos, mesmo àqueles que não estão diretamente conectados. A educação que oferecemos deve livrar o homem da massificação e da manipulação e contribuir para que cada um possa ser o autor de sua própria história de forma competente, responsável, crítica, criativa e solidária.

Dessa forma, cabe ao gestor:

- informar-se sobre o potencial das tecnologias na educação presencial e a distância;
- avaliar com clareza o que é novo e o que é permanente em educação (tecnologias de ponta não eliminam a necessidade do domínio escrito e falado da língua; do desenvolvimento do raciocínio lógico; da aquisição dos conceitos matemáticos, físicos e químicos básicos; dos conhecimentos, competências, hábitos, atitudes e habilidades necessários para trabalhar e usufruir plena e solidariamente a vida);
- sensibilizar sua equipa para as mudanças necessárias;
- identificar, em conjunto com os profissionais da instituição, quais as áreas com maior probabilidade de sucesso para iniciar o processo de inserção das tecnologias nos cursos de sua instituição e sua oferta a distância;
- coordenar a definição de um plano estratégico de trabalho e seu cronograma;
- identificar possíveis parceiros nas áreas pública e privada;
- buscar financiamento para apoiar todas as ações que sejam necessárias, em especial: preparação e contratação de pessoal, aquisição de infraestrutura tecnológica, produção de materiais didáticos, desenvolvimento de sistemas de comunicação, monitoramento e gestão, implantação de polos descentralizados, preparação da logística de manutenção e de distribuição de produtos.

2. Desenho do Projeto

Ensino a distância não é sinônimo de redução de tempo de integralização de currículos, cursos e programas.

Um curso ou programa a distância inserido nos propósitos da educação escolar de um país, com ela entrelaça seus objetivos, conteúdos, currículos, estudos e reflexões. Portanto, deve oferecer ao aluno referenciais teórico-práticos que colaborem na aquisição de competências cognitivas, habilidades e atitudes e que promovam o seu pleno desenvolvimento como pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. Ou seja, precisa estar integrado às políticas, diretrizes, parâmetros e padrões de qualidade definidos para cada nível educacional e para o curso específico.

Dessa maneira, se a carga horária para um determinado curso é de 3.000 horas, o desenho do curso a distância deve equivaler a essa carga horária.

Cabe ao aluno, em função de sua experiência e conhecimentos prévios, encurtar o tempo de estudos. Sua oportunidade de aprender não pode ser cortada a priori pela instituição.

Quando se fala em flexibilidade da educação a distância, não se quer dizer eliminar objetivos, conteúdos, experimentações, avaliações. Flexibilidade em educação a distância diz respeito ao ritmo e condições do aluno para aprender tudo o que se vai exigir dele por ter completado aquele curso, disciplina ou nível de ensino. Obviamente, a instituição tem que estar preparada para esse conceito de flexibilidade que vai exigir dela grande maleabilidade para responder a diferentes ritmos.

Programas, cursos, disciplinas ou mesmo conteúdos oferecidos a distância exigem administração, desenho, lógica, linguagem, acompanhamento, avaliação, recursos técnicos, tecnológicos e pedagógicos, que não são mera transposição do presencial. Ou seja, a educação a distância tem sua identidade própria.

Uma referência fundamental é a natureza do curso aliada às características da clientela. De facto, o uso das novas tecnologias da informação e das comunicações pode tornar mais fácil e eficaz a superação das distâncias, mais intensa e efetiva a interação professor-aluno, mais educativo o processo de ensino-aprendizagem, mais verdadeira e veloz a conquista de autonomia pelo aluno. Nem sempre, porém, será possível sua utilização, dadas as possibilidades de acesso da clientela.

Programas a distância podem, portanto, apresentar diferentes desenhos e múltiplas combinações de linguagens e recursos educativos e tecnológicos, respeitando sempre o facto de que não podem abrir mão da qualidade em todo o processo.

O certificado ou diploma recebido por um curso feito a distância deve ter o mesmo valor que um realizado de forma presencial.

Tendo em vista as considerações anteriores, uma instituição que deseje ofertar cursos ou programas a distância com qualidade deverá:

- conhecer a legislação (quando houver) sobre educação a distância e todos os instrumentos legais que regem a educação escolar portuguesa, em especial os das áreas escolhidas;
- atender às orientações do Ministério da Educação e Ciência e aos padrões de qualidade traçados para cada curso ou programa, respeitando objetivos, diretrizes curriculares nacionais, critérios de avaliação, perfil do profissional, dentre outros, além de explicitar a flexibilização da carga horária e do período previsto para integralização do currículo;
- considerar também sugestões das entidades de classe, conforme a área do curso proposto;
- somente começar a oferta do curso ou programa com os pareceres legais competentes;
- participar das avaliações nacionais e regionais, quando houver;
- respeitar as exigências para ingresso no ensino superior;
- estabelecer as bases filosóficas e pedagógicas de seu curso ou programa a distância;
- iniciar a oferta somente quando tiver testado sua capacidade de atender tanto às atividades comuns quanto resolver questões contingenciais, de forma a garantir continuidade e o padrão de qualidade estabelecido para o curso;
- distribuir responsabilidades de administração, gerência e operacionalização do sistema a distância;
- identificar características e situação dos alunos potenciais;
- preparar seus recursos humanos para o desenho de um projeto que encontre o aluno onde ele estiver, oferecendo-lhe todas as possibilidades de acompanhamento, tutoria e avaliação, permitindo-lhe elaborar conhecimentos e saberes, adquirir hábitos, habilidades e atitudes, de acordo com suas possibilidades;
- analisar o potencial de cada meio de comunicação e informação compatibilizando-os com a natureza do curso a distância que deseja oferecer e as características de seus alunos;
- pré-testar materiais didáticos e recursos tecnológicos a serem usados no programa, oferecendo manuais de orientação aos alunos e professores;

- providenciar suporte pedagógico, técnico e tecnológico aos alunos e aos professores, tutores e técnicos envolvidos no projeto, durante todo o desenrolar do curso, de forma a assegurar a qualidade no processo;
- apresentar aos alunos o cronograma completo do curso, cumprindo-o para garantir a tranquilidade durante o processo;
- oferecer a estrutura adequada aos professores responsáveis por esse exercício, inclusive considerando alunos fora da sede, garantindo momentos privilegiados de articulação teoria-prática;
- preparar um plano de contingência para que não falte ao aluno o suporte necessário;
- comprometer-se formalmente ante os alunos a, em caso de descontinuidade do programa, motivada pela própria instituição, assegurar-lhes as condições e certificações necessárias para que possam pedir aproveitamento de estudos em outro estabelecimento ou programa.

3. Equipe Profissional Multidisciplinar

É um grande equívoco considerar que programas a distância podem dispensar o trabalho e a mediação do professor. Nos cursos a distância, os professores veem suas funções se expandirem.

Segundo Authier (1998), “os professores são produtores quando elaboram suas propostas de cursos; conselheiros, quando acompanham os alunos; parceiros, quando constroem com os especialistas em tecnologia abordagens inovadoras de aprendizagem”.

Novos tempos, novas tecnologias e nova cultura com a presença de educadores.

Mudanças importantes acontecem quando os professores decidem (por vontade própria ou pressionados) trabalhar com tecnologias na educação presencial ou a distância.

Em primeiro lugar, passam a ser aprendizes de novo: aprendizes de diferentes tecnologias, linguagens e modos de comunicação. Aprendem a gerenciar a sala de aula - presencial ou virtual - de uma outra forma. Aprendem, também, a conhecer a lei de direitos autorais: o direito dos autores nos quais desejam se basear e os próprios direitos, já que passam a ser produtores de impressos, CDs, DVDs e páginas na Internet. Aprendem, ainda, a conviver com alunos que eventualmente conhecem mais a tecnologia do que eles mesmos, estabelecendo uma relação de aprendizado recíproco.

É importante ter clareza de que educação se faz com e para pessoas.

Por trás de um *software* inteligente, de um impresso instigante, de uma página multimídia bem montada, de um vídeo motivador, existem a competência e criatividade de educadores e de outros profissionais comprometidos com a qualidade da educação.

A instituição que oferece curso ou programas a distância, além dos professores especialistas nas disciplinas ofertadas e parceiros no coletivo do trabalho político-pedagógico do curso, deve contar com as parcerias de profissionais das diferentes TICs, conforme a proposta do curso e ainda:

- dispor de educadores capazes de:
 - a) estabelecer os fundamentos teóricos do projeto;
 - b) selecionar e preparar todo o conteúdo curricular de articulado a procedimentos e atividades pedagógicas, inclusive interdisciplinares;
 - c) identificar os objetivos referentes a competências cognitivas, habilidades e atitudes;
 - d) definir bibliografia, videografia, iconografia, audiografia etc., básicas e complementares;
 - e) elaborar textos para programas a distância;
 - f) avaliar o material didático antes e depois de ser impresso, videogravado, audiogravado, etc., indicando correções e aperfeiçoamentos;
 - g) motivar, orientar, acompanhar e avaliar os alunos;
 - h) autoavaliar-se continuamente como profissional participante do coletivo de um projeto de curso ou programa a distância;
 - i) fornecer informações aos gestores e outros membros da equipa no sentido de aprimorar continuamente o processo;

- apresentar currículo e documentos necessários que comprovem a qualificação dos diretores, coordenadores, professores, tutores, comunicadores, pesquisadores e outros profissionais integrantes da equipa multidisciplinar responsável pela concepção, tecnologia, produção, marketing, suporte tecnológico e avaliação decorrentes dos processos de ensino e aprendizagem a distância;

- considerar, na carga horária de trabalho dos professores, o tempo necessário para atividades de planejamento e acompanhamento das atividades específicas de um programa de educação a distância;

- indicar a política da instituição para capacitação e atualização permanente dos profissionais contratados;

- estabelecer uma proporção professor-alunos que garanta boas possibilidades de comunicação e acompanhamento.

4. Comunicação / Interatividade entre Professor e Aluno

O aluno é sempre o foco de um programa educacional e um dos pilares para garantir a qualidade de um curso a distância é a comunicação entre professores e alunos, hoje enormemente facilitada pelo avanço das TICs.

A relação via correio, sozinha, típica dos cursos por correspondência antigos, não mais reflete o estágio atual de desenvolvimento tecnológico no campo da comunicação. Assim, para atender às exigências de qualidade do processo pedagógico atual - salvo em algum caso muito específico, de aluno que resida em local isolado e sob condições muito peculiares em que sempre será admitida esta forma de comunicação - também devem ser oferecidas as atuais condições de telecomunicação (telefone, fax, correio eletrônico, teleconferência, fórum de debate em rede, etc...).

Junto com a interação professor-aluno, a relação entre colegas de curso, mesmo a distância, é uma prática muito valiosa, capaz de contribuir para evitar o isolamento e manter um processo instigante, motivador de aprendizagem, facilitador de interdisciplinaridade e de adoção de atitudes de respeito e de solidariedade ao outro.

Sempre que necessário, os cursos a distância podem prever momentos presenciais. Sua frequência deve ser determinada pela natureza da área do curso oferecido.

O encontro presencial no início do processo tem-se mostrado importante para que os alunos conheçam professores, técnicos de apoio e seus próprios colegas, facilitando, assim, contactos futuros a distância.

Para assegurar a comunicação/interatividade professor-aluno, a instituição deverá:

- apresentar como se dará a interação entre alunos e professores, ao longo do curso a distância e a forma de apoio logístico a ambos;
- quantificar o número de professores/hora disponíveis para os atendimentos requeridos pelos alunos;
- informar a previsão dos momentos presenciais planejados para o curso e qual a estratégia a ser usada;

- informar aos alunos, desde o início do curso, nomes, horários, formas e números para contato com professores e pessoal de apoio;
- informar locais e datas de provas e datas-limite para as diferentes atividades (matrícula, recuperação e outras);
- garantir que os estudantes tenham sua evolução e dificuldades regularmente monitoradas e que recebam respostas rápidas a suas perguntas bem como incentivos e orientação quanto ao progresso nos estudos;
- assegurar flexibilidade no atendimento ao aluno, oferecendo horários ampliados e/ou plantões de atendimento;
- dispor de centros ou núcleos de atendimento ao aluno - próprios ou conveniados - inclusive para encontros presenciais;
- valer-se de modalidades comunicacionais sincrônicas como teleconferências, chats na internet, fax, telefones, rádio para promover a interação em tempo real entre docentes e alunos;
- facilitar a interação entre alunos, sugerindo procedimentos e atividades, abrindo sites e espaços que incentivem a comunicação entre colegas de curso;
- acompanhar os profissionais que atuam fora da sede, assegurando a esses e aos alunos o mesmo padrão de qualidade da matriz;
- orientar todos os profissionais envolvidos no programa e organizar os materiais educacionais de modo a atender sempre o aluno, mas também a promover autonomia para aprender e para controlar o próprio desenvolvimento;
- abrir espaço para uma representação de estudantes que estudam a distância, de modo a receber feedback e aperfeiçoar os processos.

5. Recursos Educacionais

A experiência em cursos presenciais não é suficiente para assegurar a qualidade de materiais educacionais que serão veiculados por diferentes meios de comunicação e informação. Cada recurso utilizado - material impresso, vídeos, programas televisivos, radiofônicos, videoconferências, páginas Web e outros - tem sua própria lógica de concepção, de produção, de linguagem, de uso do tempo. Seu uso combinado deve ser harmônico e traduzir a concepção de educação da instituição de ensino, possibilitando o alcance dos objetivos propostos.

Não há um modelo único a ser seguido ou adotado. Devido à pluralidade cultural e diversidade socioeconômica, pode-se desenvolver e conviver com diferentes projetos, desde os mais avançados em termos tecnológicos até os mais tradicionais, como os impressos. O

importante na hora de definir a estratégia de média é pensar naquela que chega ao aluno onde quer que ele esteja.

Com o avanço e disseminação das TICs e o progressivo barateamento dos equipamentos, as instituições podem elaborar seus cursos a distância baseadas não só em material impresso mas, quando possível, também em material sonoro, visual, audiovisual, incluindo recursos eletrônicos e telemáticos.

Assim, na construção de um curso ou programa a distância é necessário:

- definir quais as médias serão utilizadas na construção da proposta pedagógica;
- considerar que a convergência dos equipamentos e a integração entre materiais impressos, radiofônicos, televisivos, de informática, de teleconferências, dentre outros, acrescida da mediação dos professores - em momentos presenciais ou virtuais - criam ambientes de aprendizagem ricos e flexíveis;
- considerar que a educação a distância pode levar a uma centralização na disseminação do conhecimento e, portanto, na elaboração do material educacional, abrir espaço para que o estudante reflita sobre sua própria realidade, possibilitando contribuições de qualidade educacional, cultural e prática ao aluno;
- associar os materiais educacionais entre si e a módulos/unidades de estudos/séries, indicando como o conjunto desses materiais se inter-relacionam, de modo a promover a interdisciplinaridade e a evitar uma proposta fragmentada e descontextualizada do programa.
- incluir no material educacional um guia - impresso e/ou disponível na rede - que:
 - a) oriente o aluno quanto às características da educação a distância e quanto a direitos, deveres e atitudes de estudo a serem adotadas;
 - b) informe sobre o curso escolhido e a caracterização dos equipamentos necessários ao desenvolvimento do curso, nos casos das propostas *on-line*;
 - c) esclareça como se dará a comunicação com professores, colegas, pessoal de apoio tecnológico e administrativo;
 - d) apresente cronograma, períodos/locais de presença obrigatória, o sistema de acompanhamento e avaliação, bem como todas as orientações que lhe darão segurança durante o processo educacional;
- informar, de maneira clara e precisa, que meios de comunicação e informação serão colocados à disposição do aluno (livros-texto, cadernos de atividades, leituras complementares, roteiros, obras de referência, websites, vídeos, ou seja, um conjunto -

impresso e/ou disponível na rede - que se articula com outros meios de comunicação e informação para garantir flexibilidade e diversidade);

- detalhar nos materiais educacionais que competências cognitivas, habilidades e atitudes o aluno deverá alcançar ao fim de cada unidade, módulo, disciplina, oferecendo-lhe oportunidades sistemáticas de autoavaliação;

- utilizar plataformas de aprendizagem - no caso de cursos por meio de redes (intranet ou Internet) - que favoreçam trabalhos colaborativos, unindo alunos fisicamente distantes;

- desenvolver laboratórios virtuais de Física, Química, Matemática, Biologia, Línguas e outros ambientes virtuais que favoreçam a aprendizagem das diversas disciplinas do currículo e facilitem a experimentação nos momentos presenciais em laboratórios reais;

- definir critérios de avaliação de qualidade dos materiais;

- estimar o tempo que o correio leva para entregar o material educacional e considerar esse prazo para evitar que o aluno se atrase ou fique impedido de estudar, comprometendo sua aprendizagem;

- dispor de esquemas alternativos mais velozes para casos eventuais;

- respeitar, na preparação de material, aspetos relativos à questão de direitos autorais, da ética, da estética, da relação forma-conteúdo.

6. Infraestruturas de Apoio

Além de mobilizar recursos humanos e educacionais, um curso a distância exige a montagem de infraestrutura material proporcional ao número de alunos, aos recursos tecnológicos envolvidos e à extensão de território a ser alcançada, o que representa um significativo investimento para a instituição.

A infraestrutura material refere-se aos equipamentos de televisão, videocassetes, audiocassetes, fotografias, impressoras, linhas telefônicas, inclusive dedicadas para internet e linhas grátis 800; fax, equipamentos para produção audiovisual e para videoconferência, computadores ligados em rede e/ou stand-alone e outros, dependendo da proposta do curso.

Fique-se atento ao facto de que um curso a distância não exige a instituição de dispor de centros de documentação e informação ou mediatecas (que articulam bibliotecas, videotecas, audiotecas, hemerotecas, infotecas, etc.), inclusive virtuais, para prover suporte a alunos e professores.

Compõem, ainda, a infraestrutura material de um curso a distância os núcleos para atendimento ao aluno, inclusive em cidades e polos que estejam distantes da sede da instituição.

Esses núcleos ou polos devem ser adequadamente equipados para que os alunos distantes da sede tenham a mesma qualidade de atendimento que aqueles que residem perto e podem beneficiar-se eventualmente da infraestrutura física da instituição.

Na construção de um programa ou curso a distância, a instituição deverá:

- indicar e quantificar os equipamentos necessários para instrumentalizar o processo pedagógico e a relação proporcional aluno/meios de comunicação;
- dispor de acervo atualizado, amplo e representativo de livros e periódicos, acervo de imagens, áudio, vídeos, sites na Internet, à disposição de alunos e professores;
- definir política de reposição, manutenção, modernização e segurança dos equipamentos da sede e dos polos ou núcleos descentralizados;
- adotar procedimentos que garantam o atendimento a cada aluno, independente do local onde ele esteja (por exemplo: confeccionar embalagens especiais para entrega e devolução segura dos livros, periódicos e materiais didáticos);
- definir onde serão feitas as atividades práticas em laboratórios e os estágios supervisionados, inclusive para alunos fora da localidade, sempre que a natureza e currículo do curso exigir;
- oferecer, sempre que possível, laboratórios, bibliotecas e museus virtuais bem como os muitos recursos que a informática torna disponível;
- organizar e manter os serviços básicos, como:
 - a) cadastro de alunos e de professores;
 - b) serviços de controlo de distribuição de material e de avaliações;
 - c) serviço de registos de resultados de todas as avaliações e atividades realizadas pelo aluno, prevendo-se, inclusive recuperação e a possibilidade de certificações parciais;
 - d) serviço de manutenção dos recursos tecnológicos envolvidos;
- designar pessoal de apoio para momentos presenciais e de provas;
- selecionar e capacitar pessoal dos polos ou núcleos para atendimento ao aluno, inclusive os que ficam fora da sede;

7. Avaliação de Qualidade Contínua e Abrangente

Cursos e programas a distância, pelo seu carácter diferenciado e pelos desafios que enfrentam, devem ser acompanhados e avaliados em todos os seus aspetos, de forma sistemática, contínua e abrangente.

Duas dimensões devem ser contempladas na proposta de avaliação: (1) a que diz respeito ao aluno e (2) a que se refere ao curso como um todo, incluindo os profissionais que nele atuam.

Na educação a distância, o modelo de avaliação da aprendizagem do aluno deve considerar seu ritmo e ajudá-lo a desenvolver graus ascendentes de competências cognitivas, habilidades e atitudes, possibilitando-lhe alcançar os objetivos propostos, conforme indicado no item 1.

Mais que uma formalidade legal, a avaliação deve permitir ao aluno sentir-se seguro quanto aos resultados que vai alcançando no processo de ensino-aprendizagem. A avaliação do aluno feita pelo professor deve somar-se à autoavaliação, que auxilia o estudante a tornar-se mais autônomo, responsável, crítico, capaz de desenvolver sua independência intelectual.

A avaliação responsável é fundamental para que o diploma conferido seja legitimado pela sociedade.

Reconhecendo na avaliação um dos aspectos fundamentais para a qualidade de um processo de ensino e aprendizagem, a instituição deve:

- estabelecer o processo de seleção dos alunos;
- informar, quando houver, a existência de um módulo introdutório - obrigatório ou facultativo - que leve ao domínio de conhecimentos e habilidades básicos, referente à tecnologia utilizada e/ou ao conteúdo programático do curso, assegurando a todos um ponto de partida comum;
- definir como será feita a avaliação da aprendizagem do aluno, tanto no processo como as finais – estas, presenciais, conforme exige a legislação em vigor;
- definir como será feita a recuperação de estudos e as avaliações decorrentes dessa recuperação;
- considerar a possibilidade de aceleração de estudos e a forma de avaliação, caso haja implicações no período de integralização e no cronograma estabelecidos a priori pela instituição;
- considerar como será feita a avaliação de alunos que têm ritmo de aprendizagem diferenciado e a possibilidade de avaliar as competências e conhecimentos adquiridos em outras oportunidades;

- tornar públicas todas as informações referentes às avaliações desde o início do processo, para que o aluno não seja surpreendido;
- tomar todas as precauções para garantir sigilo e segurança nas avaliações finais, zelando pela confiabilidade dos resultados;
- desenhar um processo contínuo de avaliação quanto:
 - a) à aprendizagem dos alunos;
 - b) às práticas educacionais dos professores ou tutores;
 - c) ao material didático (seu aspecto científico, cultural, ético e estético, didático-pedagógico, motivacional, de adequação aos alunos e às TIC e informação utilizadas, a capacidade de comunicação, dentre outros) e às ações dos centros de documentação e informação (mediatecas);
 - d) ao currículo (sua estrutura, organização, encadeamento lógico, relevância, contextualização, período de integralização, dentre outros);
 - e) ao sistema de orientação docente ou tutoria (capacidade de comunicação através de meios eficientes; de atendimento aos alunos em momentos a distância e presenciais; orientação aos estudantes; avaliação do desempenho dos alunos; avaliação de desempenho como professor; papel dos núcleos de atendimento; desenvolvimento de pesquisas e acompanhamento do estágio, quando houver);
 - f) à infraestrutura material que dá suporte tecnológico, científico e instrumental ao curso;
 - g) ao projeto de educação a distância adotado (uma soma dos itens anteriores combinada com análise do fluxo dos alunos, tempo de integralização do curso, interação, evasão, atitudes e outros);
 - h) à realização de convênios e parcerias com outras instituições;
 - i) à meta-avaliação (um exame crítico do processo de avaliação utilizado: seja do desempenho dos alunos, seja do desenvolvimento do curso como um todo).
- considerar as vantagens de uma avaliação externa;
- avaliar a participação dos alunos em avaliações nacionais.

8. Convênios e Parcerias

Implantar um curso a distância exige alto investimento em profissionais, conhecimento, material didático, infraestrutura tecnológica e serviços de apoio e manutenção dos mesmos, inclusive nos polos ou núcleos de atendimento.

Assim, na fase inicial, e mesmo na sequência, pode ser aconselhável a celebração de convênios, parcerias e acordos técnicos com e entre universidades, instituições de ensino superior, secretarias de educação, empresas privadas e outros, de forma a garantir elevado padrão de qualidade ao curso e legitimidade ao certificado ou diploma oferecido.

Na implantação de um curso ou programa a distância, a instituição:

- poderá celebrar convênios, parcerias e acordos, identificando qual o papel de cada conveniado ou parceiro no projeto;
- deverá orientar instituições estrangeiras com as quais eventualmente estabeleça parceria quanto ao processo de credenciamento e autorização de curso e demais aspectos da legislação portuguesa, visto que esta é a que prevalece nas relações contratuais entre instituição-aluno e é a instituição nacional que responde perante as autoridades constituídas, devendo ficar explícito que a responsabilidade e direção do processo cabe a esta;
- deverá informar a instituição responsável pela certificação do curso;
- deverá comprovar, em caso de acordo internacional, que a tecnologia utilizada seja passível de absorção pela instituição nacional, buscando-se a independência tecnológica.

9. Transparência nas Informações

Para muitos alunos, parece ser fácil estudar a distância. Na verdade não é. Estudar a distância exige perseverança, autonomia, capacidade de organizar o próprio tempo, domínio de leitura, interpretação e, eventualmente, de tecnologia.

Taxas de evasão elevadas muitas vezes decorrem da falta de informação prévia e são prejudiciais tanto para os alunos como para as instituições que oferecem cursos.

Toda a publicidade e o edital de um curso a distância têm uma função importante de esclarecimento à população interessada e devem:

- informar os documentos legais que autorizam o funcionamento do curso;
- estabelecer direitos que confere e deveres que serão exigidos:
 - a) pré-requisitos para ingresso;
 - b) número ideal de horas que o aluno deve dedicar por dia/semana aos estudos;
 - c) tempo limite para completar o curso;

- d) necessidade de deslocamentos para provas, estágios ou laboratórios e locais onde serão realizadas;
- e) preço e condições de pagamento;
- f) quais os custos cobertos pela mensalidade e que outros custos os alunos deverão arcar durante o programa (tais como deslocamentos para participação em momentos presenciais, provas, estágios, etc.)
- g) materiais e meios de comunicação e informação e outros recursos que estarão disponíveis aos alunos;
- h) no caso de cursos on-line, indicar as características mínimas que o equipamento do aluno deve ter;
- i) modos de interação e de comunicação oferecidos para contacto com o professor orientador ou tutor;
- j) condições para interromper temporariamente os estudos;
- k) informações sobre como poderá ser abreviada a duração do curso, para alunos que tenham demonstrado extraordinário aproveitamento nos estudos.

10. Sustentabilidade Financeira

O investimento em educação a distância - em profissionais, materiais educacionais, equipamentos, tempo, conhecimento - é alto e deve ser cuidadosamente planejado e projetado de modo a que um curso não tenha que ser interrompido antes de finalizado, prejudicando a instituição e, principalmente, os estudantes.

Para que um curso ou programa a distância possa ser ofertada com elevado grau de segurança, a instituição deverá:

- desenvolver uma projeção de custos e de receitas realista, levando em consideração o tempo de duração do programa, todos os processos necessários à implementação do curso e uma estimativa de evasão;
- considerar os processos de recuperação e aceleração de estudos e as avaliações extraordinárias - se houver - e seu impacto na previsão de receitas;
- considerar a necessidade de revisão e reedição de materiais didáticos e de reposição, manutenção e atualização de tecnologia e outros recursos educacionais;
- prever os gastos e investimentos na sede e nos polos ou núcleos fora da localidade;
- divulgar qual a política e procedimentos a serem adotados pela instituição em caso de evasão elevada, de modo a garantir a continuidade e qualidade do curso para os alunos que permanecem no processo.

Institucionalização da Educação Mediada pelas Tecnologias

“A ruína é um presente, a ruína é a estrada para a transformação.”
(Comer-Rezar-Amar)

A utilização efetiva da educação mediada pelas diversas tecnologias nunca descolou na Universidade dos Açores pois em tempo de “vacas gordas” sobravam recursos. Esta questão se apresenta referenciada como uma das prioridades desde a gestão anterior da instituição, discurso que permanece na conjuntura atual.

A pressão atual do MEC e da UE em direção ao *e-learning* devem corroborar com o processo, mas estas medidas, por si só, são insuficientes. Roth (2012) sugere várias ações a serem desenvolvidas para auxiliar o processo de institucionalização:

- sensibilização do corpo docente através de eventos que apresentem casos de sucesso e boas práticas (de outras universidades e de outros professores) e reúna a reitoria e todos os departamentos bem como sinergias encontradas na região (empresas públicas e privadas), associação dos imigrantes e o governo regional cuja SRCTE tem como missão “dinamizar a investigação científica e promover o desenvolvimento tecnológico e a inovação para consolidar a sociedade do conhecimento na região” e a visão “a investigação científica, a inovação e o desenvolvimento tecnológico como alavanca do futuro”.

- identificação de benefícios aos alunos, professores, instituição e região.
- identificação de sinergias e interesses com todos os departamentos.
- infraestrutura: recursos existentes e proposta dos necessários.
- levantamento dos índices da UAç nos principais rankings de desempenho.
- revisão do sítio da UAç em busca de uma padronização das páginas (institucional, administrativo, departamentos, cursos, professores, disciplinas) e remoção de ofertas de cursos livres que permanecem (aconteceram em anos anteriores).

Bons exemplos nacionais de sítios padronizados são da Universidade de Aveiro e da Universidade do Minho que, por acaso, são as universidades mais tecnologicamente atualizadas a nível nacional.

<http://www.ua.pt>
<http://www.uminho.pt>

O sítio da UAç é sua presença virtual, logo deveria permitir contactos com todas as partes (setores, departamentos, professores) sem que os *e-mails* ficassem expostos e alvos de spams (mensagens não solicitados).

Atualmente acontece exatamente o inverso.

Existem áreas em que é impossível se contactar através da internet e em outras os *e-mails* estão expostos e as caixas postais dos utilizadores ou estão cheias (e devolvem as mensagens) ou devido ao elevado número de spams não recebem a devida atenção.

A versão atual realizada pela empresa Morfose tem um visual clean, mas peca em não manter a padronização em alguns departamentos (relevante em um sítio institucional) e não apresentar a mesma informação em outros idiomas. Além das opções mais frequentes, representadas pelos idiomas mais falados, pode contemplar a diversidade de nacionalidades que tem acedido à UAç em seus diversos níveis, bem como a diversidade de nacionalidades dos fluxos migratórios para os Açores ou ainda a diversidade cultural da UE.

- busca de uma melhor identidade visual do sítio com o Moodle e os novos sistemas a serem testados: Schoology (baseado na filosofia das redes sociais), MITx, etc.

O Moodle permite a instalação de diversos idiomas. Atualmente a UAç utiliza além do português, versões em inglês, espanhol e francês. Provavelmente estas limitadas possibilidades não atendem todos os estudantes em mobilidade ou imigração.

- oficinas de formação aos professores em tópicos necessários ao projeto.

Alguns alunos em mobilidade têm postado comentários de que os professores da UAç desenvolvem suas aulas “apenas” em português. Embora isso seja uma prática normal em todos países (adotar o “seu” idioma oficial) não é a única opção. Em muitas universidades da Espanha e da Polónia, por exemplo, é oferecida formação superior integralmente em inglês. Sem adotar nenhum dos extremos, conhecer o mínimo de outros idiomas facilitaria a comunicação e a integração de alunos que mesmo realizando estudos de português como segunda língua ainda não a dominam.

Deveria haver um estímulo, ao espírito da aprendizagem ao longo da vida, para que todos os professores adquirissem competências não só a nível informático e de tecnologias voltadas a suportar a educação (em práticas presenciais e/ou a distância), mas também em idiomas que atendessem a demanda justificada por alunos em mobilidade. Isso facilitaria o processo e seria uma mais-valia no processo de internacionalização da universidade.

A oferta de cursos livres (idiomas) realizada pelo Departamento de Línguas e Literaturas Modernas é extremamente reduzida, pouco frequente e insuficiente. São oferecidas formações em alemão, espanhol, francês, inglês, italiano e português como língua estrangeira; de modo extensivo com inscrições “apenas” no mês de setembro, ou de modo intensivo, “apenas” no mês de julho.

- efeito-demonstração (sugestões de correção de parte do sítio).

- publicação de todas as disciplinas de todos os cursos (ementas, bibliografia, programação dia-a-dia) - pode ser no Moodle, mas os conteúdos devem ser atualizados em todos os semestres e o acesso deve ser liberado para visitantes (o que não está a acontecer).

- efeito-demonstração (sugestões de correção para uma disciplina).

- publicação dos materiais utilizados (ficheiros pdf que normalmente seriam copiados por xerox) sem ferir direitos autorais (neste caso é preferível utilizar fontes disponíveis na internet e indicar o link, bem como a última data em que se percebeu que estava disponível).

- introdução de uma disciplina para todos os alunos, de formação básica em tecnologias de ensino a distância (*e-learning* e videoconferências); inicialmente a oferta deveria se estender para todos os alunos da UAç, sendo que posteriormente quando a população atual for atingida, se limitar ao primeiro semestre de cada novo aluno.

- introdução de uma oficina de formação para todos os professores; de formação básica em tecnologias de ensino a distância (*e-learning* e videoconferências); inicialmente a oferta deveria se estender para todos os professores da UAç, sendo que posteriormente quando a população atual for atingida, se limitar aos novos ingressos ou exigir formação prévia como pré-requisito nos concursos.

- introdução de uma oficina de formação para todos os professores de produção básica de conteúdos.

- criação de um gabinete permanente de apoio ao *e-learning*.

- criação de um laboratório de *e-learning* para experimentação e testagem de novas tecnologias bem como espaço para desenvolver oficinas de formação.

- investigação e experimentação sobre novas tecnologias e metodologias (EAD).

- disponibilização de oferta constante e atualizada de oficinas para professores.

- presença ativa em redes sociais e mais constante no portal Universia.

- criação de pontos de presença (POPs) em todas as ilhas para permitir acompanhamento de aulas à distância (reduz deslocações de alunos e professores); poderão estar associados aos espaços TIC já existentes do governo regional.

- avaliação das condições de largura de banda possíveis de serem utilizadas.

Atualmente a FCCN disponibiliza “apenas” 100 Mbps de largura de banda para a UAç. Este valor corresponde ao menor que é disponibilizado atualmente às universidades do continente e se traduz por estrangulamentos nas videoconferências e navegação lenta. Independente de se solicitar um aumento da banda disponível (com o continente), pode-se incrementar as conexões locais (entre as ilhas e pontos de presença), através de estrutura própria ou, preferencialmente compartilhada e sem custos de aquisição e/ou manutenção, através de parcerias com o governo regional e com empresas de comunicação de dados.

Videoconferências e *e-learning* praticados internamente, ou seja, “apenas” no arquipélago não necessitam compartilhar a banda de internet disponível para o continente.

- desenvolvimento de parte do conteúdo das disciplinas presenciais à distância.
- oferecimento de algumas disciplinas nas duas opções (presenciais ou à distância).
- oferecimento de algumas disciplinas totalmente à distância.
- oferecimento de cursos em *b-learning* e em *e-learning* (*m-learning* / *x-learning*).
- instalação da plataforma eduCommons.
- reserva do subdomínio “ocw” no domínio “uac.pt”.
- efeito demonstração (OCW/REA): publicação em <http://ocw.uac.pt>.
- adesão ao OCW Universia (e participação ativa com publicações).
- compartilhamento de conteúdos (REA) utilizados nas disciplinas.
- adesão às universidades edX (UAcX).
- reserva do subdomínio “uacx” no domínio “uac.pt”.
- prospeção de formações necessárias e ainda não atendidas na região.
- investigação de um novo modelo de sustentabilidade (sem depender de recursos governamentais e propinas dos estudantes): prospeção, atualização, sugestão e experimentação dos modelos de financiamento sugeridos por Downes (2007).
 - parcerias com o governo regional e empresas públicas e privadas da região.
 - parcerias com o governo nacional e empresas públicas e privadas do país.
 - parcerias europeias (públicas e empresas privadas).
 - parcerias internacionais (públicas e empresas privadas).
 - participação em concursos/convocatórias/candidaturas para a obtenção de fundos e recursos internos e externos (regionais, nacionais e europeus).
- participação em concursos/convocatórias/candidaturas para a obtenção de infraestruturas (regionais, nacionais e europeus).
 - projeto pedagógico de cursos abertos (gratuitos).
 - apresentação de um modelo de sustentabilidade para cursos abertos (gratuitos).
 - identificação de parceiros e patrocinadores locais para suportar o projeto.
 - publicação de materiais abertos (OCW/REA) em <http://ocw.uac.pt>.
 - reserva do subdomínio “open” no domínio “uac.pt”.
 - cursos abertos (gratuitos) sem certificado: publicação em <http://open.uac.pt>.
 - novo modelo de sustentabilidade para cursos abertos (gratuitos).
 - formatação de cursos abertos, básicos, com certificação (edX).
 - cursos abertos (gratuitos) com certificado edX: publicação em <http://uacx.uac.pt>.
 - cursos abertos (gratuitos) com certificado UAç: publicação em <http://open.uac.pt>.
 - projeto pedagógico de um curso superior aberto (CSA) (gratuito).

- formatação de cursos abertos, de nível superior, com certificação.
- projeto-piloto CSA: número de vagas reduzido (para região) em <http://open.uac.pt>.
- avaliação do Projeto-piloto CSA.
- produção CSA: sem limite de vagas (para região) em <http://open.uac.pt>.
- avaliação da Produção CSA SLV1.
- produção CSA: sem limite de vagas; publicação em <http://open.uac.pt>.
- avaliação da Produção CSA SLV2.
- oferecimento de cursos em mais de um idioma.
- parcerias com outras universidades (outros países) para o oferecimento de dupla (ou mais) certificação - explorar toda a diversidade migratória da região com ênfase nas mais predominantes (brasileira, ucraniana e cabo-verdiana) e as minorias.
- introdução de requisitos específicos em todos os concursos para contratação de professores nomeadamente a capacitação pedagógica para a docência on-line no ensino superior, comprovada através de cursos de formação avançada neste domínio; coordenação de cursos e/ou participação em equipas de desenvolvimento de novos cursos e programas de estudo em regime de *e-learning* no ensino superior.
- produção de conteúdos multimédia com ênfase em vídeo de alta resolução, hospedagem na FCCN, irradiação pela internet.
- formatação de programas com a utilização dos vídeos que divulguem as atividades desenvolvidas na UAç (o programa 3810 da UA foi um bom exemplo nacional).
- criação de um estúdio para a produção de programas de rádio e TV.
- espaço na grelha de tvs estatais (a RTP apresentava o 3810 da UA).
- criação de uma rádio e tv universitárias, irradiação pela internet.
- obtenção de canais de rádio e tv digitais, satélite e/ou cabo.
- eventos relacionados a cada passo a efetivar ou efetivado.
- publicações de projetos e resultados.

Em um contexto de crise e escassez de recursos há que se ter bom senso, realizar a leitura da realidade além do imediatismo, apostando na inovação, criatividade e em soluções heterodoxas. Não basta a retórica modernosa, marcada pela postura que maquia de moderno o que, no fundo, continua arcaico - independente das tecnologias disponíveis e pouco utilizadas - quando os processos bem como os currículos, que são o retrato da universidade, estão envelhecidos (Demo, 2002, p. 28).

É necessário institucionalizar, algo que vai além do discurso muitas vezes vazio, quando não encontra adesão e aplicação.

Institucionalizar é legislar, definir, obrigar o seguimento de normas e procedimentos.

Sistema de Ensino Aberto e à Distância

“Entramos na era do estudo interativo de verdade, onde já não bastam cinquenta minutos de queixos sustentados pelos cúbitos e rádios, que apoiados sobre a carteira, aguardam a campainha do fim de uma aula enfadonha, para determinar se o aluno é ou não participativo. Agora é imperativo a participação de todos, sem limites de tempo ou de espaço. A educação a distância vem deixando de ser apenas uma alternativa para compensar a longitude física entre educador e treinando. Não é, simplesmente, essa distância que está com os dias contados, mas, principalmente, o velho distanciamento entre o professor autocrático e o pendular vai e vem consentido das cabeças passivas dos treinandos. Agora interagir é um imperativo, seja qual for a distância entre o professor e o aluno. Talvez, o correto fosse, mesmo, denominá-la de educação sem distância.”
(Celso Pardal)

Diversos países estão implementando projetos de educação aberta (gratuita), mas o que se percebe na Europa é uma resistência a este modelo e um foco voltado à otimizar a utilização da internet para tentar substituir sistemas educativos ultrapassados e ineficazes.

Encontrar cursos gratuitos nas universidades portuguesas é algo bem complexo, mesmo em instituições públicas.

A Universidade Lusíada (privada) desenvolveu alguns, mas foram financiados pela Comunidade Europeia através do Fundo Social Europeu.

http://www.por.ulusiada.pt/noticias/artigo.php?news_id=456

Mas será, efetivamente na oferta de um curso universitário gratuito que se verificará um grande impacto em Portugal visto o modelo dominante de venda de conhecimentos pelo estado e pela iniciativa privada.

Contudo até que um novo modelo de financiamento dos recursos fixos seja encontrado e se mostre adequado para substituir o modelo atual talvez seja interessante utilizar uma opção que não canibalize os cursos existentes na UAç e sua demanda atual.

Certamente é possível oferecer um produto, serviço ou até mesmo cursos, inclusive de nível superior, sem custos ao usuário final (estudante) através da obtenção de outras fontes de financiamento que não dependam dos governos (Republicano e Regional) e de propinas. O Google nos ensinou isso...

Um projeto-piloto para oferecer cursos a distância, gratuitos e autossustentáveis, teria uma boa aceitação em Portugal, independente dos tempos de crise...

No continente onde foram criadas as universidades e onde, até hoje, o conhecimento é vendido, seria algo em direção à quebra de paradigma anunciada.

Recursos Educacionais Abertos

“A maior dívida que um país pode gerar é a perpetuação da ignorância.”
(Nuno Crato)

Através das iniciativas abertas diversos públicos podem ser atingidos o que contempla toda a comunidade - não só a universitária - e, desta forma, se presta ao propósito ainda fundamental das universidades: ensino (oferta formativa), investigação e extensão (interação com a sociedade).

Os materiais OpenCourseWare (OCW), Recursos Educativos Abertos (REA) ou ainda Open Educational Resources (OER) são normalmente conteúdos educacionais em formato digital, originários de disciplinas de cursos de graduação e oferecidos à comunidade gratuitamente.

Normalmente o público consumidor é o mesmo.

Contudo nada impede que sejam utilizados por públicos diversos que por curiosidade, interesse ou mesmo necessidade procuram textos de acesso aberto (gratuitos).

Diferentemente da educação aberta (gratuita) e da educação à distância (EAD), os REA são basicamente um método de produção e distribuição de conteúdo já que a prática não envolve certificação ou suporte académico e administrativo aos estudantes.

A Fundação William e Flora Hewlett propõe a seguinte definição para os REA:

“REA são recursos para o ensino, a aprendizagem e a pesquisa que residem no domínio público ou foram publicados sob uma licença de propriedade intelectual que permite seu livre uso e remixagem por outros. Os REA incluem cursos completos, conteúdo para cursos, módulos, livros, vídeos, testes, *softwares* e quaisquer outras ferramentas, materiais ou técnicas usadas que suportem e permitam o acesso ao conhecimento.”

<http://www.hewlett.org/>

Disponibilizar os REA pode colaborar para melhorar os índices de visibilidade de uma determinada instituição.

Mas isso só terá reflexos nos índices (de competitividade, atratividade, qualidade e inovação) se efetivamente for praticado pela instituição e acompanhado de outras ações que não se limitem a tentar replicar experiências bem-sucedidas.

Neste sentido, é preciso acompanhar o que tem sido feito pelas instituições congêneres e o que ainda está por ser realizado.

Algumas iniciam a instalar uma plataforma (eduCommons) para suporte ao acesso livre dos conteúdos produzidos dentro da iniciativa OpenCourseWare (OCW).

É essencial aprender com os acertos das histórias de sucesso, não cometer os erros dos insucessos e compreender como projetos já existentes podem ser mais bem conectados.

Contudo, é possível ir além e oferecer cursos abertos, oferecidos na modalidade à distância com uma dupla linha de ação.

Alguns gratuitos, dentro da linha OpenCourseWare (OCW) para aumentar a visibilidade e outros pagos (para gerar receita em tempos de “crise” e não apenas neles).

Algo perfeitamente possível de ser implementado como está a ocorrer na UA, que realiza os cursos (pagos) através UNAVE).

<http://www.unave.ua.pt/>

Algumas pessoas acreditam no fim do uso do papel e conseqüentemente no fim dos livros.

Os tablets estão por aí.

Quantos anos sobreviverão?

Alguns autores acreditam que as universidades entrarão em colapso se não acompanharem as mudanças tecno-sociais e culturais que são inevitáveis. (Tapscott, 2011).

Muitos imaginavam que o uso das tecnologias (o ensino baseado na *Web*) seria o início deste fim, (Wyatt, 2001).

Mas eles estavam errados...

Ao longo dos séculos desde a fundação da primeira instituição do mundo ocidental, a universidade tem enfrentado muitos desafios.

E sobrevive...

Formação Inicial

“Na atual era da globalização, o mundo constitui uma unidade cada vez mais próxima.
Por isso, todas as ilhas, e necessariamente os Açores, estão no centro dele.”
(Avelino de Freitas de Meneses)

A formação inicial, básica, capacitação ou ainda ambientação tem por objetivo ambientar discentes, docentes, investigadores e funcionários, ou seja, todos os clientes (internos e externos), com as ferramentas de comunicação tecnológicas utilizadas pela UAç, o que inclui até o momento, o ambiente virtual de aprendizagem (Moodle) e o sistema de videoconferência.

Este nível de formação permite a prática enquanto aluno e deve ser oferecida, obrigatoriamente e indiscriminadamente, a todos os novos clientes (em seu ingresso na universidade) sejam os externos (estudantes) como os internos (funcionários, investigadores e professores), bem como opcionalmente a todos os clientes ingressos em anos anteriores quando não havia este tipo de formação compulsória.

Neste caso, deve ser interpretada como um pré-requisito a qualquer atividade de formação *on-line* evitando que qualquer cliente se inscreva em qualquer curso e/ou atividade que explore os recursos tecnológicos sem estar devidamente familiarizado e habilitado à utilização dos mesmos. Para isso basta constituir uma base de dados apropriada.

A fixação deste pré-requisito bem como a valoração (como um diferencial) das formações promovidas pela UAç nos processos de seleção e concursos de pessoal são um dos trunfos que a instituição pode e deve se valer para obter a adesão dos clientes.

Roth (2005) observou na UERGS a dificuldade que muitos clientes apresentam para ingressar no ambiente pela primeira vez (ao receberem por e-mail o nome de utilizador e a senha) e inovou acrescentando uma oficina presencial o que reduziu os índices de evasão. Através desta oficina todos os clientes são acompanhados no processo de ingresso ao AVA, navegação nas diversas opções, etc...

A produção de um curso de formação inicial deve estar associada a um manual apropriado à versão do AVA em uso. No caso do *Moodle*, a UAç (Morfose) ainda utiliza a versão 1.9 (desatualizada), pois a versão estável mais recente (07/2012) é a 2.3.1. O ideal é produzir os manuais para a última versão, atualizar a mesma todos os semestres e ao mesmo tempo a versão do software em uso.

<http://moodle1112.uac.pt/help.php?module=question&file=categorycontexts.html>
<http://download.moodle.org/>

Formação de Formadores

“Esteja sempre aberto para novos pontos de vista,
pois envelhece aquele que desiste de aprender.”
(Marcelo Dalla)

A formação de formadores (e-formadores) e tutores tem por objetivo ambientar os docentes e assistentes, com as ferramentas de comunicação tecnológicas utilizadas.

Este nível de formação permite a prática enquanto tutor e professor e deve ser oferecida, obrigatoriamente e indiscriminadamente, a todos os novos formadores (em seu ingresso na universidade), bem como opcionalmente a todos os ingressos em anos anteriores quando não havia este tipo de formação compulsória. Neste caso, deve ser interpretada como um pré-requisito a qualquer atividade de formação *on-line* evitando que qualquer tutor ou professor realize ou desenvolva qualquer curso e/ou atividade que explore os recursos tecnológicos sem estar devidamente habilitado à utilização dos mesmos.

“Em regimes de formação presencial a figura do formador é, de um modo geral, omnipresente e de uma importância indelével. Num espaço de formação ele é facilmente identificável e pode desempenhar o seu papel assumindo diferentes posturas e atitudes e utilizar diferentes métodos pedagógicos para fazer aquilo a que se convencionou chamar ensinar. Quando passamos para regimes de ensino a distância e particularmente em situações de *e-learning*, a figura do formador como que desaparece aos olhos do utilizador do sistema formativo. De facto, uma das características que define um regime de ensino a distância é precisamente a ausência do formador na maior parte dos momentos em que o estudante processa as suas aprendizagens, contrariamente ao que acontece nos regimes presenciais. Na verdade, acontece com frequência que os formandos dos regimes de ensino a distância identifiquem a figura do tutor como o substituto do formador. Esta identificação tem alguma razão de ser, pelo menos em termos emocionais. É normalmente o tutor o elemento de contacto entre o aluno e a instituição ensinante, possibilitando a existência de apoio específico, que vai desde a escolha do currículo, a formas de estudar, leituras complementares a realizar, esclarecimento de dúvidas até à ajuda na resolução de problemas administrativos e burocráticos. Também é no tutor que o aluno identifica o professor dado que é com ele que, em termos práticos, interage para a resolução das questões relacionadas com as aprendizagens. Mas esta identificação não é formalmente correta.”

<http://joselagarto.no.sapo.pt/e-formador.htm>

Collison (2000) divide o papel do e-formador em três categorias:

- guia não participante: abordagem semelhante à dos seminários, com o e-formador a dirigir e conduzir múltiplas discussões que decorrem entre os estudantes, mas limitando-se a participar em demasiadas interações diretas;

- instrutor ou líder de projeto: como facilitadores de cursos online, os e-formadores desempenham um papel instrutivo, devem fornecer feedback, orientar e definir as regras das interações;

- líder do processo de grupo: o e-formador deve promover a participação de todos nas discussões, guiando-as e focando-as em linhas construtivas.

A intervenção dos moderadores é classificada em quatro áreas por Berge (1995):

- pedagógica (intelectual): como facilitador educacional, o moderador usa vários métodos para focar a discussão nos conceitos, princípios e competências essenciais;

- social: é essencial criar um ambiente amigável, que promova aprendizagem, através do incentivo às relações humanas, desenvolvendo o trabalho e a coesão do grupo;

- gestão (organizativa, administrativa): esta área envolve o estabelecimento da agenda, objetivos, calendários, regras de participação e procedimentos, etc.

- técnica: o moderador tem de fazer com que os participantes se sintam confortáveis com a utilização do software que está a ser usado. O objetivo último do formador é fazer com que a tecnologia seja transparente para o formando.

Para poderem desempenhar a variedade das funções referidas, os e-formadores devem possuir um conjunto de características pessoais, habilidades e competências pedagógicas, tecnológicas e comunicacionais.

Hywel Thomas (Training Foundation), citado por Shepherd (2002), sintetizou numa mnemónica de 4 p's, as qualidades que os e-formadores devem possuir:

- positivo: estabelecer ligações, gerar entusiasmo, manter interesse, e ajudar nas dificuldades;

- proactivo: fazer acontecer, ser um catalisador (quando necessário), identificar quando é necessário agir e fazê-lo;

- paciente: compreender as necessidades de cada um dos formandos e do grupo e ter a flexibilidade de ajustar o curso, na medida do possível, a essas necessidades;

- persistente: manter o foco no essencial, impedindo os formandos de se afastarem, e resolver os problemas, técnicos ou de outra natureza.

O tutor *on-line*, como pessoa responsável pelo acompanhamento dos alunos, sendo elo entre discentes e instituição, precisa de uma formação sólida e continuada para que possa atender as necessidades de um modelo educacional em expansão e com carência de referenciais teóricos para suprir a demanda.

Mobilidade de Estudantes Regionais

“A mobilidade não deve ser vista apenas como o percurso entre pontos, ou o acesso a determinada informação. Ela não é neutra e revela formas de poder, controle, monitoramento e vigilância, devendo ser lida como potência e performance.”
(André Lemos)

A mobilidade de estudantes regionais compreende as deslocações realizadas (ou não, no caso dos residentes no local de formação) entre os estudantes residentes nas nove ilhas principais (Corvo, Faial, Flores, Graciosa, Pico, Santa Maria, São Jorge, São Miguel e Terceira) e as três ilhas onde a UAç possui seus campus de formação (Faial, São Miguel e Terceira).

Os dados não compreendem estudantes que realizam suas formações (mesmo à distância) por outras universidades, no continente ou mesmo em outros países.

Tabela - Alunos RAA: 3.184 no Ano Letivo 2009/2010

Ilha de Residência	Faial UA	São Miguel UA	São Miguel ESE	Terceira UA	Terceira ESE	Total Ilhas
Corvo	0	2	0	0	0	2
Faial	12	73	5	10	15	115
Flores	0	27	0	2	1	30
Graciosa	0	10	1	3	4	18
Pico	0	59	7	11	13	90
Santa Maria	1	45	5	11	3	65
São Jorge	1	42	5	20	7	75
São Miguel	5	1.925	136	74	42	2.182
Terceira	2	218	4	271	112	607
Total Campus	21	2.401	163	402	197	3.184

Fonte: PRQAED, Fialho (2012).

Tabela - Alunos RAA: 3.517 no Ano Letivo 2010/2011

Ilha de Residência	Faial UA	São Miguel UA	São Miguel ESE	Terceira UA	Terceira ESE	Total Ilhas
Corvo	0	3	0	0	0	3
Faial	9	68	10	9	13	109
Flores	0	23	0	2	2	27
Graciosa	0	9	3	2	6	20
Pico	1	62	3	17	17	100
Santa Maria	0	47	6	13	4	70
São Jorge	1	54	5	18	9	87
São Miguel	7	2.143	132	63	53	2.398
Terceira	2	298	15	291	97	703
Total Campus	20	2.707	174	415	201	3.517

Fonte: PRQAED, Fialho (2012).

Tabela - Alunos RAA: 3.413 no Ano Letivo 2011/2012

Ilha de Residência	Faial UA	São Miguel UA	São Miguel ESE	Terceira UA	Terceira ESE	Total Ilhas
Corvo	0	3	0	0	0	3
Faial	9	72	15	12	33	141
Flores	0	19	2	1	5	27
Graciosa	0	13	3	4	0	20
Pico	2	52	5	14	18	91
Santa Maria	0	45	5	13	4	67
São Jorge	0	47	4	17	11	79
São Miguel	7	2.018	143	63	31	2.262
Terceira	0	320	15	287	101	723
Total Campus	18	2.589	192	411	203	3.413

Fonte: PRQAED, Fialho (2012).

As informações sobre a mobilidade de estudantes regionais durante os anos anteriores e no ano letivo em curso (2012/2013) não foram facilitadas pela UAç, com o agravante que a instituição não possui um sistema especialista para gerir estes dados, o que sempre dificulta a sua obtenção.

O aumento do número de alunos (de 3184 para 3517) verificado no ano letivo 2010/2011 e a posterior redução (de 3517 para 3413) no ano letivo 2011/2012 não permite nenhuma conclusão, pois diversos fatores podem colaborar para a flutuação verificada, o que inclui novos entrantes, formados, desistentes, transferidos ou mesmo impossibilitados diante dos problemas decorrentes da crise financeira verificada em Portugal.

A única informação que se depreende dos dados é que durante o ano letivo 2009/2010, dos 3.184 estudantes açorianos da UAç, 728 (22,86%) necessitaram se deslocar de suas ilhas de residência para realizar uma ação de formação em outra ilha.

No ano letivo 2010/2011, foram 845 (24,02%) de um total de 3.517 estudantes.

E no ano letivo 2011/2012, de 3.413 alunos, 855 (25,05%) se deslocaram.

Ou seja, independente da flutuação verificada no número total de estudantes, o percentual de deslocações tem vindo a aumentar.

Os custos totais destas deslocações bem como a verificada com os docentes (na sequencia) podem se constituir em informação relevante para justificar projetos de presença local (virtual) em todas as ilhas.

Os dados estatísticos da população das ilhas permitem estimar o potencial de alunos bem como extrapolar a demanda que a oferta reduzida de cursos da UAç não consegue atender (interesses pessoais) ou mesmo o que poderia ser considerado como uma vocação

da região (hotelaria, turismo, ciências aeronáuticas, ciências náuticas, agricultura, pecuária, pescas, vulcanologia, comércio, indústria e os diversos setores governamentais).

Imaginar que todas estas pessoas são prováveis alunos é um erro.

Mas, ao mesmo tempo, não deixam de ser potenciais alunos devido ao baixo nível de escolarização verificado na região.

“No que respeita ao nível de ensino da população da Região Autónoma dos Açores (RAA), podemos verificar que a grande maioria da população apresenta apenas habilitações ao nível do 1º ciclo do ensino básico (aproximadamente 40%) e que cerca de 14% da população não completou qualquer nível de ensino (a taxa de analfabetismo registou um ligeiro decréscimo, 10% em 1991 e 9,4% em 2001), sendo o peso ligeiramente mais acentuado nos homens do que nas mulheres. É também possível constatar que, apenas 7,3% da população residente na RAA concluíram o ensino médio e o ensino superior, sendo a sua maior parte mulheres (61%).”

<http://www.azoresdigital.pt/Artigo.aspx?Cod=CARACTERIZACAOREG>

É improvável que todas as famílias tenham condições de arcar com os custos de deslocação, custos de manutenção, custos das propinas e, mesmo assim, que as poucas opções de cursos oferecidas pela UAç atendam às necessidades e expectativas pessoais.

Mas não é impossível que os açorianos tenham sonhos, desejos e ambições não apenas para seus filhos, que possam ser atendidos nos locais em que vivem, sem a necessidade do êxodo, da imigração muitas vezes sem retorno.

Se a universidade implementar e desenvolver um sistema de ensino aberto (gratuito) e totalmente à distância (que atenda a todas as ilhas, sem deslocações de alunos e de professores), poderá mudar a realidade da região e a sua própria:

- estando presente em todas as ilhas através de Polos Regionais e Pontos de Presença;
- não cobrando e/ou repassando os custos derivados do subfinanciamento crónico do estado português (propinas) diretamente aos usuários finais (alunos e/ou famílias);
- implementando um novo modelo de sustentabilidade que não dependa nem das propinas nem dos apoios do Governo Regional (para cobrir os custos fixos);
- desenvolvendo os cursos totalmente à distância com o efetivo uso das tecnologias, em todas as ilhas, cidades e vilas;
- oferecendo (através de convénios e parcerias) todas as possibilidades de cursos e formações existentes e não aquelas restritas ao seu limitado menu de opções...

Mobilidade de Estudantes Nacionais

“Atualmente vivemos em uma sociedade que não é unitária, estamos imersos em uma modernidade líquida ou cultura do nomadismo que se constitui em redes de poderes, pessoas, objetos, tecnologias em permanente tensão e movimentos: híbridos, atores-rede, contrariamente às representações coletivas fixas e imutáveis.”
(André Lemos)

A mobilidade de estudantes nacionais (dos Açores para o continente e vice-versa) se verifica principalmente através dos programas Almeida Garrett e Vasco da Gama.

O Programa Almeida Garrett é um programa de mobilidade interna de estudantes do ensino superior público universitário, visando promover a qualidade e reforçar a dimensão Nacional do Ensino Superior. Este programa oferece a possibilidade de efetuar, numa universidade nacional de acolhimento, um período de estudos com pleno reconhecimento académico, durante o período de um semestre, que corresponderá a 30 créditos ECTS.

A mobilidade abrange os estágios, trabalhos de fim de curso ou projetos finais, desde que as atividades integrem o plano curricular do curso na universidade de origem.

<http://www.gri.uac.pt/almeidagarrett>

O Programa Vasco da Gama é um programa de mobilidade de estudantes entre escolas do ensino politécnico.

<http://www.gri.uac.pt/destaque/vasco-da-gama-candidaturas-para-2012-2013>

Tabela - Deslocações de estudantes nacionais - Almeida Garrett / Vasco da Gama

Programa	Ano Letivo	Unidade Orgânica	Outgoing	Incoming	Total / Ano Letivo
Almeida Garrett	2010/2011	Economia e Gestão	0	1	1
		Ciências da Educação	1	0	
	2011/2012	Economia e Gestão	3	0	6
		História, Filosofia e Ciências Sociais	1	0	
		Línguas e Literaturas Modernas	1	0	
Vasco da Gama	2010/2011	Escola Superior de Enfermagem	4	4	8
	2011/2012		7	2	9

Fonte: GRI, Gyselinck (2012).

Outra mobilidade nacional verificada são os ciclos básicos dos cursos de Medicina e Medicina Veterinária, através de protocolos estabelecidos com a Universidade de Coimbra e a Universidade Técnica de Lisboa. Pensados em atender às necessidades da região e dos alunos açorianos, acabaram criando uma demanda inversa, pois são diversos os estudantes do continente que, ao não conseguir vagas, migram temporariamente para os Açores.

Mobilidade de Estudantes Internacionais

“A mobilidade é inerente ao homem, sendo correlata à necessidade de criar um lugar no mundo, de construir para habitar, de estabelecer um topus que nos proteja da solidão e do vazio do espaço genérico e abstrato.”
(Martin Heidegger)

A mobilidade de estudantes internacionais traz informações importantes para a produção do sítio da Universidade dos Açores bem como do LMS em utilização.

Ou seja, quais as línguas internacionais que merecem atenção, pois o sítio da UAç é disponibilizado apenas em português.

<http://www.uac.pt/>

Em busca de uma maior presença internacional, são várias as universidades que hoje em dia que apresentam versões de seus sítios em chinês (mandarim) e/ou russo.

Mas o “padrão” certamente é oferecer, pelo menos, uma versão em inglês.

Apenas algumas partes, relacionadas ao Gabinete de Relações Internacionais, possui alguns conteúdos em inglês.

<http://www.gri.uac.pt/>
http://www.gri.uac.pt/?sf_culture=en

Dentre os alunos estrangeiros que tem procurado a universidade através de programas de mobilidade, identificamos os seguintes países de origem: Alemanha, Brasil, Bulgária, Eslováquia, Espanha, França, Grécia, Itália, Lituânia, Polónia, República Checa, Roménia, Suécia e Turquia. Além destes países cabe lembrar que, os três principais grupos migratórios dos Açores são brasileiros, ucranianos e cabo-verdianos.

Logo Cabo Verde e Ucrânia deveriam ser incluídos nesta relação pois trata-se de oportunidades não plenamente exploradas.

Atender ao contingente migratório dos Açores não é tarefa fácil. Atualmente o arquipélago possui estrangeiros residentes oriundos de 78 países (SEF, 31/12/2011):

África do Sul, Alemanha, Angola, Argélia, Argentina, Austrália, Áustria, Bangladesh, Bélgica, Bermudas, Bielorrússia, Brasil, Bulgária, Cabo Verde, Canadá, Cazaquistão, Chile, China, Colômbia, Coreia do Sul, Cuba, Dinamarca, Egito, El Salvador, Equador, Eslovénia, Espanha, Estados Unidos da América, Estónia, Filipinas, Finlândia, França, Geórgia, Grécia, Guiné, Guiné Bissau, Guiné Equatorial, Holanda, Honduras, Hungria, Índia, Irão, Irlanda, Itália, Japão, Laos, Letónia, Líbia, Lituânia, Luxemburgo, Mali, Malta, Marrocos, México, Moçambique, Moldávia, Nigéria, Noruega, Panamá, Paquistão, Polónia, Porto Rico, Quénia, Reino Unido, República Checa, República Dominicana, Roménia, Rússia, São Tomé e Príncipe, Senegal, Sérvia, Suíça, Tailândia, Timor Leste, Turquia, Ucrânia, Uzbequistão e Venezuela.

Além das diversas línguas e/ou localizações existe o lado estratégico que aponta para onde queremos ir (ou quem queremos atingir/atrair). Neste sentido, alguns países devem ter um tratamento diferenciado (versões localizadas, ainda que parciais do site).

A mobilidade de estudantes internacionais (de e para os Açores) foi observada nos dados fornecidos sobre o programa ERASMUS e programas de mobilidade com o Brasil.

• ERASMUS outgoing 2010/2011 - 2011/2012

Tabela - Mobilidade de estudantes (estudos e estágio)

Ano Letivo	Área de Estudos	País	Universidade acolhimento	Sexo		N.º Alunos	Total
				M	F		
2010 2011	Turismo	Eslováquia	Economics in Bratislava	1	1	2	15
	Engenharia e Gestão do Ambiente	Polónia	Warsaw University of Life Sciences	1	1	2	
	Comunicação Social e Cultura	Itália	Bologna	1	1	2	
	Tradução e Assessoria Linguística	Itália	Bologna	0	1	1	
	Enfermagem	Lituânia	Klaipeda College	2	0	2	
	Biologia	Bulgária	New Bulgarian university	0	1	1	
	Enfermagem	Espanha	Las Palmas Gran Canária	1	1	2	
	Gestão	Roménia	Alexandru Ioan Cuza	2	1	3	
	Biologia	Reino Unido	Portsmouth	0	1	1	
	Ciências Agrárias	Polónia	Krakov	1	0	1	
	Comunicação Social e Cultura	Turquia	Istanbul	0	1	1	
	Educação Básica	Lituânia	Siauliai	0	1	1	
	Enfermagem (AH)	Espanha	Rovira I Virgili	0	2	2	
	2011 2012	Enfermagem (PD)	Bélgica	Hasselt	0	2	
Espanha			Valladolid	0	2	2	
Enfermagem (PD)		Turquia	Istanbul	0	3	3	
		Espanha	Murcia	0	2	2	
Engenharia Zootécnica (Mestrado)		Roménia	Iasi	2	4	6	35
Gestão		Polónia	Jaroslav	1	0	1	
Guias da Natureza		Polónia	Jaroslav	1	0	1	
História		Itália	Padova	1	0	1	
Psicologia		Espanha	Valência	0	1	1	
		Espanha	Europea Miguel Cervantes	1	1	2	
Relações Públicas e Comunicação	Espanha	Málaga	0	3	3		
	Espanha	Vigo	0	2	2		
	França	Paris X Nanterre	0	1	1		
Turismo	Itália	Bologna	0	1	1		
	Itália	Insubria	1	1	2		

Fonte: GRI, Gyselinck (2012).

• ERASMUS incoming 2010/2011 - 2011/2012

Tabela - Mobilidade de estudantes (estudos e estágio)

Ano Letivo	Área de Estudos	País	Universidade de origem	Sexo		N.º Alunos	Total
				M	F		
2010	Ciências da Educação	Espanha	Burgos	0	2	2	83
2011		Lituânia	Siauliai	0	2	2	
2011	História	Turquia	Firat	1	0	1	
		Alemanha	Siegen	0	1	1	
	Roménia	Oradea	0	1	1		
	Ciências Sociais	Itália	Insubria	0	1	1	
Turquia		Sakarya	0	2	2		

	Psicologia	Turquia	Bahcesehir	0	1	1	
	Ciências Políticas	Grécia	Panteion	1	1	2	
	Economia	Espanha	La Laguna	0	1	1	
		Lituânia	Siauliai	0	2	2	
		Roménia	Oradea	0	1	1	
	Relações Internacionais	República Checa	Metropolitan University of Prague	0	3	3	
	Finanças	Turquia	Sakarya	0	1	1	
		Roménia	Iasi	0	1	1	
			Siauliai	0	1	1	
	Estudos Comerciais	Lituânia	Vilnius	2	1	3	
		República Checa	Pardubice	1	1	2	
	Marketing	Grécia	T.E.I. of Athens	0	2	2	
	Relações Públicas	Lituânia	Vilnius	0	1	1	
		Espanha	Vigo	1	0	1	
	Turismo	Itália	Insubria	1	1	2	
		Turquia	Ondokuz Mais	0	1	1	
	Biologia	Alemanha	Konstanz	0	2	2	
			Barcelona	1	3	4	
			Autónoma de Barcelona	1	1	2	
		Espanha	Santiago de Compostela	0	4	4	
			Las Palmas de Gran Canaria	0	3	3	
			País Vasco	1	1	2	
			Cádiz	1	0	1	
			Girona	1	1	2	
			França	Rennes 1	1	0	1
			Grécia	Thessaloniki	0	1	1
		Espanha	Cádiz	0	1	1	
			Elche	2	0	2	
		Espanha	Barcelona	0	1	1	
	Matemática	Lituânia	Siauliai	0	2	2	
	Engenharia	Espanha	Vigo	1	0	1	
	Engenharia Civil	Espanha	A Coruña	1	0	1	
	Ciências Agrárias	Turquia	Sakarya	1	0	1	
		Polónia	Rolniczy w Krakowie	0	1	1	
	Enfermagem Ponta Delgada		Las Palmas de Gran Canaria	0	4	4	
		Espanha	Rovira i Virgili	2	1	3	
		Polónia	Medical University of Warsaw	0	4	4	
	Enfermagem Angra do Heróismo	Turquia	Istanbul Bilim	0	1	1	
			Karolinska	0	2	2	
	Geologia	Suécia	Uppsala	0	1	1	
2011		Itália	Perugia	1	0	1	
2012		Bulgária	New Bulgarian U.	0	1	1	
	Biologia		Autónoma de Barcelona	1	1	2	
			Barcelona	2	3	5	
			Girona	0	1	1	
			La Laguna	1	6	7	
			País Vasco	1	1	2	
			Santiago de Compostela	0	1	1	
			Espanha	Valência	0	1	1
	Ciências da Educação	Lituânia	Siauliai	0	2	2	
		Turquia	Firat	0	2	2	
	Ciências do Ambiente		Cádiz	1	1	2	
		Espanha	Miguel Hernandez de Elche	1	1	2	
	Ciências Políticas	Alemanha	Hannover	0	1	1	
		Grécia	Panteion	2	0	2	
	Comunicação e Ciências da Informação	Espanha	Málaga	0	1	1	
	Economia	Espanha	CUNEF	0	1	1	
		Lituânia	Siauliai	1	0	1	
		República Checa	Pardubice	1	1	2	

	Roménia	Iasi	0	1	1
	Turquia	Istanbul Gelisim	1	1	2
Educação Básica	Espanha	Burgos	0	2	2
Enfermagem (PD)	Espanha	Rovira i Virgili	1	1	2
	Polónia	Warsaw	0	2	2
Estudos Comerciais, Ciências de Gestão	Lituânia	Siauliai	1	2	3
		Vilnius	0	1	1
Finanças	Roménia	Iasi	0	1	1
Gestão	Lituânia	Vilnius	0	1	1
História	Itália	Bologna	1	0	1
		Padova	0	2	2
Línguas	Itália	Perugia	0	1	1
Psicologia	Espanha	Valência	0	1	1
Relações Internacionais	República Checa	Metropolitan University of Prague	2	2	4
	Espanha	Vigo	1	0	1
Relações Públicas	Roménia	Oradea	0	2	2
	Turquia	Marmara	0	2	2
	Eslováquia	Bratislava	0	1	1
Turismo	Polónia	Warsaw	2	0	2
	Turquia	Istanbul	1	0	1

Fonte: GRI, Gyselinck (2012).

Programas de mobilidade Brasil

- Bolsas Luso-Brasileiras Santander Universidades

Este programa destina-se a estudantes do 1.º e 2.º ciclos (licenciaturas e mestrados) da Universidade dos Açores. Possibilita a realização de um período de mobilidade superior a um semestre em algumas universidades brasileiras.

<http://www.gri.uac.pt/blbsu>

- Universidade do Vale de Itajaí (UNIVALI)

Este programa tem por objetivo promover o desenvolvimento nas áreas de Ciências Exatas e da Terra, Biológicas Sociais Aplicadas, Humanas, Linguística, Letras e Artes e da Saúde; fomentar o intercâmbio de informações bibliográficas e publicações disponíveis nas duas instituições; estabelecer intercâmbio de investigadores, docentes e alunos; viabilizar a cedência ou troca de informações científicas e técnicas.

<http://www.gri.uac.pt/univali>

Tabela - Mobilidade Brasil

Programa	Ano Letivo	Unidade Orgânica	Outgoing	Incoming	Total / Ano Letivo
Bolsas Luso-Brasileiras Santander Universidades	2010/2011	Economia e Gestão	2	0	3
		História, Filosofia e Ciências Sociais	0	1	
UNIVALI	2011/2012	Ciências Agrárias	0	1	1
	2010/2011	Biologia	0	1	1

Fonte: GRI, Gyselinck (2012).

Mobilidade de Professores

“Não estamos na era da informação. Não estamos na era da Internet.
Nós estamos na era das conexões.
Ser conectado está no cerne da nossa democracia e nossa economia.
Quanto maior e melhor forem essas conexões,
mais forte serão nossos governos, negócios, ciência, cultura, educação...”
(David Weinberger)

O mundo está cada vez mais dominado pelo movimento de pessoas, imagens e informações. A modernidade ampliou as formas de mobilidade, tanto física através dos transportes, como virtuais através dos meios de comunicação de massa. Os diversos meios, incluindo também os novos dispositivos móveis, implicam em mobilidades constrangidas por imobilidades infraestruturais, dificuldades de acesso e deslocação.

Diferentes mobilidades refletem diferentes hierarquias e geografias de poderes (Massey, 1991). A mobilidade de uns se dá também em função da imobilidade de outros, já que existem diferentes graus de mobilidade que expressam diferentes poderes e controles contemporâneos como o acesso a equipamentos, redes, espaços físicos, espaços culturais e linguísticos. Para compreendermos melhor as dimensões da mobilidade, Kwan (2007) define dois conceitos importantes: a extensibilidade, ou seja a capacidade de uma pessoa ou grupo superar as dificuldades de movimento, e a acessibilidade, ou a potência para alcançar o ponto desejado.

As deslocações de professores da UAç são uma questão que não pode ser ignorada diante da incapacidade da instituição em manter os custos associados. Este tipo de mobilidade normalmente compreende as atividades fim (o ensino “apenas” nos três campus) e as atividades meio (visitas, eventos científicos, missões que compreendem deslocações nacionais e internacionais). Os custos envolvidos estão vinculados à diárias que incluem não apenas passagens aéreas, mas hotéis, alimentação e deslocações (terrestres) dentre outros. Trata-se de informação relevante a ser considerada na aposta e investimento do uso intensivo das tecnologias para superar distâncias de forma virtual.

Os dados disponibilizados pela Pró-Reitoria para a Qualidade, Avaliação e Ensino à Distância se limitam apenas às passagens aéreas da deslocação entre os três campus.

No ano de 2009 foram realizadas 194 viagens (de ida e volta) por professores entre os três campus: Ponta Delgada (PDL), Angra do Heroísmo (TER) e Horta (HOR). Em 2010 o número de viagens aumentou para 267 (de ida e volta) sendo que no ano posterior foram registadas 219 deslocações (de ida e volta).

Tabela - Deslocações de professores - 2009 (passagens/euros)

Percurso	Número	Valor médio	Total
PDL/TER/PDL	113	148,62 €	16.794,06
TER/PDL/TER	14	148,62 €	2.080,68
PDL/HOR/PDL	65	148,76 €	9.669,40
HOR/PDL/HOR	2	148,76 €	297,52
Total	194		28.841,66

Fonte: PRQAED, Fialho (2012).

Tabela - Deslocações de professores - 2010 (passagens/euros)

Percurso	Número	Valor médio	Total
PDL/TER/PDL	191	148,62 €	28.386,42
TER/PDL/TER	32	148,62 €	4.755,84
PDL/HOR/PDL	39	148,76 €	5.801,64
HOR/PDL/HOR	5	148,76 €	743,8
Total	267		39.687,70

Fonte: PRQAED, Fialho (2012).

Tabela - Deslocações de professores - 2011 (passagens/euros)

Percurso	Número	Valor médio	Total
PDL/TER/PDL	171	148,62 €	25.414,02
TER/PDL/TER	23	148,62 €	3.418,26
PDL/HOR/PDL	21	148,76 €	3.123,96
HOR/PDL/HOR	4	148,76 €	595,04
Total	219		32.551,28

Fonte: PRQAED, Fialho (2012).

A mobilidade de professores também foi verificada no programa ERASMUS tanto para missões de ensino quanto para atividades de formação (inclui pessoal não docente).

- Mobilidade de pessoal docente (missão de ensino) - ERASMUS outgoing

Tabela - Deslocações de professores - ERASMUS outgoing 2010/2011 - 2011/2012

Ano Letivo	Unidade Orgânica	País	Universidade de Acolhimento	Total	Total / Ano Letivo
2010	Ciências Agrárias	Hungria	Szeged	1	4
	Escola Superior de Enfermagem (AH)	Espanha	Salamanca	1	
2011	História, Filosofia e Ciências Sociais	Espanha	Granada	1	2
		Reino Unido	Cambridge	1	
2011	Biologia	Espanha	La Laguna	1	2
	Ciências da Educação	Espanha	Santiago de Compostela	1	
2012	Escola Superior de Enfermagem (PD)	Lituânia	Siauliai	1	7
		Espanha	Rovira i Virgili	1	
	História, Filosofia e Ciências Sociais	Espanha	Cantabria	1	
	Línguas e Literaturas Modernas	Espanha	Santiago de Compostela	1	1

Fonte: GRI, Gyselinck (2012).

- Mobilidade de pessoal docente e não docente (formação) - ERASMUS outgoing

Tabela - Deslocações de professores e funcionários - ERASMUS outgoing 2010/2011 - 2011/2012

Ano Letivo	Unidade Orgânica / Serviço	País	Universidade de Acolhimento	Total	Total / Ano Letivo
2010	Serviços de Documentação (DCA)	Hungria	Szeged	1	1
2011					
2011	Serviços Técnicos	Espanha	Vigo	1	2
2012	Ciências Tecnológicas e Desenvolvimento	Austria	Graz	1	

Fonte: GRI, Gyselinck (2012).

- Mobilidade de pessoal docente (missão de ensino) - ERASMUS incoming

Tabela - Deslocações de professores - ERASMUS incoming 2010/2011 - 2011/2012

Ano Letivo	Unidade Orgânica	País	Universidade de Origem	Total	Total / Ano Letivo
2010 2011	Biologia	Espanha	Europea de Madrid	1	2
		Turquia	Lkilis 7 Aralik	1	
	Ciências Agrárias	Espanha	La Laguna	1	3
		Hungria	Szeged	1	
		Polónia	Krakow	1	
	Ciências da Educação	Lituânia	Siauliai	1	2
		Turquia	Firat	1	
	Economia e Gestão	Eslováquia	Bratislava	1	5
		Grécia	Athens	1	
		Lituânia	Siauliai	1	
		República Checa	Pardubice	2	
	História, Filosofia e Ciências Sociais	Grécia	Panteion	1	4
		Itália	Siena	1	
		República Checa	Metropolitan University of Praha	1	
Roménia		Oradea	1		
2011	Economia e Gestão	Lituânia	Siauliai	1	1
2012	História, Filosofia e Ciências Sociais	República Checa	Metropolitan University of Praha	1	1

Fonte: GRI, Gyselinck (2012).

- Mobilidade de pessoal docente e não docente (formação) - ERASMUS incoming

Tabela - Deslocações de professores e funcionários - ERASMUS incoming 2010/2011 - 2011/2012

Ano Letivo	Unidade Orgânica / Serviço	País	Universidade de Origem	Total	Total / Ano Letivo
2010/2011	Biologia	Espanha	Valência	1	1
2011/2012	Staff Week (a realizar em maio)	Vários *	Várias *	40	40

Fonte: GRI, Gyselinck (2012).

* O número previsto de pessoal para formação incoming em 2011/2012 foi cerca de 40 pessoas, numa staff week que deveria ter lugar em maio de 2012. Até a conclusão deste relatório não foram indicadas nem as confirmações nem a respetiva proveniência (país/universidade).

Estruturas de Apoio ao Ensino Mediado pelas Tecnologias

“Porque o importante não é a tecnologia, é o que fazemos com ela”
(Nokia, Connecting People)

As definições e atribuições do que sejam estruturas voltadas a suportar e incentivar o uso das diversas tecnologias possíveis de serem utilizadas como meio educativo encontram uma diversidade de nomes, formas e ações que podem variar, dependendo do papel e da importância que estes recursos possuem em uma determinada instituição.

As características e posturas institucionais influenciam diretamente o espaço que estes recursos eventualmente vão ocupar nas diversas estratégias. Isso envolve elementos como sua natureza (pública ou privada), tamanho, necessidade, motivação dos docentes, resistência ao uso, formação adequada, utilização efetiva e sustentabilidade.

Não se trata de uma unanimidade, como quase tudo na área educacional.

Em espaço nacional - e não apenas - são encontradas instituições que optaram pela institucionalização da utilização dos recursos e outras que optaram por não fazê-lo, deixando as iniciativas a cargo de departamentos e/ou faculdades.

A primeira opção quando não trabalhada corretamente com as partes envolvidas seguidamente tem falhado, pois os projetos têm sido chumbados pela falta de adesão dos docentes que se sentem excluídos da participação até mesmo em definições iniciais.

A segunda opção pode incorrer em duplicidade de estruturas e esforços, mas quando obtém resultados se converte em um efeito demonstração que pode e deve ser utilizado no processo institucional a ser aplicado a todos os setores.

Com poucas exceções, a imensa maioria destas estruturas está subordinada à área da educação, pois se trata de atividade meio onde o problema nunca foi tecnológico, mas de utilização efetiva destes recursos como mais uma opção didática. E isso só se obtém através do envolvimento de todas as partes, o que inclui a participação, convencimento e o comprometimento de quem efetivamente vai utilizar os recursos.

O foco passa por não querer inventar algo necessariamente original ou novo, mas eventualmente utilizar tudo o que já existe.

É claro que existem muitas variáveis a serem trabalhadas que impedem ou dificultam a elaboração destas iniciativas.

Os argumentos mais citados são a falta de tempo e de habilidades dos professores; junto com a ausência de um sistema de reconhecimento ou recompensa curricular. Além disso, a falta de interesse pela inovação pedagógica também é uma barreira marcante.

A inovação na utilização destes recursos pode acontecer em qualquer sítio.

Não há uma fórmula mágica e nem mesmo soluções prontas, chave na mão (receitas de bolo importadas ou nacionais) que possam ser replicadas com sucesso.

O melhor caminho parece ser fazer a releitura das boas práticas, adaptando-as às necessidades e realidade locais.

Algumas instituições criam centros, departamentos, gabinetes, núcleos, laboratórios e espaços específicos com as mais diversas nomenclaturas.

A independência destas estruturas em relação aos departamentos existentes pode colaborar no processo ao não incentivar mais a já existente competição observada internamente em todas as instituições.

Pode ser considerado como o caminho evolutivo natural, quando os recursos formativos deixam de estar sobre a gestão dos serviços informáticos e passam a ter uma estrutura própria. E isso se refere notadamente aos sistemas de gestão de aprendizagem, produção de conteúdos e sistemas de videoconferências, dentre outras tecnologias emergentes.

Uma estrutura com esta finalidade realiza estudos, experimentações e investigações relacionadas ao desenvolvimento da educação mediada pelas tecnologias através de abordagens criativas e inovadoras para o ensino e aprendizagem.

Promove sessões de formação e apoio dirigidas aos departamentos, abrangendo um conjunto de temas variados sobre as diversas soluções existentes e didaticamente utilizáveis.

Busca uma evolução profissional e organizacional para a obtenção de uma educação mais eficaz, através da criação de uma dinâmica de investigação, desenvolvimento e centro de recursos que realiza a prospeção, testagem, divulgação, disseminação, socialização e contribuição para o desenvolvimento desta área do conhecimento, através da participação ativa em ações e colaborações locais, regionais, nacionais e internacionais.

Definir os objetivos principais e as características de algo a ser proposto, desenvolvido, implantado e efetivamente utilizado por uma instituição passa ao largo de uma opinião individual, mesmo quando relacionada a uma investigação que pretende ser aplicada e obter benefícios reais. Obrigatoriamente o processo passa pela consulta, discussão e crítica das partes envolvidas, com ênfase nos professores.

Facilitar a exploração das diversas tecnologias como ferramentas didáticas e pedagógicas, estimular a produção e a socialização de conteúdos além de propor soluções e novas metodologias de ensino e aprendizagem que sejam adequadas aos programas e objetivos da instituição podem estar dentre as opções.

Uma prática interessante é observar como as congêneres estão a tratar do assunto, mas nunca replicar as soluções encontradas. Ao contrário, é necessário dar identidade ao projeto, algo que inicia no próprio nome da estrutura a ser, eventualmente, criada.

Gomes (2012) sugere as expressões: gabinete de ensino virtual, gabinete de estudos virtuais, gabinete de *e-learning*, laboratório de *e-learning*...

Nomes podem ser explícitos e estar relacionados ou não ter nenhuma relação óbvia.

O SAPO (Servidor de Apontadores Portugueses Online), por exemplo, foi criado em 1995 na Universidade de Aveiro “apenas” como um motor de buscas. Até se tornar propriedade da PT Multimédia passou pela gestão de outras empresas (Navegante, Saber & Lazer e Telepac). Ao longo deste caminho agregou serviços fornecendo e-mail gratuito, *shopping* virtual, portal de notícias e acesso à internet; e foram criadas versões para Angola, Cabo Verde, Moçambique e Timor-Leste.

<http://pt.wikipedia.org/wiki/SAPO>

Hoje em dia a ZON Multimédia explora cada vez mais a empresa como fornecedora de acesso e serviços sob banda larga e a imagem está relacionada à figura do anfíbio.

<http://www.zon.pt/>

http://pt.wikipedia.org/wiki/ZON_Multim%C3%A9dia

Provavelmente uma grande parcela de portugueses, angolanos, cabo-verdianos, moçambicanos e timorenses nem imagina o que a sigla SAPO originalmente significava. Perdeu o sentido.

Já o Google foi criado dois anos depois (1997) e guarda em comum o facto de ter-se originado também em uma universidade (Universidade Stanford, com o domínio google.stanford.edu) e ter iniciado suas atividades também apenas como um motor de busca. Seu primeiro nome foi “BackRub”, posteriormente alterado para “Google”, devido a um erro ortográfico da palavra “googol”, um termo inventado pelo Dr. Edward Kasner, da Universidade de Columbia, que pretendia batizar, com um nome sonoro e fácil de recordar, a centésima potência do número 10 (ou o mesmo que o número 1 seguido de 100 zeros).

<http://www.google.com/>
<http://pt.wikipedia.org/wiki/Google>

O resto é história. Mas nos trazem algumas lições.

Nomes são importantes, pois conferem uma marca e dão identidade a uma determinada iniciativa. O significado original de um nome não necessariamente será mantido ao longo do tempo. Trocas de nomes podem parecer improdutivas e incorrer num esforço adicional de marketing, mas muitas vezes se mostram vantajosas. Ser o primeiro em determinada iniciativa não significa ser o melhor nem o mais bem-sucedido.

E por último, certamente as universidades não têm administrado muito bem a questão de seus direitos autorais, ou seja, os produtos e serviços que são desenvolvidos em seus laboratórios e depois viram empreendimentos privados.

No meio acadêmico se empregam diversas expressões para se referenciar às estruturas de apoio ao ensino mediado pelas tecnologias. Nomeadamente as denominações “educação a distância”, “aprendizagem a distância”, “ensino a distância”, “estudo a distância”, “teleducação”, “teleaprendizagem” e algumas versões em inglês como “*distance education*”, “*distance learning*”, “*e-learning*” e as derivações “*b-learning*”, “*m-learning*” e “*x-learning*”, dentre outras.

No meio empresarial a expressão “treinamento a distância” é comumente empregada. De certo modo, não há distinção entre educação, ensino e treinamento, pois trata-se de um constante aprender e busca de conhecimentos.

As duas primeiras expressões (“educação a distância” e “aprendizagem a distância”) são inadequadas. A educação e a aprendizagem são processos que acontecem dentro da pessoa, ou seja, não há como realiza-los a distância. Tanto a educação como a aprendizagem (que está conceitualmente vinculada à educação) acontecem onde quer que esteja o indivíduo que está se educando ou aprendendo. Não há como fazer, nem sequer entender, “teleducação” e “teleaprendizagem”. Ensinar a distância, porém, é perfeitamente possível e, hoje em dia, ocorre o tempo todo.

No Brasil, “educação a distância” foi a expressão se sobrepôs às demais, sendo a mais empregada em livros e artigos bem como utilizadas por professores e investigadores da área.

Já em Portugal, “ensino a distância” é o termo mais aplicado, provavelmente porque educar é muito mais amplo do que ensinar. Traz consigo a ideia de socialização em todas as suas formas, o que inclui o ensino.

Quando aquele que está a ensinar está distante em relação ao tempo e/ou espaço, a expressão “ensino a distância” faz perfeito sentido.

Os efeitos do extensivo uso no Brasil da expressão “educação à distância” ou sua sigla EAD se refletem nas siglas e estruturas correlatas que foram criadas.

O TelEduc, por exemplo, é um ambiente em desenvolvimento no Núcleo de Informática Aplicada à Educação (NIED) da Universidade Estadual de Campinas.

<http://www.teleduc.org.br/>

Durante o ano de 2005 tivemos a oportunidade de atuar (como docente, produtor de materiais e na coordenação de educação a distancia) em duas instituições brasileiras de natureza, características e tamanho totalmente diversos.

- Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul (PUCRS)

PUCRS VIRTUAL

<http://www.ead.pucrs.br/>

A PUCRS VIRTUAL é uma unidade de serviços cujo papel é apoiar e gerir as ações e políticas da PUCRS no que tange a modalidade de Educação a Distância. Como tal, ela possui cursos de capacitação para docentes, Auxiliares Técnicos em EAD (ATEDs) e gerentes de cursos em modalidade virtual, suportada pelas TIC.

- Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS)

Núcleo de Educação à Distância (NEAD)

<http://www.uergs.edu.br/index.php?action=conteudo&sub=1>

A educação, através dos processos de aprendizagem e de ensino, envolve a construção constante de informações e de conhecimentos. Na educação a distância, esta interação ocorre entre pessoas separadas geograficamente e que necessitam, portanto, de recursos tecnológicos que apoiem a comunicação.

No caso da UERGS, esta separação é consequência da própria estrutura da Universidade, distribuída ao largo do Estado. Para superar as distâncias e propiciar a integração, a Universidade previu a conexão em rede de todas as Unidades e da Reitoria e o apoio de diversos softwares.

A equipa do NEAD coordena as atividades de formação dos alunos, dos professores e dos funcionários, bem como os assessora na utilização desses recursos como apoio às atividades educacionais e administrativas.

A UERGS também faz parte da Rede Gaúcha de Ensino Superior a Distância (REGESD), composta por oito universidades gaúchas no âmbito do programa Pró-Licenciatura, que oferece cursos de licenciatura gratuitos a distância . Através desta experiência, a instituição tem reforçado sua vocação para a educação a distância.

<http://www.regesd.tche.br/>

Algumas iniciativas nacionais:

- Instituto Politécnico de Santarém (IPS).
Escola Superior de Educação de Santarém (ESES)
Gabinete Open Space para apoio ao *e-learning*

<http://eraizes.ipsantarem.pt/>

Trata-se de um gabinete, aberto para dar lugar a um espaço inovador, com um grupo híbrido (e-conteúdo, e-plataforma, e-comunicação, e-tutoria) permanentemente a dar apoio técnico e científico. O principal objetivo é funcionar como uma equipa orgânica que solucionará qualquer dúvida que surja no âmbito da mudança dos conteúdos das unidades curriculares para formato *e-learning*.

Para além da plataforma e-Raíces.Redes, foi desenvolvida em paralelo uma outra complementar designada “Digi_ZIP_ZAP”.

<http://www.eraizes.com/digizipzap/>

Fonte de enriquecimento de saberes, esta plataforma dá a conhecer um conjunto de formações de base digital com o principal objetivo de apoiar os estudantes. Criada no âmbito da unidade curricular Metodologias do Projeto Tecnológico do Mestrado em ECM da ESES, o seu conteúdo passa por apresentar unidades de formação em Histórias de Vida, LinkedIn, Wordpress, Second Life, Empreendedorismo e Facebook.

A grande mais valia é que todas estas formações são apresentadas ao estudante cibernauta em formato de *e-learning*, facilitando assim uma aprendizagem ao longo da vida.

• Instituto Superior de Ciências da Informação e da Administração (ISCIA)
Centro de Tecnologias Multimédia

<http://www.iscia.edu.pt/servicos.php>

O Centro de Tecnologias Multimédia do ISCIA tem como função principal o apoio tecnológico a todas as atividades letivas e administrativas que necessitem do recurso às novas tecnologias para suporte às suas atividades.

Com os equipamentos de vídeo, som e imagem digitais já instalados e disponíveis é possível o estabelecimento de uma plataforma multimédia de auxílio a todos os intervenientes no processo educativo do Instituto. Relativamente aos docentes, permite e facilita a criação, edição e publicação de material didático em formato digital para posterior colocação na Internet e, aos alunos, serve como base para o desenvolvimento de trabalhos para as suas unidades curriculares.

Trata-se de um laboratório recente em constante adaptação para melhor responder às constantes e crescentes necessidades de utilização de material multimédia como suporte às atividades educativas que decorrem no Instituto.

Associado à implementação de um Laboratório Multimédia surge o acesso à plataforma de *e-learning* (FORMARE) instalada desde 2003 e a funcionar em pleno no Instituto. Esta aplicação da PT Inovação, permitiu a adaptação da ferramenta à realidade do ISCIA e aos propósitos que orientaram a sua instalação como suporte às aulas.

<http://www.formare.pt/inicio.aspx>

Nesta aplicação cada unidade curricular tem o seu espaço de disponibilização de conteúdos em diversos formatos assim como os docentes e discentes dispõem de um conjunto de ferramentas de comunicação síncrona e assíncrona.

Para além dos conteúdos produzidos por cada docente existe um outro espaço de vital importância: a biblioteca.

Este recurso da plataforma procura congrega um conjunto de recursos digitais abertos à comunidade atuais e em constante atualização. Por outro lado, serve a mesma aplicação como uma área que permite a aglomeração de interesses e culturas onde os alunos, professores e pessoal administrativo comunicam, partilham e aprendem de uma forma coletiva e dinâmica. Acrescente-se ainda as possibilidades de gestão de inscrições e de dados pessoais que ao nível do secretariado a ferramenta possibilita.

No âmbito da atividade de *e-learning* do ISCIA este laboratório também é responsável pela elaboração de conteúdo normalizado em SCORM para ser disponibilizado à comunidade académica.

• Universidade Aberta (UAb)

Laboratório de Educação a Distância e eLearning (LE@D)

<http://lead.uab.pt/>

O Laboratório de Educação a Distância e eLearning (LE@D), é uma unidade de investigação sediada na UAb, vocacionada para a investigação e desenvolvimento em educação a distância e *e-learning*. Procura promover e realizar investigações no âmbito do *e-learning*, da educação a distância e sobre o impacto das tecnologias digitais na sociedade do conhecimento bem como promover atividades de disseminação de investigações e de formação avançada.

Para a realização dos seus objetivos, estrutura-se em linhas/grupos de investigação e, para efeitos de orientação e de avaliação, cada linha/grupo de investigação organiza-se por projetos de investigação, compreendidos como atividades científicas com objetivos definidos, de duração limitada e de execução programada.

As ações de formação avançada de recursos humanos, na sequência da investigação, bem como as atividades de consultadoria constituem projetos próprios.

O LE@D é formado por investigadores integrados, associados e colaboradores que se organizam em três grupos:

Educação a Distância e Sociedade em Rede, privilegiando-se as novas tendências da Educação a Distância em rede, quer no que respeita a modelos teóricos inovadores, quer relativos a desenvolvimentos aplicados com base em dispositivos tecnológicos emergentes;

Sistemas e Tecnologias da Informação e Comunicação em eLearning, neste grupo de investigação é explorada a vertente tecnológica da educação a distância e em rede, focando em particular as tecnologias de informação e comunicação que suportam e facilitam metodologias de *e-learning*, *b-learning (blended)* e *m-learning (mobile)*, bem como os modelos e infraestruturas tecnológicas de apoio, abrangendo temas como as redes de dados, os sistemas distribuídos, os sistemas de informação e segurança;

Educação, Cibercultura e Organizações na Sociedade em Rede que investiga, modelos organizacionais e dinâmicas institucionais promotoras de inovação e de novas lideranças em contextos comunicacionais em rede, nomeadamente em sistemas e ambientes educativos formais.

- Universidade de Aveiro (UA)
Unidade Operacional para o e-Learning (UOe-L)

<http://cms.ua.pt/suporteuoel/>

A UOe-L é uma unidade de carácter multidisciplinar, vocacionada para o suporte e apoio a todos os envolvidos nos programas de *e-learning* da UA.

Tem como principais objetivos: criar competências científicas e tecnológicas que permitam à universidade implementar programas e projetos de ensino e formação suportados nas tecnologias da informação e comunicação; constituir-se como um centro de recursos em *e-learning* no apoio a docentes, investigadores e alunos envolvidos nos programas da UA, através da disponibilização de um conjunto de recursos e serviços; conduzir a gestão operacional do ambiente de *e-learning* da UA (plataforma de *e-learning* e áreas de trabalho aí existentes, sítios de suporte, conteúdos pedagógicos e utilizadores).

A UOe-L tem o seu campo de ação: na gestão da plataforma de *e-learning* da UA; na gestão das áreas de trabalho (sítios); na gestão dos conteúdos; no suporte aos utilizadores envolvidos; na gestão da qualidade dos serviços que presta.

- Universidade de Lisboa (UL)
e-Learning Lab

<http://elearninglab.ul.pt>

O e-Learning Lab UL atua como unidade de apoio a docentes e investigadores da Universidade de Lisboa na integração das tecnologias no Ensino e Investigação.

Procura promover a utilização de Learning Management Systems e outras aplicações *on-line* no suporte a uma formação mais atual e inovadora, modernizando o ensino presencial e estimulando o desenvolvimento de práticas de *b/e-learning*.

- Universidade do Porto (UP)
Gabinete de Apoio para as Novas Tecnologias na Educação (GATIUP)

https://sigarra.up.pt/up/web_base.gera_pagina?p_pagina=18377

É missão do GATIUP oferecer, a todos os docentes da Universidade do Porto, apoio pedagógico e técnico com o objetivo de incentivar e viabilizar iniciativas de ensino aberto e à

distância, tirando partido das tecnologias da Internet, em particular da Web. Esta missão tem como traves mestras a componente presencial e a *on-line*, ou seja o *blended-learning*.

No entanto, existem já alguns cursos de formação contínua totalmente à distância.

Seus objetivos são divulgar e promover a utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) nos processos de ensino/aprendizagem, através de:

- divulgação e realização de eventos;
- divulgação de boas práticas;
- divulgação de iniciativas decorridas ou a decorrer de *e-learning* na UP, nomeadamente através da realização de sessões semestrais para apresentação e divulgação de projetos realizados ao nível da UP;
- realização de formação aos docentes interessados na conceção e gestão de unidades curriculares *on-line*;
- apoiar a comunidade académica da UP no desenho, produção e disponibilização de cursos de *e-learning*, tanto em regime misto, isto é, presencial e à distância, como totalmente à distância;
- avaliar a eficácia e eficiência da introdução das TIC nos cursos da UP;
- apoiar a criação de materiais multimédia, de interesse para as atividades de ensino e de formação da UP;
- participar na realização de trabalhos em colaboração com outras unidades orgânicas da UP, relacionados com as suas atividades e de reconhecido interesse para a prossecução dos seus fins;
- manter uma atualização permanente dos conhecimentos na área das TIC aplicadas ao ensino, nomeadamente através do acompanhamento e participação em projetos/eventos nacionais e internacionais nesta área.

• Universidade Nova de Lisboa (UNL). Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT)
Laboratório de e.Learning

<http://elearning.fct.unl.pt/>

O Laboratório de e.Learning dispõe de um serviço de apoio a todos os docentes, alunos, investigadores e funcionários da FCT no desenvolvimento de conteúdos nas mais variadas áreas.

• Universidade do Minho (UM)
Gabinete de Formação Contínua (TecMinho)

<http://www.tecminho.uminho.pt/>

O Centro e-Learning é uma estrutura de apoio especializado ao desenvolvimento de processos de formação a distância em modalidade *e-learning*, *b-learning* e *m-learning*.

Enquanto parte integrante do Departamento de Formação Contínua, tem criado uma cultura de integração entre formação presencial e formação a distância, especialmente junto dos formandos, formadores, entidades formadoras, alunos e professores da UM.

A TecMinho é uma entidade formadora acreditada pela DGERT, com perfil de qualidade superior, tendo a acreditação específica para conceção, implementação e avaliação da formação a distância.

No centro *e-learning* organizam-se cursos especializados em *e-learning* (90% *on-line*), desenvolvem-se projetos *e-learning* à medida das organizações (em parceria), e também tecnologias e pedagogias inovadoras.

Desde 2007, todos os cursos de formação presencial da TecMinho têm uma extensão *on-line* na plataforma *e-learning*, o que implica a existência de uma oferta de cursos em ambiente *b-learning*.

Atividades do Centro e-Learning:

- cursos *e-learning*; apoio a empresas/organizações na criação e implementação de formação *on-line* desenhada à medida de cada cliente;
- projetos I&D *e-learning* (nacionais e internacionais);
- desenvolvimento de pedagogias e tecnologias *e-learning*;
- estudos e publicações sobre *e-learning*;
- organização de conferências sobre *e-learning*.

Ao longo dos últimos anos têm-se preparado quadros médios e superiores de empresas e organizações para a sociedade da informação e do conhecimento, através da organização e implementação de cursos de formação 90% *e-learning*.

e-Learning Lab

“Tudo deve ser feito da maneira mais simples possível,
mas não de forma mais simples que a necessária.”
(Albert Einstein)

Como referenciado no capítulo anterior, um laboratório de *e-learning* é uma estrutura com a finalidade de realizar estudos, experimentações e investigações relacionadas ao desenvolvimento da educação mediada pelas diversas tecnologias através de abordagens criativas e inovadoras para o ensino e aprendizagem.

Promove e desenvolve atividades de evangelização tecnológica e estratégica junto de clientes (internos e externos) e parceiros, sessões de formação e apoio dirigidas aos diversos departamentos, abrangendo um conjunto de temas variados sobre as diversas soluções existentes e didaticamente utilizáveis.

No devido tempo a UAç definirá suas próprias opções de estruturas necessárias e sistemas envolvidos, uma vez que tais detalhes passam ao largo de uma opinião individual de alguém externo à instituição.

Para funcionar, este processo passa pelo envolvimento, consulta, discussão e crítica das partes envolvidas, com ênfase nos professores.

Seguem contudo, algumas sugestões e recomendações...

Deve ser seguido, enquanto possível, o princípio da simplicidade também conhecido como *Keep It Simple* (KISS, acrónimo em inglês de: “Keep It Simple, Stupid”, ou seja, “Mantenha isto simples, estúpido”). Trata-se de um princípio geral que valoriza a simplicidade do projeto e defende que toda a complexidade desnecessária seja descartada.



<http://skamv.wordpress.com/2010/11/02/kiss/>

Provavelmente a inspiração deste princípio é derivada das máximas de Leonardo da Vinci “Simplicidade é o último grau de sofisticação”, Mies Van Der Rohe “Menos é mais”, Albert Einstein “Tudo deve ser feito da forma mais simples possível, mas não mais simples que isso” e de Antoine de Saint-Exupéry “A perfeição é alcançada não quando não há mais nada para adicionar, mas quando não há mais nada que se possa retirar”.

http://pt.wikipedia.org/wiki/Keep_It_Simple

Este princípio prega que devemos buscar os resultados evitando qualquer complexidade não necessária.

O princípio do KISS está diretamente ligado a área de TI.

É comum ver muitas universidades utilizando recursos que jamais seriam necessários para a solução de um problema.

Ribeiro (2012) recorda que em Portugal: “Passámos muitos anos a criar ‘soluções’ para problemas que não existiam e que só consumiram recursos de forma inútil”.

O ponto de partida deve ser a situação existente.

A UAç utiliza o LMS Moodle e possui sistemas de videoconferências.

Dar formação e suporte a estes sistemas é o princípio de tudo.

O laboratório de *e-learning* pode então contar com instalações passivas e ativas, de ambas tecnologias, sendo que as passivas podem (devem) ser facilmente transformáveis em ativas em caso de necessidade.

Um LMS passivo pode ser compreendido como uma (ou mais) instalações *off-line* do Moodle, instaladas em um servidor sob IP inválido ou mesmo em PCs de secretária ou portáteis. Dessa forma evita-se congestionar a versão em produção com experimentações e treinamento.

Já um sistema de videoconferência “apenas” passivo é inconcebível devido aos custos associados. Mas nada impede que duas ou mais salas (individuais ou para pequenos grupos) seja utilizada mediante comutação (rede interna ou externa).

Sistemas pessoais de videoconferência (presentes em todos os portáteis e telemóveis, dentre outros dispositivos disponíveis hoje em dia) podem e devem ser utilizados para experimentação, mas não se comparam em termos de qualidade e produtividade aos sistemas desenvolvidos especificamente para este fim.

A utilização da rede interna economiza banda (internet) para capacitação, treinamento, experimentações e testagem.

Mais do que equipamentos, um laboratório de *e-learning* é, antes de tudo, formado por pessoas que não apenas prestarão formação e suporte aos demais, como realizarão

algum desenvolvimento, testagem de novas soluções e homologação das mesmas para uso pela universidade.

É importante que seja uma estrutura multidisciplinar, representada pelos diversos departamentos existentes e que também sirva de espaço para o desenvolvimento de investigações, não apenas básicas como avançadas, que permitam agregar soluções e diferenciais positivos às necessidades da universidade e da região.

Existem diversos espaços na UAç pouco ou subutilizados que podem ser adaptados para montar a estrutura (com o mínimo de recursos envolvidos) e transferir todas os equipamentos de videoconferência para um mesmo local.

O prédio com dois andares à esquerda do pavilhão desportivo (prédio 10) e no mesmo nível do solo mostra-se como um dos mais indicados no campus de Ponta Delgada, pois tem diversos espaços vazios, sem nenhuma utilização ou presença de pessoas durante a maior parte do tempo.



A Associação de Estudantes não utiliza este prédio, pois está no mesmo prédio dos Serviços Académicos, depois do bar.

Não existe nenhuma atividade que, eventualmente seja utilizada neste espaço que não possa ser alocada para outro.

Por exemplo, o pavilhão desportivo tem salas que seriam para aeróbica e musculação que estão vazias (onde já funcionou uma academia anteriormente).

Fontes de Financiamento e Fomentadoras de Projetos Educativos

“Toda chance é uma oportunidade.”
(Matti Nykänen)

A observação de projetos correntes e já executados por outras instituições, não apenas em território nacional, permite identificar diversas fontes de financiamento. Aliado às informações disponíveis na internet é possível montar (e depois manter) uma base de dados relevante que deve incluir detalhes significativos das convocatórias. Concorrer nunca significou garantia de obtenção de recursos, mas trata-se de uma oportunidade diversa das fontes normalmente utilizadas.

Não se ganha em nenhuma lotaria sem jogar.

Durante o período desta investigação foram identificadas as seguintes instituições:

- Agência para a Sociedade do Conhecimento (UMIC)

<http://www.unic.pt/>

A UMIC é o organismo público português com a missão de coordenar as políticas para a sociedade da informação e mobilizá-la através da promoção de atividades de divulgação, qualificação e investigação.

O desenvolvimento tecnológico ao serviço de uma cidadania moderna e de progresso exige uma sociedade da informação inclusiva onde o conhecimento é um valor ético, social, cultural e económico fundamental que promove a criação de riqueza e emprego, a qualidade de vida e o desenvolvimento social.

- European Research Council (ERC)

<http://erc.europa.eu/>
<http://www.fct.pt/apoios/cooptrans/erc/>

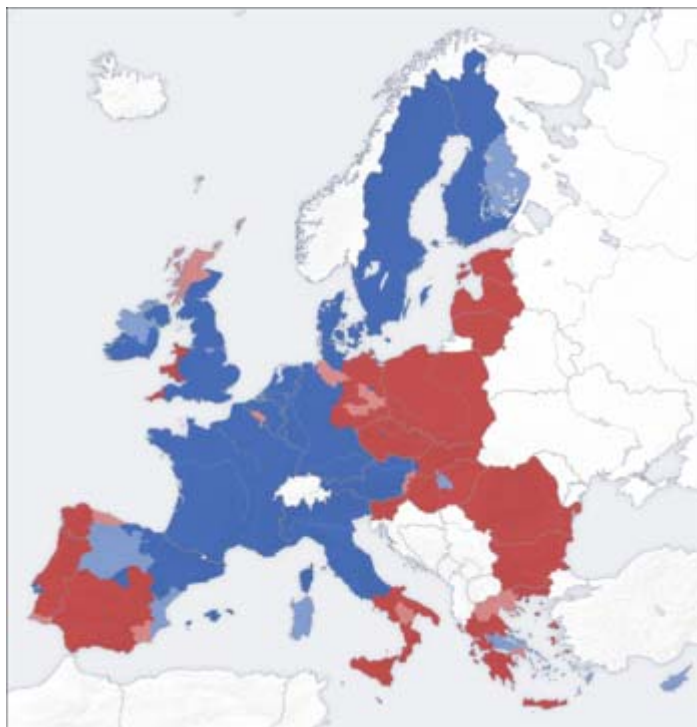
O Conselho de Investigação Europeu (ERC) pode ser descrito como o análogo transnacional da FCT a nível da União Europeia. Gere o Programa IDEIAS do 7º Programa Quadro Europeu que constitui uma oportunidade para os centros de I&D, Laboratórios Associados e Laboratórios de Estado, para melhorarem as condições de trabalho dos investigadores residentes ou para atrair para Portugal investigadores talentosos de todo o mundo, trazendo prestígio e fundos significativos para o desenvolvimento e internacionalização da ciência portuguesa.

Candidaturas: <http://erc.europa.eu/funding-and-grants/apply-funding>

- European Regional Development Fund (ERDF)

http://europa.eu/legislation_summaries/employment_and_social_policy/job_creation_measures/g24234_pt.htm

O Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) apoia programas que abordem o desenvolvimento regional, a evolução económica, o reforço da competitividade e a cooperação territorial em toda a União Europeia (UE). As prioridades de financiamento incluem a investigação e a inovação. O investimento nas infraestruturas continua a desempenhar um papel importante, nomeadamente nas regiões menos desenvolvidas. Busca contribuir para o reforço da coesão económica e social, reduzindo as disparidades regionais. Essa contribuição processa-se através de um apoio ao desenvolvimento e ao ajustamento estrutural das economias regionais. A intervenção é concentrada numa série de prioridades temáticas, que refletem a natureza dos objetivos “Convergência”, “Competitividade Regional e Emprego” e “Cooperação Territorial Europeia”. Trata-se, em especial, de financiamentos relativos a: investimentos que contribuam para criar empregos sustentáveis; investimentos em infraestruturas; medidas que apoiem o desenvolvimento regional e local; assistência técnica.



http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:European_union_erdf_map.png

Fundos Europeus de Desenvolvimento Regional para o período 2007-2013.

- a) regiões em convergência
- b) regiões em diminuição progressiva
- c) regiões em incremento progressivo
- d) regiões competitivas e geradoras de emprego

Convergência

No âmbito do objetivo “Convergência”, o FEDER centra a sua intervenção no apoio ao desenvolvimento económico integrado sustentável, bem como à criação de postos de trabalho duradouros. Os programas operacionais nos Estados-Membros destinam-se a modernizar e diversificar as estruturas económicas regionais, entre outros nos seguintes domínios: investigação e desenvolvimento tecnológico (IDT), inovação e espírito empresarial; sociedade da informação; investimento na cultura; investimento em prol da educação; investimento nas infraestruturas sociais;

Competitividade Regional e Emprego

No que respeita ao objetivo “Competitividade Regional e Emprego”, as prioridades agrupam-se em torno de três polos: inovação e economia baseada no conhecimento, nomeadamente no domínio da melhoria das capacidades regionais de IDT e de inovação; acesso aos serviços de telecomunicações de interesse económico geral, em especial promoção do acesso às tecnologias da informação e da comunicação (TIC).

Cooperação Territorial Europeia

No que diz respeito ao objetivo “Cooperação Territorial Europeia”, o FEDER articula a sua ajuda em torno de três eixos: desenvolvimento de atividades económicas e sociais transfronteiriças através de estratégias conjuntas para o desenvolvimento territorial sustentável, o que inclui, por exemplo, a gestão dos recursos culturais, assim como a colaboração, as capacidades e a utilização conjunta das infraestruturas; estabelecimento e desenvolvimento da cooperação transnacional, incluindo a cooperação bilateral entre as regiões marítimas e privilegiando a inovação, o ambiente, a melhoria da acessibilidade e o desenvolvimento urbano sustentável;

Especificidades Territoriais

O FEDER concede uma especial atenção às especificidades territoriais. As ações relativas à dimensão urbana são integradas nos programas operacionais, tendo por base a experiência da iniciativa URBAN. A ação do FEDER pretende, na verdade, resolver os problemas económicos, ambientais e sociais das cidades.

No que se refere às zonas rurais e às zonas dependentes da pesca, a intervenção do FEDER deve concentrar-se na diversificação económica, privilegiando nomeadamente: as infraestruturas destinadas a melhorar a acessibilidade; as redes e serviços de telecomunicações nas zonas rurais; o desenvolvimento de novas atividades económicas; o reforço dos laços entre as zonas urbanas e as zonas rurais;

Quanto às zonas com desvantagens naturais, o FEDER contribui para o financiamento de investimentos em prol da acessibilidade. Por último, o FEDER contribui para o financiamento dos custos adicionais associados à situação geográfica das regiões ultraperiféricas, bem como para a escassez de capital humano no mercado de trabalho local.

• European Social Fund (ESF)

<http://ec.europa.eu/esf/home.jsp?langId=en>

O Programa Operacional do FSE para Portugal visa a antecipação dos desafios do país. Em resposta ao enfraquecimento da economia, ao envelhecimento da população e à subqualificação profissional, o financiamento do FSE concentra-se em medidas cruciais de implementação de melhorias. A formação e ensino são fundamentais, bem como as ações de combate à exclusão social e às desigualdades entre homens e mulheres.

Com um PIB per capita inferior a 75 % da média da UE-25, a região dos Açores é elegível no âmbito do objetivo de convergência.

• Fundação Calouste Gulbenkian (FCG)

<http://www.gulbenkian.pt/>

A Fundação Calouste Gulbenkian promove, diretamente ou em parceria com outras entidades, um conjunto de programas e projetos nas suas quatro áreas estatutárias: arte, saúde e desenvolvimento humano (beneficência), educação e ciência.

Contribuir para o desenvolvimento educativo em Portugal e para o debate sobre o progresso da educação no mundo, quer no quadro da Escola quer no âmbito da sociedade, são algumas linhas orientadoras da ação da Fundação no campo da Educação, área estatutária em que investe um pouco mais de um terço do seu orçamento anual.

Além das inúmeras bolsas de estudo que atribui anualmente, a Fundação apoia projectos e actividades que privilegiem a formação ao longo da vida e a aquisição de novas aptidões e novos conhecimentos e que tornem mais efectivo o sistema de educação/formação.

Candidaturas: <http://www.gulbenkian.pt/section65langId1.html>

• Fundação EDP

<http://www.fundacao.edp.pt/>

A Fundação EDP é uma instituição de direito privado, sem fins lucrativos, criada pela EDP - Energias de Portugal, S.A. em Dezembro de 2004.

A constituição da Fundação EDP veio consolidar o compromisso do Grupo EDP com o imperativo de cidadania que tem assumido ao longo da sua existência, demonstrando uma preocupação de afirmação de modernidade e de reforço do apoio a causas relevantes.

Particularmente vocacionada para o aprofundamento e divulgação dos temas da energia e do ambiente, a Fundação EDP patrocina e, cada vez mais, promove também iniciativas de carácter cultural, educativo e social.

• Fundação HC

<http://www.hcenergia.com/>

A Fundação HC é uma entidade sem fins lucrativos, cujo fim é promover a realização de actividades em matéria cultural, docente, formativa, de investigação, de promoção desportiva, benéfica e outras semelhantes.

• Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento (FLAD)

<http://www.flad.pt/>

A Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento é uma instituição portuguesa, privada e financeiramente autónoma. Tem por missão contribuir para o desenvolvimento económico e social de Portugal, através do apoio financeiro e estratégico a projectos inovadores e do incentivo à cooperação entre a sociedade civil portuguesa e americana. Apóia financeiramente programas destinados à internacionalização das instituições portuguesas e possui um programa especial para os Açores.

O Programa de Mobilidade Antero de Quental é realizado pela Universidade dos Açores em parceria com um consórcio de universidades americanas sediadas em regiões onde existem importantes comunidades portuguesas, designadamente a Universidade de Berkeley, Universidade de Brown, Universidade de Massachussets – Amherst, Universidade de Massachussets-Dartmouth e Bristol Community College.

O acordo visa promover o intercâmbio de professores e estudantes entre as universidades signatárias.

Candidaturas: <http://www.flad.pt/?no=2120001>

• Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT)

<http://alfa.fct.mctes.pt/>

A FCT promove continuamente o avanço do conhecimento científico e tecnológico em Portugal, explorando oportunidades que se revelem em todos os domínios científicos e tecnológicos a fim de atingir os mais elevados padrões internacionais de criação de conhecimento, e estimular a sua difusão e contribuição para a melhoria da educação, da saúde e do ambiente, para a qualidade de vida e o bem-estar do público em geral.

Esta missão concretiza-se principalmente através da concessão de financiamentos na sequência de avaliação de mérito de propostas de instituições, equipas de investigação e indivíduos apresentadas em concursos públicos, e também através de acordos de cooperação e outras formas de apoio em parceria com universidades e outras instituições públicas e privadas, em Portugal e no estrangeiro.

Concurso de Projetos de Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico

<http://www.fct.pt/apoios/projectos/concursos/2012/editais/icdt/>

Constitui prioridade da política de Ciência e Tecnologia nacional o crescimento, reforço e consolidação do Sistema Científico e Tecnológico Nacional (SCTN), tomando-o mais competitivo no contexto nacional e internacional e incentivando a transferência do conhecimento científico e inovação tecnológica para o tecido produtivo. Neste âmbito, assume particular relevância a promoção e o reforço de competências das instituições científicas e tecnológicas, através da participação das suas equipas de investigação em projetos de investigação científica e desenvolvimento tecnológico (IC&DT) em diferentes domínios científicos.

Candidaturas: <https://concursos.fct.mctes.pt/projectos/>

• Fundação para a Computação Científica Nacional (FCCN)

<http://www.fccn.pt/>

A FCCN é uma instituição privada sem fins lucrativos designada de utilidade pública que tem contribuído para a expansão da Internet em Portugal com o apoio das Universidades e de diversas instituições de I&D nacionais.

A principal atividade da FCCN é o planeamento, gestão e operação da Rede Ciência, Tecnologia e Sociedade (RCTS), uma rede de alto desempenho para instituições com maiores requisitos de comunicações, constituindo-se assim uma plataforma de experimentação para aplicações e serviços avançados de comunicações.

Para além da gestão da RCTS, a FCCN é a entidade responsável pela gestão do serviço de registo de domínios .pt e presta serviços orientados preferencialmente à sua comunidade e está envolvida em projetos nacionais e internacionais na sua área de atividade.

• Fundação Portugal-África

<http://www.fportugalafrica.pt/>

A Fundação Portugal-África tem apoiado diversas iniciativas. Esses apoios podem ser categorizados em: colóquios e seminários, dinamização social, exposições, formação, iniciativas e publicações.

A actividade da Fundação assenta, neste momento, em sete projectos que cobrem áreas diversificadas de intervenção, dentre eles a cultura e educação. Nesta área estão previstos apoios no âmbito da concepção de programas e materiais didáticos bem como na formação de professores em Moçambique.

• Fundação Vodafone Portugal

<http://www.fundacaovodafone.pt/>

A Fundação Vodafone Portugal é uma entidade sem fins lucrativos, com personalidade jurídica e fundos próprios, constituída para incentivar o desenvolvimento da Sociedade da Informação e combater a info-exclusão.

Na área da Investigação Científica e Tecnológica tem apoiado cursos de pós-graduação e a criação de infra-estruturas de instituições do ensino superior, designadamente: Madan Park (criação de um Laboratório de Tecnologia Multimédia e Telecomunicações no campus da Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, situada no Monte da Caparica); Fundação da Universidade Católica; Pós-Graduação do Instituto Superior Técnico; Pós-Graduação do Instituto Superior de Economia e Gestão; Pós-Graduação do Instituto Jurídico da Comunicação, da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

Nos Açores, a Fundação Vodafone Portugal apoiou a instalação de várias estações GPS nas ilhas do grupo central, numa iniciativa da Universidade da Beira Interior que tem por objectivo estudar e quantificar os riscos naturais decorrentes de processos geodinâmicos. Teve como parceiros a Secretaria Regional de Habitação e Equipamento dos Açores, Instituto de Meteorologia, Serviço de Desenvolvimento Agrário do Pico e o Instituto de Engenharias de Estruturas Território e Construção.

• Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER)

<http://www.ifdr.pt/content.aspx?menuid=119>

http://pt.wikipedia.org/wiki/Fundo_Europeu_de_Developimento_Regional

http://europa.eu/legislation_summaries/employment_and_social_policy/job_creation_measures/l60015_pt.htm

O Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) é um instrumento financeiro da Comissão Europeia cuja finalidade é a ajuda para o desenvolvimento económico das regiões deprimidas da União Europeia. Estes fundos são subvenções a fundo perdido, sendo geridos directamente pelas administrações públicas (central, regional e local) tendo cada uma delas um grupo de fundos atribuído a priori para realizar projectos na zona.

Os fundos FEDER constituem a parte maior do pressuposto da UE, afectando áreas de desenvolvimento como os transportes, as tecnologias da comunicação, a energia, o meio ambiente, a investigação e a inovação, as infraestruturas sociais, a formação, a reabilitação urbana e a reconversão industrial, o desenvolvimento rural, a pesca, o turismo e a cultura.

O financiamento do FEDER abrange: ajudas directas aos investimentos realizados nas empresas (designadamente as PME), a fim de criar emprego duradouro; infra-estruturas ligadas, nomeadamente, à investigação e à inovação, às telecomunicações, ao ambiente, à energia e aos transportes; instrumentos financeiros (fundos de capital-risco, fundos de desenvolvimento local, etc.), a fim de apoiar o desenvolvimento regional e local e favorecer a cooperação entre as cidades e as regiões; medidas de assistência técnica.

O FEDER pode intervir a título dos três novos objectivos da política regional: convergência; competitividade regional e emprego; cooperação territorial europeia.

Nas regiões do objectivo Convergência (regiões - NUTS II - do Norte, Centro, Alentejo, Açores e Algarve - em Phasing-out), o FEDER concentra a sua intervenção na modernização e diversificação das estruturas económicas, bem como na salvaguarda ou na criação de emprego duradouro.

As acções realizadas a título do FEDER incidem nos domínios seguintes: investigação e desenvolvimento tecnológico (IDT); inovação e espírito empresarial; sociedade da informação; ambiente; prevenção de riscos; turismo; cultura; transporte; energia; educação; saúde

• Fundo Regional da Ciência (FRC)

<http://www.azores.gov.pt/Portal/pt/entidades/srecc-frc>

O Fundo Regional da Ciência (FRC) é um organismo de coordenação e de gestão no âmbito dos recursos financeiros disponibilizados para a investigação científica e desenvolvimento tecnológico, com personalidade jurídica e dotado de autonomia administrativa e financeira.

Medida 1.1.3 (DRCTC)

Reequipamento científico das Unidades de I&D Acreditadas.

http://www.azores.gov.pt/ext/sctr-app/formulario.asp?id_form=16

Esta medida tem os seguintes objetivos:

- potenciar o crescimento das unidades científicas de I&D acreditadas pela FCT;
- incrementar o número e a qualidade dos recursos científicos e tecnológicos utilizados em atividades de I&D;
- dinamizar a implementação de novas linhas de investigação científica e tecnológica;
- permitir o acesso da comunidade científica a equipamentos modernos, mantidos e geridos de forma continuada;
- melhorar as condições laboratoriais das infraestruturas científicas, fator de atração de investigadores e de promoção da investigação científica de qualidade.

Medida 1.2.1 (DRCTC)

Criação e funcionamento de unidades científicas de I&D e outras infraestruturas.

http://www.azores.gov.pt/ext/sctr-app/formulario.asp?id_form=17

Esta medida tem os seguintes objetivos:

- contribuir para a constituição e a sustentabilidade de núcleos especializados de I&D;
- dinamizar a investigação fundamental e aplicada e o desenvolvimento experimental em áreas de manifesto interesse regional;
- propiciar a adoção de mecanismos de gestão e de coordenação científicas mais eficientes;
- promover condições para a acreditação de unidades científicas de I&D.

Medida 1.2.3 (DRCTC)

Apoio para a aquisição de equipamentos científicos (núcleos especializados de I&D).

http://www.azores.gov.pt/ext/sctr-app/formulario.asp?id_form=83

Esta medida tem os seguintes objetivos:

- potenciar o crescimento das unidades científicas de I&D acreditadas pela FCT;

- b) incrementar o número e a qualidade dos recursos científicos e tecnológicos utilizados em atividades de I&D;
- c) dinamizar a implementação de novas linhas de investigação científica e tecnológica;
- d) permitir o acesso da comunidade científica a equipamentos modernos, mantidos e geridos de forma continuada;
- e) melhorar as condições laboratoriais das infraestruturas científicas, fator de atração de investigadores e de promoção da investigação científica de qualidade;
- f) promover condições para a acreditação e a internacionalização de unidades científicas de I&D.

Medida 2.1.1 (DRCT)

Apoio à participação de investigadores e instituições de I&D em redes e projetos co-financiados por programas nacionais ou internacionais.

http://www.azores.gov.pt/ext/sctr-app/formulario.asp?id_form=21

Esta medida tem os seguintes objetivos:

- a) Promover a realização de projetos de investigação científica, incluindo investigação fundamental e aplicada e o desenvolvimento experimental, em áreas de interesse para o desenvolvimento sustentável da Região;
- b) Estimular a produção científica internacionalmente reconhecida;
- c) Valorizar as especificidades regionais para projetar áreas de excelência no Espaço Europeu de Investigação;
- d) Promover a realização de projetos prioritários e mobilizadores de apoio à melhoria da eficácia das políticas públicas regionais;
- e) Propiciar condições para a candidatura de projetos a outros financiamentos, nomeadamente de fundos comunitários.

Medida 5.1.1 (DRCTC)

Criação, manutenção e desenvolvimento de infraestruturas tecnológicas.

http://www.azores.gov.pt/ext/sctr-app/formulario.asp?id_form=28

Medida 5.1.2 (DRCTC)

Apoio à construção, beneficiação e equipamento de infraestruturas tecnológicas.

http://www.azores.gov.pt/ext/sctr-app/formulario.asp?id_form=44

Medida 6.1.3 (FRCT)

Formação em Tecnologias de Informação e Comunicação.

http://www.azores.gov.pt/ext/sctr-app/formulario.asp?id_form=67

Esta medida tem os seguintes objetivos:

- a) aumentar as competências dos cidadãos ao nível da utilização das TIC;
- b) promover a qualificação especializada na área das TIC;
- c) favorecer a implementação de processos de aprendizagem em ambiente digital.

Medida 6.2.5 (DRCT)

Apoio ao desenvolvimento da rede digital para a ciência e o ensino superior.

http://www.azores.gov.pt/ext/sctr-app/formulario.asp?id_form=71

Esta medida tem os seguintes objetivos:

- a) fomentar a utilização generalizada das tecnologias de informação e comunicação (TIC) nas instituições científicas e de ensino superior;
- b) melhorar o parque de equipamentos informáticos e comunicações das instituições científicas e de ensino superior, em termos de qualidade, número e diversidade de tecnologias;
- c) promover a ligação de centros de formação de professores e a criação de contextos educativos que permitam a utilização, por professores e estudantes, dos meios da sociedade da informação para melhoria da qualidade e eficácia do sistema de ensino;
- d) promover a inovação ao nível do processo ensino-aprendizagem pela introdução ativa das TIC e da Internet na sala de aula, incluindo plataformas de *e-learning* e *b-learning*;
- e) fomentar o estabelecimento de redes virtuais de Investigação e Desenvolvimento (I&D).

Medidas: 9.1.1, 10.1.1, 10.2.1, 10.3.1

Protocolo de apoio às despesas de funcionamento da UAç.

Apoio à expansão, remodelação ou construção de infra-estruturas do Ensino Superior.

Equipamento ou reequipamento de infra-estruturas do Ensino Superior.

Apoio à expansão, remodelação e construção de infra-estruturas da rede de residências e cantinas do Ensino Superior.

http://www.azores.gov.pt/ext/sctr-app/formulario.asp?id_form=47

<http://www.azores.gov.pt/Gra/sctr/menus/secundario/esuperior/>

Candidaturas: <http://sctrapp.azores.gov.pt/ext/sctr-app/>

• Gabinete de Promoção do Programa-Quadro de I&DT (GPPQ)

http://www.gppq.mctes.pt/_7pq/

O Gabinete de Promoção do Programa-Quadro de I&DT (GPPQ) foi criado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES) no segundo semestre de 2007, com o objectivo de promover e apoiar a participação das comunidades científica e empresarial nacionais no 7º Programa-Quadro de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (I&DT) da União Europeia.

O GPPQ faz a ligação entre os investigadores e empresas portuguesas e o 7ºPQ, através da coordenação mútua dos Delegados aos Comitês, dos representantes nas Plataformas Tecnológicas e nas Iniciativas Tecnológicas conjuntas (JTI), e da Rede de Pontos de Contacto Nacional (NCP).

Esta rede foi criada para: Difundir informação e documentação sobre o FP7; Organizar actividades de promoção do FP7 (info-days, seminários, conferências); Apoiar a preparação e submissão de candidaturas ao FP7; Identificar parceiros estratégicos nacionais e de outros países para colaboração em projectos do FP7 (Partner Search);

• Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD)

<http://www.ipad.mne.gov.pt/>

O IPAD tem por missão propor e executar a política de cooperação portuguesa e coordenar as actividades de cooperação desenvolvidas por outras entidades públicas que participem na sua execução. Entre outras atribuições, elabora os Planos Indicativos de Cooperação (PIC), principais instrumentos base de ação; promove a execução dos diversos programas e projetos e prepara relatórios semestrais; assegura a articulação com as autoridades dos países beneficiários; emite parecer prévio vinculativo sobre os projetos propostos por outras entidades; convoca a Comissão Interministerial para a Cooperação (CIC) e assegura a representação e a participação do Estado Português nas organizações internacionais relacionadas com a cooperação e a ajuda pública ao desenvolvimento, em particular na União Europeia, na OCDE/CAD e na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), sem prejuízo das competências das representações setoriais especializadas.

Estas organizações podem apresentar candidaturas para financiamento de projectos para o desenvolvimento, que normalmente, têm lugar até 30 de Abril para projectos de Cooperação para o Desenvolvimento (incluem os PALOP e Timor-Leste), e durante o segundo semestre de cada ano civil para projectos de Educação para o Desenvolvimento;

Candidaturas: <http://www.ipad.mne.gov.pt/CentroRecursos/OportunidadesFormacao/Oportunidades/>

• Proconvergência - Programa Operacional da RA Açores (FEDER)

<http://www.proconvergencia.azores.gov.pt/>

O Programa Operacional dos Açores para a Convergência (Proconvergência), com execução na Região Autónoma dos Açores, enquadra-se no período de programação 2007-2013 da política regional da União Europeia, sendo participado pelo fundo estrutural FEDER.

O Proconvergência foi preparado pelo Governo dos Açores, sintetizando as principais propostas em matéria de política de desenvolvimento para o futuro próximo, na observância das Orientações Estratégicas da Comunidade e do Quadro de Referência Estratégico Nacional.

A estratégia definida assenta em grandes prioridades estratégicas que estruturam a programação, com intervenção, respetivamente, no âmbito da economia, dos recursos humanos e da valorização do território. Está contemplado também um eixo prioritário que engloba a programação da dotação específica atribuída no âmbito dos apoios para compensação dos sobrecustos nas Regiões Ultraperiféricas.

Candidaturas: <http://www.proconvergencia.azores.gov.pt/AR/beneficiarios.html>

• PRO-EMPREGO - Programa Operacional da RA Açores (FSE)

<http://proemprego.azores.gov.pt/>

O Programa PRO-EMPREGO, cofinanciado pelo Fundo Social Europeu para os Açores, para o período 2007-2013, assenta numa diversidade acrescida de objetivos e tipologias de projeto, que é fundamentada não só pela inclusão de dois novos objetivos gerais (Apoiar a estruturação do sistema de ciência e tecnologia e criar condições para a sua crescente aproximação ao tecido empresarial e Fomentar a empregabilidade de públicos vulneráveis a partir da promoção das suas condições de inclusão social), mas também por uma maior aposta na diversificação de tipologias de projeto orientadas para a melhoria das condições de empregabilidade, inserindo a componente da educação a todos os níveis, incluindo o superior.

Assume-se um compromisso claro de qualificação do nível de intervenção já atingido em períodos de programação anteriores, designadamente no sentido de consolidar o esforço pioneiro que a Região Autónoma dos Açores realizou em termos de qualificação da população jovem. Ajusta-se decisivamente a programação ao contexto de partida em

termos de dinâmica atual do mercado de trabalho e do panorama da economia açoriana em termos de competitividade e de desenvolvimento social, fazendo acompanhar tal ajustamento a uma visão prospetiva do desenvolvimento açoriano para o período 2007-2013. Capitaliza-se o facto de estarem em curso na Região diferentes exercícios de planeamento territorial e económico que veiculam visões estratégicas para o desenvolvimento da RAA que interessa capitalizar em termos de conhecimento do ponto de vista das suas implicações em termos de necessidades de qualificação, formação, inovação e competitividade. Valoriza-se o contributo estratégico de ações imateriais cofinanciáveis para criar uma nova geração de políticas de desenvolvimento com a prioridade absoluta da qualificação das pessoas e com a prioridade horizontal de reforço e disseminação da capacidade de iniciativa e de empreendimento (empreendedorismo de vários tipos).

As linhas de estratégia para a intervenção FSE Açores 2007-2013 são definidas em função do objetivo global de fazer alinhar as ações cofinanciadas pela necessidade de contribuírem ativa e explicitamente para a concretização do novo ciclo de desenvolvimento da economia açoriana. Definem-se três grandes orientações estratégicas: a qualificação e diversificação das condições de empregabilidade; a valorização do sistema científico produtor de conhecimento relevante para a inovação e competitividade do modelo de desenvolvimento açoriano; a promoção de condições de coesão social no desenvolvimento emergente na economia açoriana.

Em termos de prioridades transversais que é necessário assegurar em toda a programação, avultam três grandes orientações estratégicas: a valorização e disseminação de novas capacidades de empreendimento e iniciativa a todos os níveis; os incentivos ao aumento das taxas de atividade e de participação da mulher; a utilização exemplar e generalizada das TIC como grande instrumento de combate à fragmentação territorial e ao isolamento interno e internacional de grandes franjas da população açoriana.

Em estreita relação com a finalidade estratégica acima mencionada, o PRO-EMPREGO, para além do eixo da Assistência Técnica, organiza-se à volta do Eixo 1, designado Qualificação do capital humano, do emprego e da iniciativa para a competitividade regional, estruturado em 6 domínios de intervenção: empregabilidade de jovens; consolidação das condições de empregabilidade no setor privado; modernização do tecido produtivo e apoio ao empreendedorismo; empregabilidade e empreendedorismo com base em I&D; competitividade regional na sociedade da informação e do conhecimento; inclusão social por via da qualificação, do emprego e do empreendedorismo.

Candidaturas: <https://siifse.qren.igfse.pt/>

• Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN)

<http://www.qren.pt/>

O Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) assume como grande desígnio estratégico a qualificação dos portugueses e das portuguesas, valorizando o conhecimento, a ciência, a tecnologia e a inovação, bem como a promoção de níveis elevados e sustentados de desenvolvimento económico e sócio-cultural e de qualificação territorial, num quadro de valorização da igualdade de oportunidades e, bem assim, do aumento da eficiência e qualidade das instituições públicas. A prossecução deste grande desígnio estratégico, indispensável para assegurar a superação dos mais significativos constrangimentos à consolidação de uma dinâmica sustentada de sucesso no processo de desenvolvimento económico, social e territorial de Portugal, é assegurada pela concretização, com o apoio dos Fundos Estruturais e do Fundo de Coesão, por todos os Programas Operacionais, no período 2007-2013, de três grandes Agendas Operacionais Temáticas, que incidem sobre três domínios essenciais de intervenção, o potencial humano, os factores de competitividade da economia e a valorização do território:

Agenda Operacional para o Potencial Humano, que congrega o conjunto das intervenções visando a promoção das qualificações escolares e profissionais dos portugueses e a promoção do emprego e da inclusão social, bem como as condições para a valorização da igualdade de género e da cidadania plena. Esta Agenda integra as seguintes grandes vertentes de intervenção: Qualificação Inicial, Adaptabilidade e Aprendizagem ao Longo da Vida, Gestão e Aperfeiçoamento Profissional, Formação Avançada para a Competitividade, Apoio ao Empreendedorismo e à Transição para a Vida Activa, Cidadania, Inclusão e Desenvolvimento Social e, ainda, a Promoção da Igualdade de Género.

Agenda Operacional para os Factores de Competitividade, que abrange as intervenções que visam estimular a qualificação do tecido produtivo, por via da inovação, do desenvolvimento tecnológico e do estímulo do empreendedorismo, bem como da melhoria das diversas componentes da envolvente da actividade empresarial, com relevo para a redução dos custos públicos de contexto. Esta Agenda compreende, como principais vectores de intervenção, Estímulos à Produção do Conhecimento e Desenvolvimento Tecnológico, Incentivos à Inovação e Renovação do Modelo Empresarial e do Padrão de Especialização, Instrumentos de Engenharia Financeira para o Financiamento e Partilha de Risco na Inovação, Intervenções Integradas para a Redução dos Custos Públicos de Contexto, Acções Colectivas de Desenvolvimento Empresarial, Estímulos ao Desenvolvimento da Sociedade da Informação, Redes e Infra-estruturas de Apoio à Competitividade Regional e, ainda, Acções Integradas de Valorização Económica dos Territórios menos Competitivos.

Agenda Operacional para a Valorização do Território que, visando dotar o país e as suas regiões e sub-regiões de melhores condições de atractividade para o investimento produtivo e de condições de vida para as populações, abrange as intervenções de natureza infra-estrutural e de dotação de equipamentos essenciais à qualificação dos territórios e ao reforço da coesão económica, social e territorial. Esta Agenda acolhe como principais domínios de intervenção o Reforço da Conectividade Internacional, das Acessibilidades e da Mobilidade, a Protecção e Valorização do Ambiente, a Política de Cidades e, ainda, as Redes de Infra-estruturas e Equipamentos para a Coesão Territorial e Social.

A concretização destas três Agendas Temáticas é operacionalizada, no respeito pelos princípios orientadores assumidos pelo QREN - da concentração, da selectividade, da viabilidade económica e sustentabilidade financeira, da coesão e valorização territoriais e da gestão e monitorização estratégica - pelos seguintes Programas Operacionais:

Programas Operacionais Temáticos - Potencial Humano, Factores de Competitividade e Valorização do Território - co-financiados respectivamente pelo Fundo Social Europeu (FSE), pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e, conjuntamente, pelo FEDER e Fundo de Coesão. Programas Operacionais das Regiões Autónomas - dos Açores e da Madeira - co-financiados pelo FEDER e pelo FSE. Programas Operacionais de Cooperação Territorial Transfronteiriça (Portugal-Espanha e Bacia do Mediterrâneo), Transnacional (Espaço Atlântico, Sudoeste Europeu, Mediterrâneo e Madeira-Açores-Canárias), Inter-regional e de Redes de Cooperação Inter-regional, co-financiados pelo FEDER. Programas Operacionais de Assistência Técnica, co-financiados pelo FEDER e pelo FSE.

Candidaturas: http://www.qren.pt/item3.php?lang=0&id_channel=34&id_page=284

• The Seventh Framework Programme (FP7)

<http://cordis.europa.eu/fp7/>

O Sétimo Programa Quadro de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (2007-2013) financiado pela Comissão Europeia, tem como principal objectivo aumentar o potencial do crescimento económico e reforçar a competitividade europeia através de um investimento ambicioso no conhecimento, inovação e no capital humano. É a oportunidade para a UE colocar a sua política de investigação à altura das suas ambições económicas e sociais através da consolidação do Espaço Europeu da Investigação (EEI). O Sétimo Programa Quadro está organizado em quatro principais programas (Cooperação, Ideias, Pessoas e Capacidades).

COOPERAÇÃO

<http://cordis.europa.eu/fp7/cooperation/>

O programa Cooperação (investigação colaborativa) tem como objectivo financiar a investigação em projectos de cooperação internacional em toda a União Europeia e outros países e está subdividido em 10 áreas temáticas: saúde; alimentação, agricultura e biotecnologia; tecnologias da informação e comunicação; nanociências, nanotecnologias, materiais e novas tecnologias de produção; energia; ambiente (incluindo alterações climáticas); transportes (incluindo aeronáutica); ciências socioeconómicas e ciências humanas; espaço; segurança.

Chamadas: <http://ec.europa.eu/research/participants/portal/page/cooperation>

Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC)

<http://cordis.europa.eu/fp7/ict/>

O objectivo deste tema é permitir que a Europa domine e molde os futuros desenvolvimentos na área das TIC para que seja possível satisfazer os requisitos da sua sociedade e economia. Neste convite estão contempladas as seguintes ações: networked media e infraestruturas de serviços; sistemas cognitivos e robótica; caminhos alternativos para componentes e sistemas; tecnologias para conteúdos digitais e linguagem; ICT para a saúde, envelhecimento, inclusão e governância; ICT para uma economia menos poluente (lower carbon); ICT para as empresas e produção; ICT para a educação e acesso a recursos culturais; tecnologias futuras e emergentes (FET). Há muitas interações deste tema com as demais áreas temáticas do programa Cooperação.

FP7-ICT-2013-10

Publication Date: 10 July 2012

Budget: € 705 500 000

Deadline: 15 January 2013 at 17:00:00 (Brussels local time)

OJ Reference: OJ C202 of 10 July 2012

Specific Programme(s): COOPERATION

Theme: Information and Communication Technologies (ICT)

Candidaturas: <http://ec.europa.eu/research/participants/portal/page/cooperation?callIdentifier=FP7-ICT-2013-10>

IDEIAS

<http://cordis.europa.eu/fp7/ideas/>

O programa Ideias (investigação de ponta), implementado através do Conselho Europeu de Investigação (CEI), tem como objectivo promover o dinamismo, a criatividade e a excelência da investigação nas áreas científicas e tecnológicas emergentes, desenvolvendo assim investigação de ponta a nível europeu. É um programa bastante flexível e aliciente, que considera elegível qualquer tema ou bolsa, desde que cumpra os requisitos exigidos nomeadamente no que diz respeito à data de conclusão do doutoramento do Investigador Responsável, que exige que tenham decorrido mais de 2 anos e menos de 9 anos e baseado em critérios de excelência.

Chamadas: <http://ec.europa.eu/research/participants/portal/page/ideas>

PESSOAS

<http://cordis.europa.eu/fp7/people/>

O programa Pessoas tem como objectivo garantir as condições que permitam aos investigadores europeus permanecer na Europa, encorajados pela excelência de investigação e infra-estruturas associadas. Este objectivo visa ser atingido através das seguintes acções: formação inicial de investigadores, através das Redes Marie Curie; formação contínua e progressão na carreira de investigadores experientes, através de bolsas individuais; parcerias entre indústrias/empresas e as universidades; dimensão Internacional, através do financiamento de bolsas internacionais, do estímulo à mobilidade de investigadores e da criação de parcerias que promovam colaborações científicas entre investigadores de outras partes do mundo; prémios de excelência.

Chamadas: <http://ec.europa.eu/research/participants/portal/page/people>

CAPACIDADES

<http://cordis.europa.eu/fp7/capacities/>

O programa Capacidades tem como objectivo criar condições que permitam o aproveitamento máximo das infra-estruturas de investigação, dando um especial enfoque à investigação nas Pequenas e Médias Empresas (PMEs). Este programa será desenvolvido através de acções específicas: infra-estruturas de investigação; investigação para benefício das PME; regiões do conhecimento e apoio aos núcleos de investigação regionais; potencial de investigação das regiões de convergência; a ciência na sociedade; apoio ao desenvolvimento coerente das políticas de investigação; actividades de cooperação internacional.

Chamadas: <http://ec.europa.eu/research/participants/portal/page/capacities>

Infra-estruturas de Investigação (INFRA)

http://cordis.europa.eu/fp7/capacities/research-infrastructures_en.html

O objetivo é otimizar a utilização e desenvolvimento das melhores infraestruturas que existem na Europa e de contribuir para a criação, em todos os domínios da ciência e tecnologia, de novas estruturas de investigação de interesse pan-europeu, necessárias para que a comunidade científica europeia se encontre no topo do progresso da investigação, estando assim à altura de ajudar a indústria a reforçar a sua base de conhecimentos e o seu conhecimento tecnológico. Neste convite estão contempladas as seguintes acções: apoio a infraestruturas de investigação existentes; apoio a novas infraestruturas de investigação; apoio ao desenvolvimento de políticas e execução do programa. Através do estímulo ao acesso transnacional às infraestruturas existentes e promovendo actividades de integração, ou seja, o uso integrado pela indústria e academia; da promoção das infraestruturas *on-line* de investigação, como a GÉANT2 e outras redes; do apoio ao desenvolvimento de novas infraestruturas de investigação, nomeadamente estudos de design e fases preparatórias para a construção de novas infraestruturas de investigação; da identificação da necessidade de novas infraestruturas, designadamente, da relação com o potencial de investigação das diversas regiões europeias e articulação com actores do sistema de ciência.

FP7-INFRASTRUCTURES-2013-1

Publication Date: 10 July 2012

Budget: € 39 000 000

Deadline: 05 December 2012 at 17:00:00 (Brussels local time)

OJ Reference: OJ C 202 of 10 July 2012

Specific Programme(s): CAPACITIES

Theme(s): Research Infrastructures

Candidaturas: <http://ec.europa.eu/research/participants/portal/page/capacities?callIdentifier=FP7-INFRASTRUCTURES-2013-1>

• Visegrad Fund

<http://visegradfund.org/>

O Fundo Internacional de Visegrad foi criado pelo grupo de Visegrad (V4), uma aliança entre quatro países da Europa Central (Hungria, Polónia, República Checa e Eslováquia) para fins de cooperação.

Tem por objetivo facilitar e promover o desenvolvimento de uma cooperação mais estreita entre os países V4 (e dos países V4 com outros países, especialmente mas não exclusivamente, não-membros da UE na Europa do Leste, os Balcãs Ocidentais e do Cáucaso do Sul) através de concessão apoio de projetos culturais comuns, científicos e educacionais, intercâmbios de jovens, projetos transfronteiras e promoção do turismo e através de programas de mobilidade individual (bolsas de estudo, residências).

Sustentabilidade

“Muitas vezes os nossos erros beneficiam-nos mais do que os nossos acertos. As façanhas enchem o coração de presunção perigosa; os erros obrigam o homem a recolher-se em si mesmo e devolvem-lhe aquela prudência de que os sucessos o privaram.”
(François Fénelon)

Portugal necessita urgentemente de um novo modelo de sustentabilidade visto os alargados cortes que a o setor da educação pública tem enfrentado nos últimos anos.

Mesmo em países como o Brasil (onde a educação pública é gratuita em todos os níveis, sem a incidência de propinas), há a busca por novas opções.

Senado brasileiro aprova dedução do IR para doações a universidades:

“A exemplo do que já acontece com pessoas jurídicas, pessoas físicas que fizerem doações para instituições públicas de ensino básico e superior estão mais perto de poder deduzir os valores do Imposto de Renda... ...O projeto, que agora segue para a Câmara dos Deputados, estabelece como teto de dedução do IR o valor de R\$ 3.091,35. Segundo os defensores da proposta, a Universidade Harvard, nos Estados Unidos, serve de exemplo por contar com apenas 20% de recursos públicos, sendo o restante do orçamento mantido por fontes privadas. Além das mensalidades dos estudantes matriculados, esses recursos incluem doações de ex-alunos e empresas. Para o relator *ad hoc* da proposta... ...o projeto é ‘extremamente meritório’ porque pode estimular as pessoas a ajudar as instituições públicas de ensino.”

<http://invertia.terra.com.br/impostoderenda/2012/noticias/0,,OI6297884-EI19040,00-Senado+aprova+deducao+do+IR+para+doacoes+a+universidades.html>

Em Portugal uma das opções a serem melhor exploradas são os Jogos Santa Casa.

<https://www.jogossantacasa.pt/>

“Missão: explorar os jogos sociais concedidos pelo Estado de forma eficiente, garantindo o cumprimento da política nacional de jogos definida, nomeadamente, o respeito pelo princípio da proibição, da ordem pública que visa preservar, contribuindo para a satisfação dos jogadores e criando valor a devolver à sociedade através do financiamento público das despesas de natureza social.”

<https://www.jogossantacasa.pt/web/SCInstitucional/>

O Decreto-Lei nº56/2006 de 15 de Março, veio alterar o esquema de repartição da receita dos jogos sociais, de forma a maximizar as verbas através de uma repartição dos resultados dos jogos, mais equilibrada e estável, tendo em conta o produto líquido da exploração de todos os jogos pelos atuais beneficiários.

<https://www.jogossantacasa.pt/web/SCInstitucional/verDetalle>

Os resultados da exploração dos jogos são repartidos pelos beneficiários segundo o Decreto-Lei nº56/2006. O Decreto-Lei nº44/2011 introduziu alterações seguido pelas Portarias 6/2012, 7/2012 e 54/2012.

https://www.jogossantacasa.pt/Content/images/uploadedImages/content/pjmc/gc/cont/42/DL44_11Beneficiarios.pdf
<https://www.jogossantacasa.pt/Content/images/uploadedImages/content/pjmc/gc/cont/42/Portaria72012.pdf>
<https://www.jogossantacasa.pt/Content/images/uploadedImages/content/pjmc/gc/cont/42/Portaria542012.pdf>

Desenvolvimento Decapolar

“Todo artista tem de ir aonde o povo está.”
(Nascimento, M.; Brant, F., Nos Bailes da Vida, 1981)

A Universidade dos Açores é uma instituição de ensino superior pública que, por transformação através do decreto-lei n.º 252/80, de 25 de julho, sucedeu o Instituto Universitário dos Açores, criado pelo decreto-lei n.º 5/76, de 9 de janeiro, com o objetivo de fomentar o desenvolvimento sustentado do arquipélago dos Açores.

http://www.uac.pt/historia_e_missao
http://pt.wikipedia.org/wiki/Instituto_Universit%C3%A1rio_dos_A%C3%A7ores

Foi criada no âmbito da “regionalização do ensino superior, destinada a dotar as diversas zonas do país de unidades de ensino, investigação, extensão cultural e prestação de serviços à comunidade, capazes de responder às necessidades da democratização do País e de um desenvolvimento regional equilibrado”.

Além disso, “tendo presente que o carácter de insularidade da região implica soluções particulares que o ajustem às realidades geográficas, económicas e sociais do arquipélago”, teve logo à partida um carácter tripolar, com polos nas cidades de Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Horta, os quais deram origem aos atuais campos universitários açorianos.

<http://www.dre.pt/pdf1s/1976/01/00700/00230024.pdf>

Passados 36 anos desde sua criação, a universidade continua a enfrentar desafios, nomeadamente decorrentes do inexorável processo da globalização (fenómeno iniciado no século XV com a era dos descobrimentos portugueses), da sociedade do conhecimento e dos efeitos da política de subfinanciamento crónico do ensino superior, que “a obrigam a impor-se a nível nacional e internacional, mas também revolucionando mentalidades e transformando a vida dos açorianos, ao introduzi-los num projeto que os leva à mudança pelas suas próprias mãos”. A “geografia das ilhas e o sentido da história levaram a uma organização multipolar, modelo este que se considerou obrigatório e justo, por melhor garantir a harmonia do desenvolvimento regional.

Efetivamente, a tripolaridade da Universidade dos Açores, que emerge nos centros urbanos de maior importância política (Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Horta), redonda no progresso de todas as ilhas, por via da multiplicação de quadros e da aproximação da atividade a mais ilhas e lugares, através da utilização das novas tecnologias, que favorecem a extensão da influência universitária”.

<http://base.alra.pt:82/Diario/VIII29.pdf>

Contudo, a UAç tem sido incapaz de atender a todo o arquipélago com a estrutura definida em 1976. Este conceito, inclusive, está a ser questionado na atualidade.

A mais recente preocupação prende-se com “velhas” teorias sobre o funcionamento e os custos da tripolaridade da universidade.

Há quem esteja, outra vez, a defender a centralização da UAç numa só ilha, alegando que a tripolaridade é que dificulta a gestão financeira da academia.

Pensar, falar ou mesmo investigar e propor é relativamente fácil.

Mas arregaçar as mangas e por mão à obra é outra completamente diferente.

Vivemos um momento de crise em uma sociedade faladora, que dificilmente se propõe a implementações inovadoras com objetivos de inclusão social.

Garcia (2012) apresenta alguns dados:

“Um desses impactos diretos diz respeito ao número e ao tipo de estudantes que a frequentam. Quer um, quer outro, são pouco comparáveis com os que existiam há 10 ou 20 anos, muito menos ainda com os dos anos da fundação do IUA. A aposta inicial foi nos cursos de formação de professores, setor atualmente decrescente em número de estudantes; atualmente, a aposta vai para os ‘novos públicos’, como os seniores, os cursos de reciclagem e os maiores de 23 anos. Aliás, a face da população estudantil mudou radicalmente, relativamente ao passado. Dos estudantes a tempo inteiro, que constituíam o grosso do corpo discente em 2000 e foram 3200 nesse ano, transitou-se para um grupo variado de alunos de licenciatura (3059) mestrado (590), cursos de especialização tecnológica (242) doutoramento (27) e alunos seniores (384), totalizando 4302. A reforma do ensino superior, com o processo de Bolonha, criou licenciaturas que antes eram bacharelatos, num ‘downgrade’ cujos efeitos nocivos ainda estamos longe de entender, mas o tempo irá evidenciar. Existem menos alunos no sentido clássico do termo do que há 10 ou 11 anos, mas existe uma certeza - o Estado poupa dinheiro, porque financia só 3 anos, em vez de 4 ou 5. E fica bem nas estatísticas, coisa que dá jeito aos governos.”

“Com 12 Departamentos, 258 docentes/investigadores, 234 funcionários e 97 cursos, a situação da Universidade mostra um ajustamento notável: em relação ao ano 2000, triplicou o número de cursos, aumentou o número de estudantes em 35% (mais 1100), tendo reduzido em 21% o corpo de funcionários (menos 62 elementos) e reduzido o corpo docente de 280 para 258 elementos. Tudo acompanhado de uma espetacular melhoria das qualificações académicas, pois quase todos os docentes e investigadores possuem doutoramento.”

Recorda que:

“A globalização é um desafio difícil, ainda mais em tempo de aperto financeiro. O orçamento da Universidade dos Açores para 2012 terá menos 4,6 milhões de

euros, uma baixa superior a 17%. Com pouco mais de 22 milhões de euros em 2012, vai ser complicado fazer face às crescentes despesas, até porque a melhoria do corpo docente trouxe mais encargos salariais.”

“Outra questão são os ‘catedráticos de bancada’, aqueles que por tudo e por nada, opinam sobre a Universidade.”

Além da estrutura atual não atender fisicamente todo o arquipélago obrigando a deslocação de alunos e professores, é impossível (no modelo atual), ter a pretensão de atingir as demandas naturais (vocação geográfica), serviços, indústria, interesses (públicos e privados) e op o es pessoais de cada cidadão que não necessitam estar limitadas a nenhuma das demandas, iniciativas e ofertas de cursos existentes localmente e sempre vão determinar a desloca o ou para outra ilha, ou para o continente ou ainda o exterior.

Muitas vezes   um caminho sem volta e isso pode ser contornado.

  possível oferecer o “mundo” hoje em dia (sem a necessidade de sair de casa, cidade ou ainda ilha ou região), através de parcerias e conv nios com quem desenvolve (ou possui) o que não se tem.

Desta forma oferecendo múltiplas certifica o es e desenvolvimento em conjunto.

Esperava-se que o “Encontro sobre Ensino e Aprendizagem Virtual” que aconteceu nos dias 13 e 14/09/2012 na UA  fosse apenas mais um evento científico como tantos outros, mas Carlos Rodrigues, presidente da Câmara Municipal de Vila do Porto (ilha de Santa Maria) lançou um apelo que acalorou a ocasião:

“A universidade tem que ser dos Açores e não apenas das três ilhas...”

E falou no sentido de que a UA  tem que ter presença em todas as ilhas, de alguma forma (porque não semipresidencial ou virtual?).

Há o interesse. Basta “conversar”...

Em termos de atua o, a UA  já deveria há muito tempo ter evoluído o modelo (ineficiente, insuficiente e insustentável) da tripolaridade, para Polos Regionais e Pontos de Presença em todas as ilhas (as 9 ilhas), mais de um ponto em cada uma dependendo dos aglomerados populacionais.

Ou seja, evoluir no sentido da flexibilidade, através de diversas formas de presença e atua o não apenas em três pontos presenciais mas em inúmeros.

Os custos de se construir e manter “tradicionais” campus físicos tornam qualquer discurso de expansão inviável, se considerarmos o momento e a conjuntura atual.

Mas não é impossível. Basta mudar o foco, os meios e as formas...

Se não for feito agora, mais um comboio irá passar...

E este, certamente não volta.

Roth (2012b) sugere que a opção com melhor custo-benefício esta baseada na implantação de uma estrutura decapolar (UAC10X) com polos regionais em todas as ilhas, pontos de presença (POPs) em diversos pontos, de cada ilha que podem estar associados aos espaços TIC já existentes, além de um campus totalmente virtual.

E como fazer isso?

Algumas experiências da própria UAç já mostraram o caminho, mas não seguiram adiante.

E, da mesma forma que a UAb não gastou para se estabelecer e manter nos Açores, a UAç pode fazer o mesmo para expandir sua presença em sua principal área de atuação, antes que outros o façam...

A solução passa pelo estabelecimento de Polos Regionais e Pontos de Presença, sem a utilização de recursos próprios, através de parcerias com as escolas existentes, câmaras municipais, governo regional e empresas públicas e privadas.

O projeto inicia pela construção de uma estrutura que permita a realização de estudos, experimentações e investigações relacionadas ao desenvolvimento da educação mediada pelas tecnologias através de abordagens criativas e inovadoras para o ensino e aprendizagem.

Promovendo sessões de formação e apoio dirigidas aos departamentos, abrangendo um conjunto de temas variados sobre as diversas soluções existentes e didaticamente utilizáveis.

Buscando desta forma uma evolução profissional e organizacional para a obtenção de uma educação mais eficaz, através da criação de uma dinâmica de investigação, desenvolvimento e centro de recursos que realiza a prospeção, testagem, divulgação, disseminação, socialização e contribuição para o desenvolvimento desta área do conhecimento, através da participação ativa em ações e colaborações locais, regionais, nacionais e internacionais.

Polos Regionais e Pontos de Presença

“A universidade tem que ser dos Açores e não apenas das três ilhas.”
(Carlos Rodrigues)

Sem a pretensão de querer transformar a UAç em uma universidade à distância, em muitos aspetos ela deve sim se adaptar e agir como tal, principalmente devido à necessidade de atender (principalmente) a sua área alvo, um arquipélago composto por nove ilhas dispersas.

Em tempos de austeridade onde se fala em crise e restrições orçamentárias, as soluções tradicionais (campus físicos) não se mostram adequadas e nem encontram um momento político adequado de proposição e expansão ao mesmo em que se discute a redução das estruturas existentes.

Alguns modelos da UAb podem, devem ser seguidos e adaptados à realidade local.

Os bons exemplos podem ser utilizados se, preferentemente, não repetirem os equívocos que foram importados de seus referenciais de implementação.

Neste sentido, possibilitar a formação a partir de qualquer sítio, ser uma universidade aberta (gratuita) e não apenas anunciar, mas garantir, a possibilidade (dependendo do curso) de funcionar totalmente à distância são mais-valias que devem ser agregadas ao *modus-operandi* da UAç...

O arquipélago dos Açores é constituído por nove ilhas principais divididas em três grupos distintos:

Grupo Ocidental: Corvo, Flores

Grupo Central: Faial, Graciosa, Pico, São Jorge, Terceira

Grupo Oriental: Santa Maria, São Miguel



Os Polos Regionais dispõem de infraestrutura para o desenvolvimento eventual de atividades presenciais e para a orientação das atividades a distância. Também estão disponíveis, em cada polo, laboratórios e biblioteca com títulos da bibliografia indicada pelos cursos na modalidade de educação a distância.

A UAb utiliza a nomenclatura Centros Locais de Aprendizagem (CLA):

“Os Centros Locais de Aprendizagem são núcleos vocacionados para a promoção de atividades orientadas pelos princípios da Aprendizagem ao Longo da Vida. Resultam da criação de parcerias entre a Universidade Aberta e a sociedade civil, procurando desenvolver uma intervenção, em termos culturais e educativos, enquadrada nas dinâmicas locais e de acordo com as especificidades da respetiva área de influência. Pretendendo favorecer o acesso de amplos setores populacionais à Sociedade da Informação e do Conhecimento, a sua ação privilegia a aquisição de competências no uso das Tecnologias Digitais, bem como o desenvolvimento de outras competências - académicas, profissionais, culturais e cívicas - em diferentes áreas. Neste sentido, dinamizam ações educativas de âmbito formal, não-formal e informal, com vista à oferta de oportunidades de aprendizagem às populações que, por circunstâncias geográficas, são particularmente suscetíveis de exclusão. Cabe ainda aos Centros Locais de Aprendizagem facultar o suporte logístico e instrumental aos estudantes residentes na respetiva área de intervenção, assim como a responsabilidade de coordenação e organização do processo de avaliação presencial. A divulgação da oferta educativa da Universidade Aberta e da especificidade do seu sistema de ensino-aprendizagem faz parte das funções atribuídas aos Centros Locais de Aprendizagem.”

<http://www.uab.pt/web/guest/organizacao/servicos/servicos-desconcentrados/cla.jsessionid=8D74346FECF3555174BF3564E043F7B7>

Já os pontos de presença ou POP (point of presence) podem se valer da estrutura já existente nos Açores, como os Espaços TIC, através de parcerias.

<http://www.ticacores.com/>

“Cerca de 1.600 açorianos frequentam diariamente os Espaços TIC dos Açores, cuja criação, manutenção e funcionamento são apoiadas pelo Governo Regional, através da Secretaria Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos, no âmbito do Plano Integrado para a Ciência, Tecnologia e Inovação. A rede de Espaços TIC apoiados pelo Governo Regional integra atualmente 77 Espaços dispersos pelos Concelhos e Freguesias da Região. Estes Espaços são frequentados principalmente por jovens, mas também por idosos e turistas, que navegam na Internet, fazem pesquisas, comunicam ou redigem conteúdos recorrendo aos equipamentos informáticos disponibilizados. Entre as atividades desenvolvidas pelos Espaços TIC até final do 3º trimestre de 2011 salienta-se, pela sua relevância na promoção da aquisição de competências em TICs, a realização de 129 ações de formação estruturadas e gratuitas. Estas ações, de acesso livre e dirigidas a públicos com diferentes níveis de conhecimentos e competências, somaram um total de 1464 horas formativas e envolveram mais de 2.500 utentes dos Espaços. Dos atuais 77 Espaços TIC apoiadas pelo Governo Regional, 45 apresentam tipologia funcional de Núcleo e 32 de Posto. Pelo regulamento de suporte aos apoios concedidos, estas duas tipologias distinguem-se pelas suas condições funcionais e também pela natureza das suas atividades”.

<http://www.azores.gov.pt/Gra/sctr/conteudos/noticias/2011/Dezembro/Espa%C3%A7os+TIC+registam+400+mil+utiliza%C3%A7%C3%B5es.htm>

Wi-Fi de Longo Alcance

“A vida está cheia de desafios que, se aproveitados de forma criativa, transformam-se em oportunidades.”
(Maxwell Maltz)

O link wireless (54 Mbps) existente no Faial (Horta) pode ser considerado uma tecnologia ultrapassada (802.11g) mas indica uma opção de baixo custo que possibilitará à UAç constituir um circuito redundante próprio, sem fios, entre todas as ilhas a fim de servir não apenas de backup (em caso de queda de um ou mais circuitos internos cabeados) bem como adicionar velocidade nas conexões internas (entre as ilhas) que não necessitam da ligação à Lisboa.

Este circuito poderia adotar diversos feixes de 300 Mbps, através do padrão 802.11n ou alguma de suas diversas variações.

http://pt.wikipedia.org/wiki/IEEE_802.11

Através de melhorias nos algoritmos de transmissão e do uso do MIMO (multiple-input multiple-output) é possível que uma mesma placa utilize diversos fluxos de transmissão, utilizando vários conjuntos transmissores, recetores e antenas, transmitindo os dados de forma paralela.

Existe a possibilidade de criar pontos de acesso e placas 802.11n com dois emissores e dois recetores (2x2), dois emissores e três recetores (2x3), três emissores e três recetores (3x3) ou quatro emissores e quatro recetores (4x4).

Os pontos de acesso 2x2 podem utilizar apenas duas antenas, os 2x3 ou 3x3 precisam de três antenas, enquanto os 4x4 precisam de 4 antenas.

Atualmente o mais comum é o uso das configurações 2x3 e 3x3, com o uso de três antenas, mas pontos de acesso com apenas duas (2x2) podem se tornar mais comuns conforme os preços forem caindo e os fabricantes se vejam obrigados a cortar custos.

Da mesma forma, produtos high-end, com 4 antenas (4x4) podem vir a se popularizar conforme com o avanço da tecnologia.

<http://www.hardware.com.br/artigos/802-11n/>

As distâncias envolvidas (entre as ilhas) não são um grande problema já que existe um caso bastante famoso na internet que cobre distâncias superiores a 300km.

<http://www.ubnt.com/xr5>

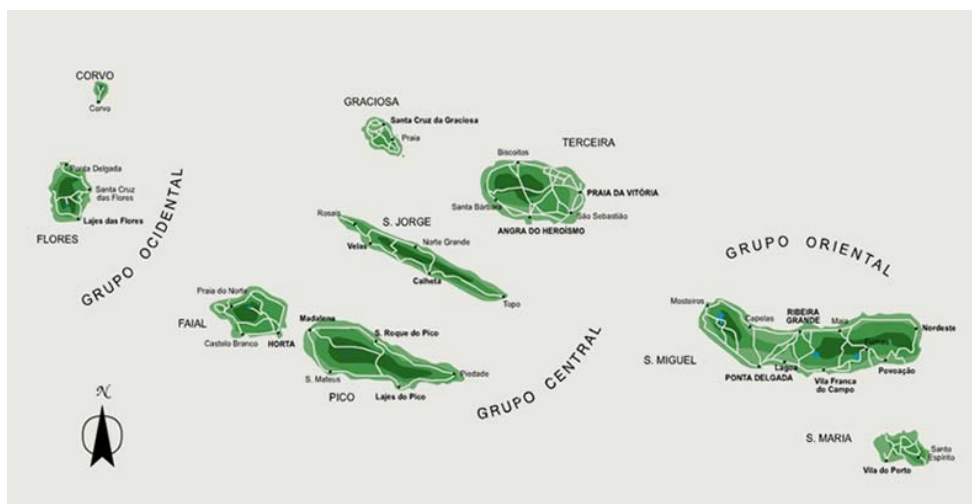
Tabela - Distâncias (em km) entre as 9 ilhas do arquipélago dos Açores

Santa Maria									
102	S. Miguel								
261	170	Terceira							
339	246	81	Graciosa						
330	246	93	61	S. Jorge*	* Ilhas do Triângulo				
330	246	96	78	19	Pico*				
356	276	124	85	39	9	Faial*			
589	511	352	280	267	265	246	Flores		
602	519	564	282	272	274	257	24	Corvo	
Grupo Ocidental			Grupo Central				Grupo Oriental		

Fonte: <http://www.amachado.pt/azores/distancias.php>

A distribuição geográfica remete a uma lógica de conexão:

- Santa Maria teria um link apenas com São Miguel (102 km);
- Terceira teria vários links com São Miguel (170 km) para redistribuir;
- Graciosa teria um link com a Terceira (81 km);
- São Jorge poderia ter um link com a Terceira (93 km), Graciosa (61 km), Pico (19 km) e Faial (39 km);
- Faial teria um link com Pico (9 km), São Jorge (39 km) e Flores (246 km);
- Flores teria um link com Corvo (24 km) e Faial (246 km);



Fonte: <http://www.grupobalhadospelva.com/>

Se levarmos em conta apenas as distâncias envolvidas, o link do Pico com o Faial é o mais simples de ser implementado. Por outro lado o link entre Faial e Flores o mais difícil.

A ilha de São Miguel está localizada a 1.643 km de Lisboa e a 1.206 km da ilha da Madeira.

Recursos Tecnológicos Gratuitos

“É muito melhor arriscar coisas grandiosas, alcançar triunfos e glórias, mesmo expondo-se a derrota, do que formar fila com os pobres de espírito que nem gozam muito nem sofrem muito, porque vivem nessa penumbra cinzenta que não conhece vitória nem derrota.”
(Theodore Roosevelt)

O Moodle atualmente é o LMS em uso pela UAç.

<http://moodle.uac.pt/>
<https://moodle.org/?lang=pt>
<http://pt.wikipedia.org/wiki/Moodle>

Os vários tipos conexões possíveis, realizados por telemóveis ou através de ambientes virtuais como o SecondLife, garantem uma diversidade de opções.

<http://secondlife.com/>
http://pt.wikipedia.org/wiki/Second_Life

Mas, apesar dos diversos plug-ins (building blocks), muitos ambientes como o Moodle não foram feitos para as necessidades atuais (das novas gerações): mensagens instantâneas e redes sociais.

Surge uma nova geração de ambientes como o Schoology (baseado na filosofia das redes sociais) para atender estas necessidades...

<http://www.schoology.com/>

Seja através de sistemas operativos utilizados em servidores (Linux), como nos diversos AVA (LMS) que devem ser objeto de experimentação, existem diversos recursos que podem ser explorados, sem que custos de aquisição estejam envolvidos.

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Linux>

Selecionamos algumas referências:

- Recursos tecnológicos para o ensino das ciências (RTEC)

Neste projeto são explorados recursos para o ensino das ciências, em particular da Física e da Química, não esquecendo a Biologia e Geologia e a Matemática, tais como aplicações Java, simulações, software, vídeos, laboratórios reais e virtuais.

Pretende-se promover o aumento da literacia científica, da motivação, interesse e curiosidade dos alunos pela Ciência e pela Tecnologia.

<http://espavrecursostecnologicosdeciencias.blogspot.pt/p/software-gratuito-util.html>

- Centro de Recursos Tecnológicos Gratuitos

<http://profdefq.net84.net/recursos-tecnologicos-gratu/>

Celestia é um simulador que permite explorar o Universo em três dimensões.

Contrariamente à maioria dos outros softwares o Celestina não confina a visão a partir da superfície da Terra. Assim, podemos viajar através do Sistema Solar, até cerca de 100.000 outras estrelas, bem como para lá da nossa galáxia.

O Celestia integra um largo catálogo de estrelas, galáxias, planetas, luas, asteroides, cometas e naves espaciais. No entanto, ainda é expansível pois a estas podes acrescentar um grande números de add-ons com muitos mais objetos.

O Celestia encontra-se disponível para as plataformas Windows, Linux e Mac OS X.

<http://www.shatters.net/celestia/>

Stellarium é um planetário de código aberto para o seu computador.

Ele mostra um céu realista em três dimensões igual ao que se vê a olho nu, com binóculos ou telescópio.

Ele também tem sido usado em projetores de planetários. Basta ajustar as coordenadas geográficas e começar a observar o céu.

O Stellarium corre nas plataformas Windows, Linux, Mac OS X e iOS.

<http://www.stellarium.org/pt/>

Estrutura Existente no Arquipélago

“Espero que tenha uma boa experiência e estadia nos Açores. Não tenho dúvidas que é um bom sítio para fazer férias. Para trabalhar já tenho dúvidas.”
(Francisco Carreiro da Costa)

Para expandir a sua área de atuação em todo o arquipélago a UAç deve buscar parcerias com todas as instituições públicas e privadas que agreguem alguma característica sem introduzir um custo a ser suportado na relação.

Neste sentido diversas moedas de troca podem ser utilizadas o que inclui atividades de consultoria, formação e compartilhamento das estruturas.

Os Espaços TIC são locais públicos de acesso gratuito às tecnologias de informação e comunicação, em particular à Internet já existentes que devem ser aproveitados como Pontos de Presença.

Com relação aos Polos Regionais, as diversas câmaras municipais podem ceder espaços com os custos de instalação e manutenção incluídos (água, luz, internet) bem como equipamentos básicos (informáticos e de videoconferência).

Escolas de todos os níveis também se adaptam à demanda

Fazer um levantamento das empresas instaladas e/ou com presença local pode revelar surpresas.

É necessário buscar opções além das “tradicionais”, o que inclui o Governo Regional e a PT Comunicações.

Nos Açores, a Fundação Vodafone Portugal apoiou a instalação de várias estações GPS nas ilhas do grupo central, numa iniciativa da Universidade da Beira Interior que tem por objetivo estudar e quantificar os riscos naturais decorrentes de processos geodinâmicos.

Teve como parceiros a Secretaria Regional de Habitação e Equipamento dos Açores, Instituto de Meteorologia, Serviço de Desenvolvimento Agrário do Pico e o Instituto de Engenharias de Estruturas Território e Construção.

Rede da Área Atlântica das Regiões Ultraperiféricas Europeias

“Muitos acordarão um dia com a transformação já feita sem que tenham atentado para o processo construtivo. Olharão tudo com ar de espanto.”
(Lauro de Oliveira Lima)

Na atual conjuntura económica, os fundos estruturais da União Europeia são uma das poucas opções disponíveis para financiar infraestruturas como equipamentos informáticos, sistemas de videoconferência e backbones para a internet

Especificamente para as infraestruturas, no Sétimo Programa Quadro de Investigação e Desenvolvimento (FP7) existem duas chamadas relevantes: ICT e INFRASTRUCTURES.

A chamada FP7-INFRASTRUCTURES-2013-1 (INFRA-2013-1.2.1: GÉANT), por exemplo, foi publicada no dia 10/07/2012 com data limite de submissão em 05/12/2012.

<http://ec.europa.eu/research/participants/portal/page/capacities?callIdentifier=FP7-INFRASTRUCTURES-2013-1>

Neste convite estão contempladas as seguintes ações:

- infraestruturas para TIC (ICT based e-Infrastructures);
- apoio a infraestruturas existentes (support to existing infrastructures)

<https://infoeuropa.euroid.pt/registo/000049557/>

As convocatórias do FP7 não são de fácil compreensão e/ou submissão. Elas pecam pela falta de clareza, falta de objetividade e remetem a um excesso de documentos externos ao texto da chamada - não compilados - além de uma extensa legislação relacionada.

Trata-se de uma dificuldade a mais imposta a novos entrantes além de contar com um sistema de avaliação fortemente marcado pela presença do status-quo que domina as instituições de ensino e investigação europeias e, desta forma, privilegia os detentores e/ou beneficiários de chamadas anteriores em detrimento de novas proposições.

Um determinado documento nunca traz um texto conciso, mas sempre remete a outros. Muitos dos documentos nem foram reescritos, mas são pdf's de publicações de legislações (como os convites).

Uma tarefa hercúlea e a nível nacional deve-se utilizar todo o suporte que o GPPQ oferece.

Informações e suporte em português no GPPQ

http://www.gppq.mctes.pt/_7pq/calls_abertas.php?tema=1FZD6w2_ZSQcUOkQR6tMYd0psY9qA_3bCkpvQH5CIXg

Contactos:

Ana Mafalda Dourado
GPPQ (Gabinete de Promoção do 7º Programa-Quadro de I&DT)
Av. D. Carlos I, nº44, 2º andar - 1200-649 Lisboa
e-mail: ana.mafalda at fct.pt - Tel.: 213 917 645

Ricardo Miguéis
GPPQ (Gabinete de Promoção do 7º Programa-Quadro de I&DT)
Av. D. Carlos I, nº44, 2º andar - 1200-649 Lisboa
e-mail: ricardo.migueis at fct.pt - Tel.: 913 675 887

Concorrer a estas chamadas pode ser uma oportunidade a ser explorada pela Universidade dos Açores (UAç) para melhorar as infraestruturas entre o continente e o arquipélago (as nove ilhas).

Infraestruturas para TIC é um termo meio vago hoje em dia...

Mas conexões de melhor qualidade (velocidade), meios de comunicação como videoconferências e equipamentos informáticos associados de forma a melhorar os meios para os investigadores interagirem devem estar dentro dos requisitos da convocatória.

O documento “Guia para Candidatos” traz a seguinte informação:

32807-gfa_ri_call_11_cp-csa-infra_en.pdf

1) Participação: “deve haver pelo menos três instituições estabelecidas em diferentes Estados-Membros ou países associados (os países em questão são listados na secção 3). As instituições devem ser independentes uma das outras.” (pág. 6)

2) Público-alvo: “infraestruturas de investigação e outras partes interessadas, autoridades públicas, parceiros tecnológicos, institutos de pesquisa, universidades, indústria, incluindo as PME, potenciais usuários finais”. (pág. 6)

3) Prazo: “para atividades de integração, a duração recomendada de um projeto é de 4 anos”. (pág.6)

4) Atividades: “as atividades de integração devem combinar, de forma estreitamente coordenada: (i) rede de atividades, (ii) acesso transnacional e/ou atividades de serviços e (iii) atividades de investigação conjunta. Todas as três categorias de atividades são obrigatórias, como efeitos sinérgicos, e são esperadas a partir desses componentes diferentes. Recomenda-se que pelo menos um terço da contribuição da UE seja alocado para as atividades do serviço/acesso transnacional”. (pág.7)

Inicialmente Ribeiro (2012) insinuou que “seria interessante fazer algo como a ‘rede das ilhas’... por exemplo: Açores (Portugal), Canárias (Espanha), Ilhas do Egeu (Grécia), ...”.

Para a proposta preliminar (INFRA.Part.A.OERAAN), sugerimos (21/09/2012) alguns parceiros bem como o nome do projeto, que poderia ser “Rede para as Regiões Ultraperiféricas Europeias da Área do Atlântico” ou “Outermost European Regions of the Atlantic Area Network” (OERAAN).

Provavelmente os parceiros ideais da UAç são as universidades das regiões ultraperiféricas.

A rede UNAMUNO é composta, além das universidades dos Açores, Madeira e Canárias, pelas instituições de ensino superior das Antilhas e Guiana, Laguna e ilha de Reunião. Recentemente a Universidade de Cabo Verde aderiu a esta rede, mas ela extrapola a convocatória no sentido de não pertencer nem a um Estado-Membro, nem país associado.

Existe um sítio específico da UNAMUNO na Universidade da Madeira (UMa):

<http://unamuno.uma.pt/>

O “Plano Estratégico de Médio Prazo da Universidade dos Açores (2009-2011)” especifica em “1.2. As ações” (pág. 7), item “e”

<http://www.uac.pt/uploads/documentos/ba75e509c98e7c7bbf91e0005ffec3902b5e05d9.pdf>

e) Dinamização da rede UNAMUNO, constituída pelas universidades das regiões ultraperiféricas da Comunidade Europeia.

Na UNAMUNO os dados de contacto da UAç são inválidos, pois a universidade não está mais a utilizar os e-mails que estavam no servidor Notes “@notes.uac.pt” mas apenas “@uac.pt”. Há que ter uma certa atenção e atualizar estes contactos institucionais. Nunca devem ser utilizados e-mails pessoais, pois as pessoas mudam, e os contactos permanecem...

Associação UNAMUNO (7 universidades)

http://unamuno.uma.pt/index.php?option=com_aicontactsafe&view=message&layout=message&pf=5&Itemid=77&lang=es

1) Universidade dos Açores (UAc)

<http://www.uac.pt/>

Vice-reitorado de Relações Internacionais

Tel.: +351 296 650 004

Fax: +351 296 650 005

e-mail: jrmedeiros at notes.uac.pt

(o contacto deve ser o Prof. Luís Manuel Vieira de Andrade - andrade at uac.pt, Pró-Reitor para as Relações Internacionais e Cooperação Institucional)

2) Université des Antilles et de la Guyane (UAG)

<http://www.univ-ag.fr>

Bureau des Relations Internationales

Tel.: +590 590 48 90 11

Fax: +590 590 91 06 57

e-mail: maryvonne.charlery at univ-ag.fr

3) Universidade de Cabo Verde (UNICV)

<http://www.unicv.edu.cv/>

Vice-reitorado para a Pós-Graduação, Investigação e Publicações Científicas

Tel.: +238 261 99 04

Fax: +238 261 26 60

e-mail: marcelo.gaivao at adm.unicv.edu.cv

4) Universidad de La Laguna (ULL)

<http://www.ull.es/>

Vicerrectorado de Proyección Internacional

Tel.: +34 922 31 91 19

Fax: +349 922 31 94 94

e-mail: licarrillo at feu.ull.es

5) Universidad de Las Palmas de Gran Canaria (ULPCG)

<http://www.ulpgc.es/>

CUCID - Centro Universitario de Cooperación Internacional para el Desarrollo

Tel.: +34 928 45 96 65

Fax: +34 928 45 80 09

e-mail: nkhoury at fulp.ulpgc.es

6) Universidade da Madeira (UMa)

<http://www.uma.pt/>

GPC - Gabinete de Planeamento, Projetos e Cooperação

Tel.: +351 291 209 471

Fax: +351 291 209 470

e-mail: gpc at uma.pt / creis at uma.pt

7) Université de La Réunion (URé)

<http://www.univ-reunion.fr/>

DRI - Directions de Relations Internationales

Tel.: +262 262 93 83 21

Fax: +262 262 93 83 20

e-mail: internat at univ-reunion.fr

Duas referências podem significar uma dificuldade a ser transposta pela UAç:

32563-call_fiche_fp7-infrastructures-2013-1_en.pdf

5) Apresentação: “As propostas deverão ser apresentadas exclusivamente por pessoas jurídicas que operam os NRENs ou jurídicas criadas pelos NRENs de contribuir para a implantação de conectividade e serviços em uma escala pan-europeia (por exemplo DANTE, Terena, NORDUnet)”.

32563-call_fiche_fp7-infrastructures-2013-1_en.pdf

Uma Rede de Pesquisa e Educação Nacional (National Research and Education Network - NREN) é um provedor de serviços de internet especializado, dedicado a apoiar as necessidades das comunidades de investigação e educação de um país.

<http://en.wikipedia.org/wiki/NRENs>

Em Portugal o NREN é a FCCN. Contudo a FCCN não é responsável pelo backbone regional (entre as ilhas) e a condição de estar na Região Autónoma dos Açores pode conferir à UAç esta possibilidade de submissão direta.

<http://www.fccn.pt/pt/>

Além disso, a obrigatoriedade de ter parceiros internacionais abre a possibilidade da proposta ser apresentada pelos NRENs destes países que no caso de Espanha e França são sucessivamente RedIRIS e RENATER.

<http://www.rediris.es/>
<http://www.renater.fr/>

Em convocatórias anteriores como a FP7-INFRASTRUCTURES-2008-2 já foram observadas a participação de universidades (Universidade de Malta), seja em países que não tem um NREN formal ou mesmo quando as regiões não são atendidas por estes (caso dos Açores).

<http://agenda.nikhef.nl/getFile.py/access?contribId=12&resId=0&materialId=0&confId=373>

Nesta convocatória anterior (2008) merece atenção o item 1.3.2 “(Proposed methodology): The Project has three main technical objectives. The first is provision and operation of the backbone, coordination of the GÉANT NOC and all NREN NOCs etc.”

Ou seja, o primeiro dos objetivos foi o fornecimento e operação do backbone.

E isso é exatamente uma das coisas que a UAç necessita, um backbone de alta velocidade (conectado à rede GÉANT, via FCCN ou outro NREN) cujo fornecimento e operação estejam assegurados.

Outra referência está relacionada às taxas máximas de reembolso (maximum reimbursement rates). Alguns itens não são totalmente cobertos, outros sim.

32726-annexes_1-3_capacities_for_cap_en.pdf

Para Ribeiro (2012) trata-se de procedimento necessário em Portugal: “Assim faz com que entidades que tinham o problema e querem fazer alguma coisa o possam fazer com um custo inferior (mas sempre com um custo)”.

Mas a palavra “reembolso” sempre remete à lógica: gaste primeiro, comprove e receba depois

No Guia para os Candidatos, Anexo 3 (Orçamento), está discriminado o que está coberto (ou não) e o que pode ser considerado “custos indiretos”, “custos com pessoal”, “subcontratação”, “outros custos diretos”, “total do orçamento”, “contribuição solicitada à Comunidade Europeia”, “outras receitas”.

Sempre existe alguma margem de manobra para compensar o que não é coberto pela CE através do que já existe e do que os parceiros podem colaborar. E no caso do arquipélago o Governo Regional e a Portugal Telecom (PT), dentre outros, podem completar o que falta.

As despesas elegíveis pela CE são:

- Investigação e desenvolvimento tecnológico = 50% ou 75% *
- Atividades de coordenação = 100%
- Atividades de gestão = 100%
- Outras atividades = 100% **

(*) Para os participantes, que são organismos públicos sem fins lucrativos, estabelecimentos secundário e superior, organizações de investigação e as PME.

(**) Custos de serviços de conectividade, a taxa de reembolso máximo será de 50% para todos os participantes.

A primeira parte (investigação e desenvolvimento tecnológico) tem para a UAç uma cobertura de 75%. Os 25% restantes não necessitam vir, necessariamente, de recursos próprios, mas pode ser alocado pelo que já existe.

Na parte de outras atividades está incluído os serviços de conectividade e aqui há o limite de 50%, no caso para a locação dos circuitos. Trata-se de ponto em que cabe a participação da PT e do Governo Regional para assumir a outra parcela, pois é interesse de ambos.

Basta negociar...

Veiga (2012) apontou a hipótese de se “conseguir” um lambda junto à PT...

<http://www.linktionary.com/f/fiber-optic.html>
<http://www.linktionary.com/l/lambda.html>

De certo modo a CE cobre muitas possibilidades.

Então não se trata de uma proposta na qual a UAç terá que entrar, necessariamente, com contrapartidas que dependam do orçamento atual da universidade.

As contrapartidas da universidade podem, de certa forma, estar baseadas no que já existe o que inclui o backbone existente (entre as ilhas e o continente) e a estrutura existente (prédios físicos), etc...

Se os demais parceiros forem chamados à mesa (FCCN, PT, Governo Regional, demais universidades, demais NRENS) será possível estabelecer o que toca para cada um e o que cada parte pode colaborar no projeto.

Também é uma forma de escolher os parceiros (quem tem interesse e possibilidades em participar).

O anteprojeto realizado em 21/09/2012 sugere como parceiros nacionais a FCCN, Governo Regional, PT e a Universidade da Madeira. Como parceiros internacionais a Espanha (universidades das Canárias: ULL e ULPGC) e França (universidade das Antilhas e Guiana: UAG); seus respectivos NRENS: RedIRIS e RENATER. E a UCV (ICPC):

- Fundação para a Computação Científica Nacional (FCCN), Portugal;
- Universidade dos Açores (UAç), Portugal;
- Universidade da Madeira (Uma), Portugal;
- Entidad Pública Empresarial Red.es (RedIRIS), Espanha;
- Universidade de La Laguna (ULL), Espanha;
- Universidade de Las Palmas de Gran Canaria (ULPGC), Espanha;
- Réseau National de Télécommunications pour la Technologie, l'Enseignement et la Recherche (RENATER), França;
- Université des Antilles et de la Guyane (UAG), França;
- Universidade de Cabo Verde (UNICV), Cabo Verde;
- Delivery of Advanced Network Technology to Europe (DANTE), Inglaterra

Enfim, trata-se de um texto extenso e complexo que deve ser analisado por várias pessoas além do suporte nacional GPPQ e, eventualmente a FCCN.

O objetivo geral da chamada INFRA-2013-1.2.1: GÉANT é avançar na visão de especialistas do Grupo GÉANT 2020, permitindo computação intensiva de dados e colaboração em investigação e educação em toda a Europa e mais além, através de serviços inovadores e excelência operacional. Isto também implica redução do fosso digital e assegura a livre e desimpedida circulação de dados científicos e conhecimentos na UE.

Objetivos específicos a serem abordados são:

a) apoiar requisitos crescentes de comunidades de conhecimento, enfrentar o tsunami de dados que se aproxima e evoluir a GÉANT através de:

- implantar a tecnologia de 100 Gbits/s em toda a Europa e melhorar a troca de tráfego;

- desenvolver, testar e inovar serviços centrados no utilizador; as decisões de investir em novos serviços devem basear-se em um caso de negócio claro e o compromisso de implantar vários NRENs;

- reforçar o valor acrescentado da UE GÉANT: adotar autenticação federada e infraestrutura de autorização (eduGAIN); definir procedimentos de decisão para agregar demanda, serviços de intermediação e aquisições conjuntas a nível europeu em nome de NRENs; e alinhando os regulamentos mais recentes, por exemplo, em termos de proteção de dados;

- reforçar a posição da Europa como um hub de rede de pesquisa global, assegurando a conectividade intercontinental, bem como com a vizinhança;

- procurar sinergias com os serviços públicos a nível europeu e nacional, quando apropriado.

b) Assegurar estadias GÉANT na vanguarda da inovação, aumentando o potencial de inovação das comunidades de rede de pesquisa e educação através de:

- I&D que estão abertos para as comunidades da indústria, academia e usuário, por exemplo, implementada através de concursos abertos, parcerias público-privadas ou pré-comercial procurement¹⁰, o que inclui modelos de negócios inovadores, por exemplo, para as nuvens, federados AAI e mobilidade, e contribuindo para a normalização internacional, como no IETF.

- implantação de um processo aberto, avançado, virtualizado, instalação de plataforma de testes multi-domínio e expandindo-o globalmente e ao teste de nuvem;

- troca de pessoal entre NRENs, academia e indústria, e de formação;

A fim de estimular a concorrência, as atividades de I&D, que será aberto à participação de parceiros externos e implementadas através de convites deverá ser de pelo menos 50% da contribuição da UE solicitada para o ARJ. Onde a preocupação atividades como pesquisa aplicada para o desenvolvimento de novos serviços, que serão apoiados somente se testados sobre a infraestrutura GÉANT e se há comprometimento de pelo menos três NRENs para utilizar os serviços desenvolvidos.

Para alcançar estes objetivos, será necessário melhorar a governação através de uma maior participação do usuário final e uma coordenação reforçada com outras infraestruturas eletrónicas na Europa e no mundo.

Dado o objetivo específico deste tópico, a proposta deve ser apresentada exclusivamente por pessoas jurídicas que operam os NRENs ou jurídicas criadas pelos NRENs de contribuir para a implantação de conectividade e serviços em uma escala pan-europeia (por exemplo DANTE, Terena, NORDUnet).

Esquemas de financiamento

Combinação de Projetos Colaborativos (CP) e da Coordenação e Ações de Apoio (CSA)

GÉANT torna as comunicações Europeias comuns, onde o talento em qualquer lugar é capaz de colaborar com seus pares ao redor do mundo e ter acesso instantâneo e ilimitado a qualquer recurso para a criação de conhecimento, a inovação e a aprendizagem, sem restrições pelas barreiras do mundo pré-digital.

A Europa é um centro de excelência para as redes de investigação mundiais, a Comunidade GÉANT produz soluções inovadoras, impulsiona a evolução da internet e seu sistema de regulamentação é capaz de lidar com o ambiente em mudança.

Rede GÉANT

A rede GÉANT é uma infraestrutura de comunicações pan-europeia através da qual são disponibilizados serviços avançados às redes nacionais de investigação e ensino (NREN) dos países europeus.

Esta rede cumpre ainda dois outros objetivos fundamentais, que são servir de plataforma de desenvolvimento e experimentação de novos serviços avançados e assegurar uma adequada interligação com redes congéneres em outras partes do mundo.

A rede GÉANT iniciou a sua 3ª geração (GÉANT3) em 1 de abril de 2009, através de um projeto de cofinanciamento do 7º Programa Quadro. A ligação à rede GÉANT é um elemento determinante de integração da comunidade científica nacional com as suas congéneres europeias e de outras regiões do mundo, através de serviços que suportam as mais elevadas exigências dessas comunidades. Sem a ligação ao GÉANT, haveria um fosso digital penalizante para os principais agentes de inovação nacionais.

A rede GÉANT é uma extensão das redes de investigação e ensino que a ela estão ligadas, nessa medida constitui-se também como um dos principais destinos das comunicações efetuadas via RCTS.

<http://www.fccn.pt/pt/a-fccn/projectos-inovacao/geant-3/#!pt/a-fccn/projectos-inovacao/geant-3/apresentacao/>
<http://www.geant.net/pages/home.aspx>
<http://en.wikipedia.org/wiki/G%C3%89ANT>
<http://en.wikipedia.org/wiki/G%C3%89ANT2>

Um excesso de parceiros reduz as possibilidades do orçamento para cada instituição.

Mesmo assim, a UAç tem mais pontos a serem atendidos (9 ilhas) e isso sempre tem que ser levado em conta.

A escolha e definição dos parceiros e os contactos são questões institucionais...

Mas consideramos que, pelo menos, um parceiro francês e um parceiro espanhol seriam de bom-tom.

Cabo Verde pode ser incluído como um “International Cooperation Partner Country” (ICPC).

O único cabo submarino que atualmente liga a América do Sul com a Europa passa por Cabo Verde. Apenas um cabo passa pelos Açores. Nenhum cabo passa pela Madeira.

Como disse Veiga (2012), esta rede não necessita ser “real” (ninguém vai colocar cabos especialmente para ela, porque não se justifica), mas “virtual”, porque pode utilizar as estruturas de terceiros (cabos que já existem).

Existem diversas razões para estudar, trabalhar e apresentar uma proposta e apenas uma para não fazê-lo.

A principal razão para fazê-lo é aprender com o processo, pois nem sempre um projeto é aprovado na primeira tentativa.

Mas a razão para não fazê-lo é o imobilismo e passividade que se mantém na instituição, seja à espera de uma solução mágica ou mesmo destinações de subsídios a fundo perdido do Governo Regional.

Desafios para a UAç

“No meio do caminho tinha uma pedra...”
(Carlos Drummond de Andrade)

Os desafios da UAç são imensos: congelamento de vagas, redução da estrutura, deficit orçamentário, opção pelo não aumento de propinas, atraso de salários...

Contudo a Reitoria parece estar tão concentrada em resolver suas questões orçamentárias que se descuida em dar atenção a aspetos que poderiam reduzir o deficit e contribuir para melhorar a presença não apenas regional ou nacional mas, inclusive, internacional.

Propostas como a atual não vão em frente sem apoio e adesão. Não basta a Reitoria simplesmente dizer que podemos seguir em frente e não se comprometer.

Há uma diferença entre manter a mente aberta e acreditar em algo porque você quer que seja verdade.

Não são propostas simples.

Exigem a participação de diversas pessoas e inclusive a definição dos parceiros estratégicos.

É necessário comprometimento (da Reitoria), montar uma equipa (com tarefas específicas e reuniões semanais), definir parceiros, fazer contacto com os mesmos, distribuir tarefas, montar a proposta.

Além disso, algo que sem dúvida faz falta na UAç é um programa participativo de qualidade total. Pode ser considerado como um modismo dos anos 80, mas sem dúvida foi algo que veio para ficar...

Dar espaço para os colaboradores exporem melhorias contínuas e recompensar as melhores sugestões (de alguma forma) tem sido uma das mais inovadoras e consistentes iniciativas de reduzir custos aliado a um aumento de produtividade e eficiência.

Só é possível ajudar quem quer ser ajudado...

As pessoas que não querem que as coisas mudem são aquelas que, por alguma razão, sentem que têm uma desvantagem com a mudança.

Conclusões, Críticas e Sugestões

“Quando há uma tempestade, cada um age de acordo com sua própria natureza. Alguns ficam cheios de terror, alguns fogem, alguns se escondem. Mas outros abrem suas asas como águias e voam com o vento.”
(Nicholson, W.; Hirst, M., Elizabeth: The Golden Age, 2007)

Não existe sequer um exemplo na história quando, diante de uma mudança de paradigma, as pessoas que acreditavam no novo modelo não fossem taxadas de ingénuas.

Mas nem por isso o mundo deixou de se transformar.

Esta estadia nos Açores foi importante para avaliar os procedimentos e tentativas de implementação desde 2005 (WebCT), realizar o levantamento da estrutura atual da universidade, o backbone regional, conexões com o continente, estrutura tecnológica disponível, situação de insustentabilidade económica da universidade, formações realizadas por outras universidades e se deparar com uma incrível resistência entre os docentes em adotar estas tecnologias bem como o imobilismo da própria instituição em buscar recursos através de outras fontes que não as tradicionais.

Esperamos que em outra oportunidade os diversos departamentos e pró-reitorias se envolvam no processo de forma a colaborarem por um objetivo comum - um sistema de apoio à educação proposto para toda a universidade - pois os departamentos da UAç, bem como as pró-reitorias, podem ser considerados áreas estanques que pouco se comunicam, disputam entre si e dificilmente colaboram para projetos conjuntos.

Certamente é possível oferecer um produto, serviço ou até mesmo cursos, inclusive de nível superior, sem custos ao usuário final (estudante) através da obtenção de outras fontes de financiamento que não dependam dos governos (Republicano e Regional) e de propinas.

O resultado da inércia verificada na UAç tem sido uma dependência cada vez maior do Governo Regional.

E, ao mesmo tempo que a universidade sobrevive a custa do subfinanciamento do Governo da República, apoios do Governo Regional (através dos seus fundos comunitários com coparticipação da UE) e ainda as propinas dos estudantes - penalizando as famílias - pouco ou mesmo nada se percebe de retorno às comunidades, àqueles que através de seus impostos geraram estes recursos (todos recursos públicos).

Deveriam existir ações de extensão universitária obrigatórias, algo a ser oferecido gratuitamente às comunidades, como ocorre em países onde o ensino superior público é totalmente gratuito e as universidades são obrigadas, por lei, à dar um retorno às comunidades.

Algo como os tais “serviços comunitários” previstos na criação do Instituto Universitário dos Açores.

E esta observação se refere a contrapartidas sem fins lucrativos, mas gratuitos.

Em muitas áreas Portugal tem tecnologia de ponta.

Por que não na educação mediada pelas tecnologias?

Podemos ter à disposição os meios tecnológicos mais modernos, recursos financeiros ilimitados e mesmo assim não produzir nada - ou alguma coisa com qualidade.

Fazer menos com mais recursos qualquer um faz.

Fazer mais com mais recursos, a maioria consegue fazer.

Fazer menos com menos recursos é uma tarefa difícil.

Mas o grande desafio é fazer mais com menos recursos.

Este projeto está de acordo com as práticas e políticas mais atualizadas nas áreas da economia da educação e educação mediada pelas tecnologias, indo de encontro às expectativas, do Ministério da Educação e Ciência e da União Europeia, para o setor.

Estudos Futuros

“A maior dificuldade do mundo não é fazer com que as pessoas aceitem novas ideias, mas sim fazê-las esquecer as antigas.”
(John Maynard Keynes)

Sugerir estratégias de implementação e desenvolvimento de um projeto sustentável para a Universidade dos Açores que possibilite atender a todas as nove ilhas (e não apenas três) e ter atuação fora do arquipélago (nacional e internacional) não pode ser interpretado como uma receita de bolo que possa ser replicada de outro contexto, de outra realidade nacional ou mesmo estrangeira.

Neste sentido, para transformar as sugestões em realidade é insuficiente apenas propor um “sistema de ensino aberto e a distância” se a prospeção e identificação de novas fontes de recursos (novos modelos de sustentabilidade) não forem realizadas.

Estudos futuros permitirão agregar elementos da economia da educação (education economics), pois a grande dificuldade da Universidade dos Açores neste momento é sua manutenção, que envolve inclusive a sobrevivência da própria instituição devido ao subfinanciamento crónico do estado português, dentre outros aspetos.

A economia - como ciência que estuda os mecanismos de otimização dos “recursos escassos” - está na ordem do dia, não apenas para a universidade como para a região e o próprio país.

É possível não apenas atualizar os vários modelos de financiamento sugeridos por Downes (2007): dotação, associação, doações, conversão, pago, patrocínio, institucional, governamental, baseado em parcerias e trocas; mas através de um estudo exploratório, realizar a prospeção e sugestão de novas possibilidades.

Dificuldades orçamentárias atualmente podem ser consideradas como assunto corrente em praticamente todas as universidades nacionais, sejam públicas ou privadas e qualquer projeto a ser apresentado que não prever ou sugerir alternativas de viabilidade económica estará sujeito à inviabilidade de sua execução independente do seu conteúdo.

Um desafio para as instituições que tem que se adaptar.

Captain's Log

“Se você não pode voar, corra. Se você não pode correr, ande.
Se você não pode andar, rasteje. Mas, faça o que fizer, mantenha-se em movimento.”
(Martin Luther King, Jr.)

Diário de bordo é uma ferramenta utilizada para registo dos acontecimentos mais importantes, uma espécie de sumário, introduzida durante o pós-doutoramento realizado na Universidade de Aveiro (2006). E este é o uso que se pretende dar a este espaço, sem a pretensão de querer relatar tudo o que se passou ao longo do período.

- 02/10/2011 - SCTR (pré-registo)
- 04/10/2011 - SCTR (registo)
- 10/10/2011 - SCTR (candidatura M3.1.7/F/003/2011)
- 07/03/2012 - SCTR (concessão da bolsa - FRCT/2011/317/005)
- 01/04/2012 - UAC (chegada a Ponta Delgada, início da bolsa)
- 02/04/2012 - SRCTE-DRCTC-FRCT (assinatura do contrato)
- 09/04/2012 - UAC/DCE (ações de articulação para auxiliar o processo de institucionalização da aprendizagem mediada pela tecnologia: “Desbloqueando o Processo da Aprendizagem Mediada pela Tecnologia: Ideias e Ações de Articulação para uma Abordagem Institucional” - “Unlocking the Technology-Mediated Learning Process: Insights and Articulating Actions for an Institutionalization Approach”.)
- 10/04/2012 - FCCN (informações da RCTS)
- 11/04/2012 - UAC/SI (informações)
- 12/04/2012 - SS (enquadramento SSV)
- 13/04/2012 - CSPD (inscrição)
- 20/04/2012 - FRCT (videconferencia, SI, Sala 1 da UAC)
- 23/04/2012 - UAC/SI (acesso a roth at uac.pt e ao edoc)
- 26/04/2012 - FRCT (primeiro pagamento, a menor)
- 02/05/2012 - UAC/Reitoria (novos documentos)
- 03/05/2012 - UAC/SASUA (declaração de residência)
- 04/05/2012 - JFSP (atestado de residência)
- 08/05/2012 - SS (SSV 04/2012)
- 09/05/2012 - DGES
- 10/05/2012 - CSPD
- 10/05/2012 - RIAC (domicilio fiscal)
- 10/05/2012 - UAC/SI (alteração para roth at uac.pt)
- 16/05/2012 - FRCT (mapa de assiduidade)
- 18/05/2012 - UAC/DCE (relatório sobre definições e atribuições do que sejam estruturas voltadas a suportar e incentivar o uso das diversas tecnologias possíveis de serem utilizadas como meio educativo: “Estruturas de Apoio ao Ensino Mediado pelas Tecnologias” - “Support Structures to the Teaching Mediated by Technologies”.)
- 22/05/2012 - CSPD
- 23/05/2012 - UAC/DCE (relatório sobre a identificação de instituições que financiam, suportam e fomentam projetos educativos: “Fontes de Financiamento e Fomentadoras de Projetos Educativos” - “Funding Sources and Fostering of Educational Projects”.)
- 24/05/2012 - FRCT (segundo pagamento)
- 29/05/2012 - CSPD
- 30/05/2012 - CSPD
- 31/05/2012 - INE (solicitação de dados)

31/05/2012 - SEF (solicitação de dados)
 31/05/2012 - FCCN (solicitação de dados)
 01/06/2012 - INE (dados estatísticos dos Açores)
 04/06/2012 - CSPD
 05/06/2012 - FCCN (contato Rui Ribeiro)
 08/06/2012 - CSPD
 15/06/2012 - FP7-INFRASTRUCTURES-2012-1 (estudo do template)
 19/06/2012 - UTL
 21/06/2012 - FCCN (reunião com Rui Ribeiro)
 27/06/2012 - FRCT (terceiro pagamento)
 01/07/2012 - UAC/PRDRE (solicitação de dados)
 06/07/2012 - UAC/PRQAED (dados da mobilidade de alunos e professores)
 10/07/2012 - UAC/PRQAED (dados da deslocação de professores na RAA entre campus)
 10/07/2012 - FP7-INFRASTRUCTURES-2013-1 (publicação da chamada)
 12/07/2012 - UAC/DCE (formação Inicial e formação de formadores)
 19/07/2012 - UAC/PRQAED (dados de alunos da RAA por campus)
 24/07/2012 - UAC/PRQAED/PRGI
 24/07/2012 - FRCT (quarto pagamento)
 01/08/2012 - UTL
 03/08/2012 - FCCN
 13/08/2012 - MEC/SEED (referenciais de implementação)
 22/08/2012 - FRCT (quinto pagamento)
 26/08/2012 - UAC/SASUA
 03/09/2012 - UAC/SI (avaria de rede)
 03/09/2012 - UAC/SASUA (caução RU)
 04/09/2012 - BANIF
 05/09/2012 - SEF (DR Açores)
 10/09/2012 - FCCN
 10/09/2012 - GPPQ
 12/09/2012 - UAC/DCE (reunião com os Profs. Carlos Gomes e Paulo Fialho)
 12/09/2012 - UAC/SI (convocatória FP7-INFRA-2013-1.2.1: GÉANT)
 13/09/2012 - UAC/DCE (Encontro sobre Ensino e Aprendizagem Virtual)
 14/09/2012 - UAC/DCE (Encontro sobre Ensino e Aprendizagem Virtual)
 14/09/2012 - UAC/FCCN (reunião com o Profs. Pedro Veiga, Carlos Gomes e Paulo Fialho)
 17/09/2012 - Moodle 2.3 (PC0901), Dropbox, Google Drive
 21/09/2012 - UAC/SI (reunião com o Prof. Carlos Gomes e Luis Sousa)
 21/09/2012 - UAC/PRQAED/DCE/SI (relatório com sugestão de parceiros e projeto para submeter ao FP7-INFRASTRUCTURES-2013-1: "Rede para as Regiões Ultraperiféricas Europeias da Área do Atlântico" - "Outermost European Regions of the Atlantic Area Network - OERAAN".)
 22/09/2012 - GN3/FP7-INFRASTRUCTURES-2008-2/INFRA-2008-1.2.1: GÉANT (base)
 24/09/2012 - FRCT
 24/09/2012 - UAC/Reitoria
 25/09/2012 - FRCT (sexto pagamento)
 26/09/2012 - UAC/DM/CMATI (Prof. João Manuel Gonçalves Cabral)
 26/09/2012 - FCCN (Prof. Pedro Veiga)
 26/09/2012 - GPPQ (Ricardo Migueis)
 29/09/2012 - UAC/SI (WebCT)
 01/10/2012 - UAC/PRQAED
 01/10/2012 - SEF (DR Açores)
 04/10/2012 - UAC/SI (eduCommons)
 08/10/2012 - CSPD
 15/10/2012 - CSPD
 19/10/2012 - CSPD
 22/10/2012 - UAC/Reitoria

23/10/2012 - DGES (recurso ao 195/DRMCI/2012, ref. 12-10-10 03182)
 24/10/2012 - UAC/Reitoria
 24/10/2012 - FRCT (sétimo pagamento)
 25/10/2012 - Provedor de Justiça (NARIC/DGES)
 26/10/2012 - UAC/Reitoria (recurso ao Sai-UAç/2012/2847)
 26/10/2012 - Provedor de Justiça (UAC)
 26/10/2012 - Provedor de Justiça (queixa n.º 2012N03053)
 30/10/2012 - UAC/DEG (Prof. António Gomes de Menezes)
 05/11/2012 - HDES
 07/11/2012 - UAC/LInECT (reunião com o Prof. Carlos Gomes)
 09/11/2012 - IGEC (processo de provedoria n.º 10.09/01663/SC/12)
 23/11/2012 - FRCT (oitavo pagamento)
 04/12/2012 - UAC/Reitoria (Sai-UAç/2012/3219)
 04/12/2012 - Provedor de Justiça (UAC)
 05/12/2012 - FP7-INFRASTRUCTURES-2013-1 (deadline at 17:00, Brussels local time)
 06/12/2012 - FRCT (pedido de renovação da bolsa)
 06/12/2012 - FRCT (relatório dos trabalhos realizados)
 06/12/2012 - FRCT (plano dos trabalhos futuros)
 07/12/2012 - Relatórios: Artigos a serem publicados
 09/12/2012 - Relatório Parcial
 09/12/2012 - UAC/DCE (solicitação do parecer do supervisor)
 14/12/2012 - Formatação artigo (Unlocking the Technology-Mediated Learning Process: Insights and Articulating Actions for an Institutionalization Approach)
 16/12/2012 - Formatação artigo (Support Structures to the Teaching Mediated by Technologies)
 17/12/2012 - Formatação artigo (Expanding Areas of Influence at Azores University: Virtual Campus, Regional Clusters and Points of Presence)
 18/12/2012 - Formatação artigo (Funding Sources and Fostering of Educational Projects)
 19/12/2012 - Formatação artigo (Outermost European Regions of the Atlantic Area Network)
 20/12/2012 - Pedido de Renovação da Bolsa (21/12 60dd úteis antes do termo 04/01/2013)
 22/12/2012 - 03/01/2013 - UAC (férias de Natal)
 02/01/2013 - Polos Regionais
 03/01/2013 - Pontos de Presença
 04/01/2013 - FRC (nono pagamento)
 04/01/2013 - 11/01/2013 - UAC (suspensão das atividades letivas)
 07/01/2013 - Wi-Fi de Longo Alcance
 08/01/2013 - Estrutura Existente no Arquipélago
 09/01/2013 - Mobilidade de Professores
 10/01/2013 - Desafios para a UAC
 11/01/2013 - FCCN (contato com Rui Ribeiro - alterações na estrutura: FCT)
 14/01/2013 - 14/02/2013 - UAC (periodo de férias aprovadas pelo FRC)
 23/01/2013 - UAC/DCE
 30/01/2013 - FRC (suspensão da bolsa sem aviso prévio e pagamento do mês de janeiro)
 30/01/2013 - Provedor de Justiça (FRC)
 31/01/2013 - AIPA (FRC)
 11/02/2013 - 13/02/2013 - UAC (carnaval)
 13/02/2013 - CNAI/ACIDI (FRC)
 14/02/2013 - UAC (início das aulas)
 15/02/2013 - Posfácio
 20/02/2013 - e-Learning Lab
 22/02/2013 - Conclusões, Críticas e Sugestões
 25/02/2013 - Estudos Futuros
 27/02/2013 - Agradecimentos
 28/02/2013 - Entrega do relatório final
 01/04/2013 - SRCTE-DRCTC-FRCT (termo teórico do primeiro ano da bolsa)

Posfácio

“Eu imagino Deus como a fonte de toda a energia
que criou e mantém o equilíbrio do universo.
Eu vejo Deus na flor e na abelha que suga o néctar para produzir o mel; e no pássaro que
devora a abelha; e no homem que devora o pássaro; e no verme que devora o homem.
Eu vejo Deus em cada estrela no céu, nas minhas noites nas pousadas,
e nos olhos tristes de cada boi, ruminando na invernada.
Só não consigo ver Deus no homem que devora o homem,
e por isso acho que ainda tenho muito que aprender nesses caminhos da vida...”
(Benedito Rui Barbosa, Paraíso).

A despeito de toda a legislação relevante que existe - nacional e europeia - as discriminações parecem ser um esporte nacional em Portugal, quer aplicadas às preferências futebolísticas, religiosas, políticas e regionais, dentre outras.

http://www.jn.pt/PaginaInicial/Sociedade/Interior.aspx?content_id=1414634
<http://www.gddc.pt/direitos-humanos/portugal-dh/legislacao-portuguesa.html>
http://www.amnistia-internacional.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=129&Itemid=98

O costume é tão arraigado que pode até ser considerado uma tradição incorreta, passar despercebida aos mais desatentos e aos cidadãos nacionais que também são alvo, internamente, do que longe passa por ser apenas uma brincadeira e não raro ultrapassa o bom senso e excede práticas politicamente corretas e aceitáveis nos dias de hoje.

Os portugueses discriminam a si próprios, generalizando opiniões acerca de regiões e/ou sotaques diferentes. No continente são comuns as referências relacionadas à eterna disputa entre norte e sul e as piadas de mal gosto contra os alentejanos (bem ao nível do que os brasileiros costumam aplicar aos portugueses genericamente).

Através de suas críticas, muitas vezes ácidas, às vezes debochadas ou mesmo implícitas ao sistema, RikSaint expõe a “osmose lusitana” (12/05/2005).

Muitos consideram que seus textos retratam uma história comum. Mas é preciso um olhar mais atento para perceber uma autocrítica, através de uma linguagem que foge do elitismo e apresenta, a todo momento, a coloquialidade.

“Os estrangeiros podem dizer o que quiserem. Os portugueses são brilhantes e sabem o que fazem. Dois terços da população não chegaram ao 1º ciclo de escolaridade e um décimo não sabe ler nem escrever. A larga maioria é analfabeta funcional, cerca de 80%. Os nossos jornalistas inventaram um novo termo para isso: iliteracia, em oposição a literacia, que também não existe. Quer dizer, mais ou menos, que a maioria dos portugueses, apesar de ser capaz de memorizar todos os resultados do Benfica dos últimos 40 anos, é incapaz de interpretar este texto. Estas estatísticas só demonstram uma coisa: a genialidade do nosso povo. Características como estas num país europeu da era da informação são obviamente voluntárias. A razão é prática - os portugueses não precisam de encher a mente de meios quando já têm os fins. Digam o que quiserem, Portugal é o país com mais opiniões por

habitante e mais convicções por metro quadrado. Geneticamente, o português herda por natureza todo o conhecimento suficiente para subsistir como ser pensante na sua sociedade. Ultrapassa, no berço, aquilo que outros povos precisam de décadas para aprender e consolidar. Vejamos mais concretamente o que acontece. O português nasce e tem logo clube de futebol, algo que será determinante na sua existência. Também tem logo religião ou heresia específica, e ideologia, partido ou desprezo pelo sufrágio. Mas o mais importante é o clube de futebol. O futebol é o centro gravitacional de um país que, por designio ou acaso, tem um formato semelhante a um estádio... No Alentejo, um recém-nascido já tem consciência política e sabe perfeitamente em que partido votar dali a 17 anos e tal. Que outro país apresenta tamanha precocidade nos seus rebentos? No Norte os bebés são católicos tão devotos como o Santo Padre, e também não têm dentes. No Centro, qualquer criança sabe porque é que o FC Porto ganha tantos jogos e em quem deve bater na escola. Nesta fértil terra espiritual até os animais acompanham os humanos. Quantos papagaios sabem dizer 'Benfica' para além de palavrões? Mais ou menos todos. Cheguei a conhecer um homem que tinha um periquito que dizia 'Benfica', na Ilha da Armona. É de senso comum que todos os leões são do Sporting, mesmo os que guardam a Assembleia em S. Bento, e que todas as águias são do Benfica, mesmo a Águia Careca do emblema dos Estados Unidos. Quando um português vê uma águia ou um leão não precisa de um curso superior para saber imediatamente a que se referem. Por exemplo, toda a gente sabe que as legiões romanas eram do Benfica. É um conhecimento nativo. Mas o português vai muito além destes conhecimentos estruturais e estruturantes. Note-se a facilidade que toda a sociedade lusitana detém para gerar opinião. Pode-se dizer que é um país sem dúvidas. Portugal eliminou a dúvida, a hipótese, o complexo fardo da recolha de factos e da investigação, porque não precisa. A conclusão nasce do português como o pólen de uma flor: naturalmente. Depois esse pólen alastra-se e fecunda de forma imediata as mentes de outros portugueses, num processo de osmose único no reino dos mamíferos racionais. De tal modo o português tem de achar o ensino (ideia claramente estrangeira e importada) um fardo inútil, quase um atestado de imbecilidade, pois possui um veículo muito mais rápido e eficaz para transmitir e adquirir conhecimento, a osmose lusitana. Por isso é patente que, para um português, ver alguém a pensar é sinónimo de incapacidade e que toda a história do pensamento não passa de uma piada de mau gosto. O português ri-se da filosofia. Tem consciência perfeita do seu carácter periférico de adorno espiritual. Tanto a Academia de Platão como o Liceu de Aristóteles não tinham equipa de futebol.”

<http://riksaint.wordpress.com/2005/05/12/a-osmose-lusitana/>

A relação entre o continente e as regiões autónomas não passa em branco. Afinal os habitantes das regiões dos Açores e da Madeira têm os mesmos direitos que os portugueses do continente, mas o inverso não é verdade.

Não bastasse o que acontece entre regiões diferentes, os açorianos discriminam-se entre si próprios. Vitorino Nemésio, poeta açoriano, procurou definir no empirismo do quotidiano a alma do ilhéu. Considerou o micalense como sendo o mais trabalhador, o mais introvertido e o mais rude nos tipos rurais, o terceirense bem menos trabalhador, mais festeiro e conveniente, com traços de certa manha rural, agrupando a ele os açorianos “das ilhas de baixo”, expressão que possui cunho pejorativo. Nessa caracterização, o escritor

ainda destacou o picoense, chegando ao ponto de o considerar a “nata do insulano”, ou seja, os homens do mar, homens de palavra, dando conta da vida com frontalidade e brio...

<http://pt.artazores.com/noticias/ver.php?id=17>

Considerar o arquipélago dos Açores como uma região homogénea (em termos de igualdade de oportunidades) é então algo muito mais complexo. Os sotaques destas regiões também encontram espaço para ações do género.

Carla Ferreira exprime o tom discriminatório interinsular: “A minoria do resto dos açorianos, ou seja, como se diz cá em São Miguel, o resto do pessoal das ilhas de baixo, são a minoria dos Açores, porque práqueles lados ninguém sabe distinguir quem é do Pico, do Faial, da Graciosa ou do raio que os partam. É que práqueles lados o sotaque não varia muito e é quase similar de ilha para ilha. Por isso o único e verdadeiro sotaque açoriano e aquele que marca a diferença, é sem dúvida o micalense. Para já é o sotaque mais falado nos Açores, partindo do princípio que 140.029 pessoas o falam e será também aquele que entra mais no ouvido de qualquer um. Para falar de ilha incaracterística falemos antes das ilhas centrais e ocidentais, que são todas quase iguais a nível de pronúncia. Os micalenses destacam-se em tudo. Até no sotaque... Somos a maioria dos Açores e não precisamos do resto das ilhas de baixo...”.

<http://hugocardoso.com/blog/archives/379>

Ser estrangeiro em Portugal não é tarefa fácil, muito menos nos Açores.

O Dia Internacional de Luta pela Eliminação da Discriminação Racial foi celebrado em Ponta Delgada com uma concentração nas “Portas da Cidade”. (20/03/2011).

<http://www.correiodosacores.net/view.php?id=32456>

A Associação de Imigrantes de Ponta Delgada manifestou-se preocupada com a discriminação que ainda existe sobre muitos cidadãos estrangeiros, como confirma um estudo recentemente realizado. (19/03/2011). De acordo com um inquérito realizado pela associação, 41% dos inquiridos estrangeiros (um total de 451 pessoas residentes no maior concelho açoriano) dizem que já foram vítimas de discriminação, do ponto de vista local.

<http://sicnoticias.sapo.pt/Lusa/2011/03/19/acores-associacao-de-imigrantes-preocupada-com-discriminacao-sobre-estrangeiros>

Segundo Paulo Mendes, presidente da AIPA, embora não seja “preocupante” a situação registada em Ponta Delgada justifica a necessidade de “manter na agenda” a questão do combate à discriminação. “Trata-se de uma problemática que ganha maior dimensão em momentos de crise como a que se vive em Portugal”, acrescentou,

sublinhando que, em “períodos de escassez, há tendência para penalizar mais os imigrantes”.

Sempre que um grupo de pessoas começa a acreditar que são melhores que os demais os resultados são sempre os mesmos.

Dificuldades discriminatórias são enfrentadas em solo nacional desde 2005. Na ocasião da submissão da primeira candidatura a um pós-doutoramento na FCT (SFRH/BPD/23355/2005) havia um resultado inicial a propor não favorável (a recusar).

A classificação final era de “apenas” 3,700 quando as candidaturas com classificação inferior a 3,900 não são propostas para financiamento. E o resultado era derivado do critério “mérito do candidato” ainda hoje o fator de maior de ponderação. O parecer de um pseudo-especialista (realidade cada vez mais presente nas academias e júris científicos portugueses) buscava justificar a negação à candidatura com o “argumento” de que o nível de formação não era normal, atribuindo apenas 3 pontos (em uma escala de 5), com a lamentável observação de que ter “5 doutoramentos, 5 mestrados e 4 bacharelados é pouco frequente”. Deveria ser exatamente o contrário, ou seja, um currículo académico de mérito, que representa a exceção e não o lugar-comum deveria obter o maior índice e não o inverso. E a obtenção da bolsa só foi possível através da interposição de um recurso.

Esta experiência forneceu algumas pistas sobre o imenso desafio que significa conseguir um espaço e reconhecimento em solo nacional, principalmente devido às práticas muitas vezes impessoais e veladas que sempre estão a esconder os verdadeiros propósitos.

Um estudo apresentado em julho de 2007 pelo Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI), intitulado “Imigração Brasileira em Portugal” e coordenada pelo professor Jorge Malheiros, revelou que o 45,3% dos entrevistados consideram ter visto “bastantes” casos de discriminação da parte dos portugueses em relação aos brasileiros. Considerando conjuntamente os que assinalam “bastantes” casos e “alguns” casos, esse número sobe para 71,9%.

<http://noticias.uol.com.br/ultnot/internacional/2008/06/10/ult1859u205.jhtm>

Outro estudo, publicado em 22/04/2008 pela Agência de Direitos Fundamentais da União Europeia (FRA, na sigla em inglês) indica que 44% dos 64 mil brasileiros que residem legalmente em Portugal teriam sofrido algum tipo de discriminação nos últimos 12 meses.

<http://noticias.terra.com.br/mundo/noticias/0,,OI3720271-EI8142,00-Estudo+mostra+discriminacao+contra+brasileiros+em+Portugal.html>

A obtenção do Estatuto de Igualdade de Direitos e Deveres por um momento pareceu que serviria ao propósito de poder ter as mesmas possibilidades de acesso. Ledo engano. E diversos casos reportam que nem mesmo a obtenção da Nacionalidade Portuguesa é garantia de nada...

http://www.sef.pt/documentos/56/direitos_deveres.pdf
<http://www.nacionalidade.sef.pt/>

Coisas absurdas acontecem nos processos e concursos públicos nacionais e regionais. Não raro os argumentos buscados e utilizados para invalidar demandas e candidaturas não são técnicos, lógicos ou mesmo racionais, mas discriminatórios e sempre tentando burlar a legislação vigente na busca da manipulação dos resultados, efetivação de pré-escolhas e manutenção do *status-quo*.

Concursos feitos à medida para determinados candidatos contendo especificações estreitas e diretamente relacionadas a determinados currículos; processos de seleção que valorizam formações em determinadas universidades nacionais em detrimento de outras, sem levar em conta o mérito pessoal dos candidatos o que confronta a “igualdade de oportunidades”; currículos inflados com “experiências” irrelevantes à docência e a investigação; concursos internos; concursos fechados aos cidadãos nacionais; concursos fechados aos cidadãos de uma determinada região do país; concursos pouco ou mesmo não divulgados; nomeações sem concursos; falta de transparência nos processos; júri composto por pseudo-especialistas ou mesmo por pessoas com formação e experiência em áreas distintas e adversas; pareceres sem relação direta, genéricos, contendo argumentos sem sustentação, na maioria das vezes proferidos por pessoas que não tem nem formação muito menos experiência similar a quem está se candidatando; entre outras pérolas...

A opção em trocar o certo pelo duvidoso significava uma oportunidade e, como percebemos um imenso desafio diante de uma sociedade que, mesmo após ingressar na União Europeia, permanece atrelada ao passado, atrasada, marcada pelo discurso vazio e retórico, de extrema pomposidade, arrogância, falta de humildade, pequenez nas atitudes ignorando sua história, com uma imensa dificuldade em reconhecer seus erros aliado a uma flagrante falta de justiça social na busca da igualdade de oportunidades para todos.

O preconceito vem da falta de conhecimento sobre determinado assunto e da falta de humildade para aprender e abrir a mente para novas opiniões. Já a discriminação vem da ignorância, da índole e da arrogância de pessoas preconceituosas somada à falta de respeito com os semelhantes.

Estes sentimentos são, cada vez mais, praticados através da xenofobia, uma forma moderna de preconceito, ainda que a utilização do termo traga controvérsias. Trata-se de uma forma de discriminação social que consiste na aversão a diferentes culturas e nacionalidades. Considerada como crime de ódio, mostra-se através da humilhação, constrangimento, agressão física e moral àquele que não é natural do lugar do agressor.

Notadamente corresponde à fobia ou medo irracional a tudo aquilo que é novo ou desconhecido, podendo se manifestar através da aversão, ódio ou a profunda antipatia em relação aos estrangeiros, a desconfiança em relação a pessoas estranhas ao meio daquele que as julga ou que vêm de fora do seu país.

Pode manifestar-se de várias formas, envolvendo as relações e percepções do ingroup ou endogrupo em relação ao outgroup ou exogrupo, incluindo o medo de perda de identidade, suspeição acerca de suas atividades, agressão e desejo de eliminar a sua presença. Tem como alvo não apenas pessoas de outros países, mas de outras culturas, subculturas ou sistemas de crenças. É comumente associada à aversão a outras raças e culturas e também associada à fobia em relação a pessoas ou grupos diferentes, com os quais o indivíduo habitualmente não entra em contacto ou evita fazê-lo.

Atitudes xenofóbicas incluem desde o impedimento à imigração de estrangeiros ou de pessoas pertencentes a diferentes culturas e etnias, consideradas como ameaça. Por esta razão a xenofobia tende a ser normalmente associada a preconceitos étnicos ou ligados a nacionalidade.

Em seu sentido mais restrito, podemos caracterizá-la como um medo excessivo e descontrolado diante do diferente, do desconhecido.

Atualmente, a xenofobia ocorre principalmente em países desenvolvidos, uma vez que os nativos não querem disputar uma vaga de trabalho com um imigrante. É comum a xenofobia ser relacionada com o preconceito de pessoas oriundas de outros países (especialmente os subdesenvolvidos), raças, culturas, costumes, etc.

A maioria dos países desenvolvidos teme que a chegada maciça de imigrantes possa provocar o surgimento de problemas sociais (desemprego, criminalidade, queda na qualidade de vida, etc.). Trata-se do preconceito de origem, ou seja, pessoas de países ricos que possuem aversão a pessoas oriundas de países pobres ou em desenvolvimento.

A xenofobia pode estar relacionada a outros tipos de preconceitos como o racismo e a discriminação de classe social. Dessa maneira, imigrantes e indivíduos com diferentes hábitos culturais são, muitas vezes, desrespeitados devido a suas características físicas, sotaques e condições socioeconómicas. Ela pode acontecer nos mais variados ambientes, inclusive académicos e nas mais variadas situações.

Uma vez que generaliza e diminui moralmente um determinado grupo, tal forma de discriminação apresenta carácter coletivo mesmo quando dirigida a uma única pessoa e é comum a vítima sentir-se pressionada a abandonar o lugar por causa de atitudes hostis dos discriminadores.

Em determinadas ocasiões, esse tipo de preconceito é chamado de bairrismo (apego extremado a um determinado local e sua cultura) através da “defesa” dos interesses de sua terra tanto por atitudes de defesa exacerbada de suas alegadas virtudes. O termo geralmente possui uma conotação negativa, pois ao bairrismo está vinculada uma visão estreita de mundo que menospreza tudo aquilo que vem de fora. Raramente o bairrismo é encarado como uma atitude positiva, de amor e orgulho por uma região.

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Bairrismo>

Vasco Graça Moura, escritor e político português, já comparou o sentimento de bairrismo a um complexo de inferioridade: “Detesto todos os bairrismos exacerbados. São ‘patrioteirismos’ à escala local e, regra geral, traduzem complexos de inferioridade e ressentimentos” (09/06/2007).

http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=676816&page=-1
http://pt.wikipedia.org/wiki/Vasco_Gra%C3%A7a_Moura

São aspetos extremamente negativos da sociedade portuguesa com alarmante presença nos dias atuais e que, infelizmente, herdamos (brasileiros) por osmose colonial.

Não celebramos as diferenças e a diversidade cultural.

Portugal que sempre foi um país de emigrantes não se furta de discriminar os imigrantes com o receio da competição por empregos.

Uma nação que já teve um imenso império mas que, como todos, sofreu diversos reveses, diversas perdas até cair em um período ditatorial que suprimiu liberdades, desestimulou a educação levando o país a um nível de analfabetismo sem precedentes.

Alguns veem a educação como desnecessária. Normalmente em períodos de exceção (ditaduras, por exemplo, sejam de direita ou de esquerda), a educação não é estimulada, pois permite um posicionamento mais crítico em relação à situação estabelecida de forma irregular.

Em Portugal, a revolução de 1974 trouxe não apenas a democracia, mas a possibilidade das classes menos favorecidas acederem ao ensino superior. Contudo, Cabrito (2012) afirma esta incrível conquista - a educação como um direito de todos - produziu sua própria negação ao questionar o porquê de tantos “doutores” num país que deles não precisava e por isso iam para o desemprego, emigração ou trabalhar em coisas para as quais eram sobre qualificados.

E absurdamente em Portugal não é necessário se fazer um doutoramento para se ter o “título” de doutor, basta uma licenciatura...

Contudo, apesar da legislação vigente, o *status-quo* permanece atuando nas universidades públicas portuguesas, nomeadamente burlando esta mesma legislação vigente através de mecanismos nem sempre explícitos. Percebe-se facilmente a insistente reintrodução nos editais dos concursos públicos, de cláusulas que a legislação suprimiu em busca de uma menor manipulação dos resultados.

Outra percepção do esforço do estado português para tentar se modernizar em conflito com a resiliência das universidades, está ligada a como ocorrem estes referidos processos de equiparação de títulos em solo nacional, existindo três possibilidades de equiparação: equivalência, reconhecimento e registo.

O texto do decreto-lei n.º 341/2007 é pródigo em reconhecer as dificuldades:

“A mobilidade das pessoas e das ideias está na base das sociedades e das economias do conhecimento. Superar atavismos corporativos e ilusões de autossuficiência é exigência do país neste momento de desafios e de oportunidades... ..Afasta-se assim um obstáculo importante à circulação de diplomados, acolhendo, sem os entraves burocráticos e as demoras hoje existentes, todos quantos, tendo obtido os seus graus académicos no estrangeiro, queiram desenvolver atividade em Portugal. Introduce-se igualmente um mecanismo de reconhecimento da classificação final, que afastará os procedimentos burocráticos e manifestamente injustos que vinham sendo adotados com excessiva frequência no processo de equivalência... ..Este diploma enquadra-se num conjunto de medidas que visam garantir a mobilidade efetiva e desburocratizada, nacional e internacional, de estudantes e diplomados, vocacionadas para atrair e fixar em Portugal recursos humanos qualificados, portugueses ou estrangeiros...”

Afinal qual o receio e qual a razão para tantos subterfúgios?

Uma agenda oculta?

Se a qualidade e o nível das universidades portuguesas é assim tão elevado como muitos imaginam (embora não se reflitam em nenhum ranking de desempenho internacional) não deveria haver temor com a competição sadia...

Neste momento de crise nacional, não são poucos os portugueses que estão a redescobrir “profissionalmente” o Brasil.

Muitos, sem opções, a concordarem com o rapper e cantor de hip hop português Boss AC (Ângelo César) que no single “Sexta-feira (emprego bom já)”, diz:

“Tantos anos a estudar para acabar desempregado. Ou num emprego da treta, mal pago. E receber uma gorjeta que chamam salário. Eu não tirei o Curso Superior de Otário”...

http://pt.wikipedia.org/wiki/Boss_AC
<http://www.bossac.com/index.php?view=article&id=200>

Miguel Sousa Tavares, articulista da televisão portuguesa SIC, enfatizou em 03/03/2012 a questão da pressão sobre a juventude portuguesa para que emigre e assim encontre meios de subsistência fora do país.

Para além de tecer críticas ao fomento desta política de emigração, expõe as suas dúvidas de como serão recebidos aqueles que queiram emigrar para o Brasil, considerando a forma nada acolhedora dispensada aos brasileiros que, anos atrás, buscaram radicar-se em terras lusitanas.

<http://sicnoticias.sapo.pt/programas/miguelsousatavares/article1380330.ece>

“Nós voltamos a ser um país de imigração e isso é dramático. Há uma geração que ainda está a viver que se lembra o que é isso. Agora, a Europa está toda má, há outros destinos onde já tem muitos portugueses. Angola tem cerca de 150 mil portugueses e no Brasil também onde estamos. Mas mesmo aí as coisas não são tão fáceis como os portugueses imaginam. É preciso não esquecer uma coisa. Os brasileiros estão um bocadinho traumatizantes porque a história é um palco de vai e vem. Nós já tivemos muitas fases de imigração para o Brasil e o Brasil só teve uma para Portugal, aconteceu há cerca de 15 anos quando nós entramos no Euro, quando achávamos que éramos um país rico e eles estavam em crise. E eu lembro que nós recebemos muito mal os brasileiros. Muito mal mesmo. E, na altura, os portugueses cantaram alto e agora que precisam de imigrar para o Brasil não sei se serão bem recebidos pelos brasileiros”.

Recordemos então as palavras do secretário de Estado da Juventude e do Desporto do XIX governo constitucional de Portugal, Alexandre Miguel Mestre que incentivou a juventude portuguesa, destacando a sua fala: “O jovem desempregado em vez de ficar na 'zona de conforto' deve emigrar” (São Paulo, dia 31/10/2011).

“Se estamos no desemprego, temos de sair da zona de conforto e ir para além das nossas fronteiras, disse o governante, que falava para uma plateia de representantes da comunidade portuguesa em São Paulo e jovens luso-brasileiros. Segundo o mesmo responsável, o país não pode olhar a emigração apenas com a visão negativista da ‘fuga de cérebros’. Para Miguel Mestre, se o jovem optar por permanecer no país que escolheu para emigrar, poderá ‘dignificar o nome de Portugal e levar *know-how* daquilo que Portugal sabe fazer bem’. Caso a opção seja por, no futuro, voltar a Portugal, esse emigrante ‘regressará depois de conhecer as boas práticas’ do outro país e poderá ‘replicar o que viu’ no sentido de ‘dinamizar, inovar e empreender’. Com o intuito de capacitar o jovem português e aumentar os laços com outros países, o responsável diz que o governo português pretende incentivar também os intercâmbios estudantis e os estágios no estrangeiro. A presença do jovem no estrangeiro será um dos temas abordados do Livro Branco da Juventude, que deverá ser lançado a 02 de novembro, disse. Miguel Mestre falou à Agência Lusa no seminário ‘luso brasilidade: Reflexões e Atualidade’, iniciativa piloto para aproximar o governo das comunidades portuguesas em outros países. Presentes no seminário estiveram também o secretário de Estado das Comunidades, José Cesário, o secretário de Estado Adjunto da Economia e do Desenvolvimento Regional, António Almeida Henriques, e o secretário de Estado Adjunto dos Assuntos Parlamentares, Feliciano Barreiras Duarte”.

http://economico.sapo.pt/noticias/governo-incentiva-jovens-desempregados-a-emigrar_130198.html

Portugal não pode ser apenas um país de “doutores” e engenheiros. Esta foi uma das mensagens deixada pelo mesmo secretário, no encerramento do colóquio internacional “Políticas e equipamentos na área da Juventude - intercâmbio de realidades e práticas”. No encerramento e perante muitos jovens, Alexandre Mestre, sublinhou a importância da educação informal. O governante disse mesmo que Portugal não pode viver sempre à sombra de títulos pomposos. (Casa das Artes de Famalicão, 17/09/2011).

“Este é um país que vive muito da cultura dos ‘doutores’ e dos engenheiros, se me permitem esta expressão, e pode ter aí um vício instalado que, ao nosso ver, tem que rapidamente ser erradicado. Foi assinalado recentemente que de facto existe um grande desemprego juvenil, mas se calhar a orientação, a vocação dos jovens esta muito concentrada apenas e só naqueles cursos mais tradicionais, aqueles que depois podem levar alguém a dizer que é ‘doutor’ ou que é engenheiro. E portanto em Portugal dá-se muita importância aos cargos, aos títulos. Evidentemente alguém que seja pós-doutorado está muito mais preparado do que alguém que tenha cumprido só a escolaridade obrigatória... ...Os jovens tem que começar a pensar mais na educação não formal e a pensar mais naquilo que o país precisa”.

<http://www.youtube.com/watch?v=9avpBdYvhcU>

O número de portugueses que está a emigrar para o Brasil (com a expressa concordância e indicação do primeiro-ministro, Pedro Passos Coelho, que sugere que os professores desempregados emigrem para países lusófonos, realçando as necessidades do Brasil) é tão expressivo que o Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP) busca agilizar o reconhecimento de graus académicos, embora já existam acordos bilaterais (RAR n.º 83/2000, de 14 de dezembro), pelo visto ignorado por todos...

<http://www.publico.pt/Sociedade/passos-coelho-sugere-aos-professores-desempregados-que-emigrem-1525528>

“Universidades portuguesas e brasileiras assinaram esta terça-feira, em Brasília, um memorando de entendimento para agilizar o reconhecimento dos graus académicos em Portugal e no Brasil, facilitando o acesso profissional de diplomados nos dois países”.

<http://www.crup.pt/pt/imprensa-e-comunicacao/recortes-de-imprensa/2604-portugal-e-brasil-acordam-sobre-reconhecimento-de-graus-academicos>

http://www.jn.pt/PaginalInicial/Sociedade/Educacao/Interior.aspx?content_id=2730234

Afinal ignorar acordos faz parte da burocracia (uma disfunção organizacional).

E as origens da famosa burocracia “brasileira” são portuguesas, com certeza...

Um pouco de história...

Em 1742 o rei D. João V de Portugal, atendendo a solicitação do brigadeiro José da Silva Paes, publicou um edital autorizando a emigração de açorianos para o sul do Brasil, que de início deveriam se fixar na região de Santa Catarina. Em 1750, após a assinatura do Tratado de Madrid, ordenou-se ao governador de Santa Catarina, Manoel Escudeiro de Souza, que enviasse ao Porto do Viamão uma leva dos casais que estavam para chegar dos Açores. Em 1751 foram seleccionadas 60 famílias, perfazendo um total de cerca de 300 pessoas, que chegaram ao local em janeiro de 1752.

http://pt.wikipedia.org/wiki/Hist%C3%B3ria_de_Porto_Alegre

A Capital do Rio Grande do Sul tem como data oficial de fundação 26 de março de 1772, com a criação da Freguesia de São Francisco do Porto dos Casais, um ano depois alterada para Nossa Senhora da Madre de Deus de Porto Alegre. O povoamento, contudo, começou em 1752, com a chegada destas 60 famílias açorianas trazidas para se instalarem nas Missões, região do Noroeste do Estado, que estava sendo entregue ao governo português em troca da Colônia de Sacramento, no Uruguai.

A demarcação dessas terras demorou, e os açorianos permaneceram no então chamado Porto de Viamão, primeira denominação de Porto Alegre.

http://www2.camarapoa.rs.gov.br/default.php?reg=16930&p_secao=56&di=2012-04-16

O povoamento açoriano do sul do Brasil, em meados do século XXII, “é precisamente evocado e reconhecido no Rio Grande do Sul como fundamental para a consolidação das fronteiras do estado e para a fundação de grande parte das suas cidades, a começar pela própria capital, Porto Alegre”.

Com efeito, Carlos do Vale César, ex-presidente do governo da Região Autônoma dos Açores, prosseguiu, “é reconhecida a imensa importância aos casais açorianos que povoaram o sul do Brasil e ali não só fundaram Porto Alegre, hoje com mais de um milhão e meio de habitantes, como se espalharam pelo Rio Grande do Sul (...)”. (13/04/2012).

<http://ultraperiferias.blogspot.pt/2012/06/acoes-visita-de-carlos-cesar-e.html>

<http://www.azores.gov.pt/Portal/pt/entidades/pgra/noticias/Carlos+diz+que+estar+em+Porto+Alegre+%C3%A9+como+estar+na+casa+dos+av%C3%B3s.htm>

Ao lembrar que o Rio Grande do Sul constituiu sua história e cultura inspirada na presença dos açorianos, Tarso Genro governador do RS, afirmou que a aproximação e a homenagem aos açorianos é uma tentativa bem-sucedida de recuperação dos ideais de solidariedade e fraternidade entre os povos. O governador acrescentou, ainda, que ambos os povos têm o “mesmo desejo de liberdade, igualdade e fraternidade que está escrito na história das lutas açorianas pela autonomia e nas lutas do Estado pela dignidade de seu povo e seu projeto político”.

Carlos César ainda acentuou os traços característicos que unem açorianos e gaúchos: “a não resignação, a luta pela autodeterminação, a procura da felicidade pela valorização das diferenças e particularidades face a outros”.

<http://www.cultura.rs.gov.br/v2/2012/04/estado-homenageia-presidente-dos-acoresh-e-firma-cooperacao/>

Este posfácio oferece uma reflexão final destacando o vínculo afetivo e intelectual do investigador com os Açores e sua gente, sendo ele um descendente das famílias açorianas que emigraram para o Brasil há 260 anos atrás.

http://pt.wikipedia.org/wiki/Monumento_aos_A%C3%A7orianos

Essas, sessenta famílias partiram do “caos”, sem receio de seguir em frente, rumando em direção ao sul do Brasil, rumo ao desconhecido.

A realidade atual nos faz compreender melhor estes movimentos feitos por outros tantos se lançarem além-mar e construíram suas vidas longe daqui.

Antes de vir para cá, um colega professor, “açoriano” que vive e trabalha em Lisboa me avisou: “Espero que tenha uma boa experiência e estadia nos Açores. Não tenho dúvidas que é um bom sítio para fazer férias. Para trabalhar já tenho dúvidas”...

Palavras cabalísticas. Nunca, em todos os 35 anos da minha vida acadêmica, eu me senti tão perseguido, controlado e discriminado como aconteceu nos Açores.

Na UAç impera a cultura do medo. Um simples questionamento a cerca das possibilidades dispara as mais inesperadas reações. Absolutamente tudo gera “ruído”, reflexos, conseqüências, posicionamentos exaltados e exacerbados.

Enfrentar o status-quo e propor mudanças é algo sempre difícil.

A situação vigente - zona de conforto em que se encontram muitas pessoas que não querem que as coisas mudem porque sentem que perderiam algo com isso - está presente em todas as estruturas de poder açorianas, inclusive na universidade.

Mas vejo Portugal como vejo o Brasil. Somos uma sociedade pacífica e “faladora” e não “fazedora”, ou seja, vamos levando e aceitando as coisas muito além dos limites...

Referências

“Vocês são todos iguais
E quanto mais vos conheço mais gosto de animais.”
(Boss AC, Laia)

Andler, M. (2011); **Les surprises du classement Q&S pour les mathématiques**. [Em linha]. [Consult. a 22.11.2012]. Disponível em: <http://jfmela.free.fr/jfmblog/?p=226>

Authier, M.; **Le bel avenir du parent pauvre**. In: Apprendre à distance. Le Monde de L'Éducation, de la culture et de la Formation. Hors-série: France, Septembre, 1998, p.11-15.

Berge, Z. L. (1995). **Facilitating computer conferencing**: recommendations from the field. Educational Technology. 35(1) 22-30.

Bowman, N. & Bastedo, M. (2008); **Getting on the front page: Organizational reputation, status signals, and the impact of U.S. news and world report on student decisions**. Research in Higher Education, 50(5), 415-436. [Em linha]. [Consult. a 15.05.2012]. Disponível em: <http://www-personal.umich.edu/~bastedo/papers/BowmanBastedo.ResHE2009.pdf>

Bourdin, J. (2008); **Enseignement supérieur le défi des classements**, Les Rapports du Sénat, 442, France. [Em linha]. [Consult. a 09.10.2012]. Disponível em: <http://www.senat.fr/rap/r07-442/r07-4421.pdf>

Cabrito, B; Uma escola de elites? **Revista Cais**. nº 170 (2012) p. 14-15.

Cação, D. M. M.; **Protótipos e estratégias multimédia na aprendizagem de questões sobre o ambiente** [Em linha]. Dissertação de Mestrado em Educação Multimédia. Universidade do Porto. [Consult. a 09.03.2011]. Disponível em: http://nautilus.fis.uc.pt/cec/teses/dulce/dulce/Tese_teorias/Tese_v_def_3.pdf.

Cabral, O.; **Porque hoje é quarta...: Salvar a universidade** [Em linha]. (2012). [Consult. a 31.10.2012]. Disponível em: <http://www.correiodosacores.net/index.php?mode=noticia&id=41492>

Camas, N. P. V.; **Educação e o uso de tecnologias: quem sabe faz, quem compreende ensina** [Em linha]. (2006). [Consult. a 09.04.2011]. Disponível em: http://www.pantakulo.com.br/artigos_/artigos/Espaco_Aberto_Maio-06.htm

Collison, G., Elbaum, B., Haavind, S., & Tinker, R. (2000). **Facilitating online learning: effective strategies for moderators**. Madison: Atwood Publishing.

Costa, J. V.; **A reforma do ensino superior ditada pela sociedade do conhecimento** [Em linha]. (2004). [Consult. a 23.04.2011]. Disponível em: http://ae.tagus.ist.utl.pt/doc_nac/cbs/201.pdf.

Crespo, V.; **Uma universidade para os anos 2000**. Lisboa: Editorial Inquérito, 1993, pgs. 111-113. ISBN 972-670-173-2.

Demo, P. (2011, Março 9); **Contos-do-vigário** [Em linha]. [Consult. a 09.03.2011]. Disponível em: <http://www.serprofessoruniversitario.pro.br/ler.php?modulo=10&texto=1522>.

Demo, P.; **Desafios modernos da educação**. 16ª ed. Petrópolis: Vozes, 2010. 272 p. ISBN: 8-53260-977-5.

Downes, S. (2007); **Models for sustainable open educational resources**. Interdisciplinary Journal of Knowledge and Learning Objects, 3, 30-44. [Em linha]. [Consult. a 05.04.2012]. Disponível em: <http://ijello.org/Volume3/IJKLOv3p029-044Downes.pdf>

Evans, R.; **The human side of school change: Reform, resistance, and the real-life problems of innovation**. 1ª ed. San Francisco: Jossey-Bass, 2001. 336 p. ISBN 0-78795-611-2.

Fernandes, I. & Nunes, E.; **Rankings Internacionais: a irresistível polémica em torno de seus sentidos e metodologias** [Em linha]. (2011). [Consult. a 04.10.2012]. Disponível em: http://www.observatoriouniversitario.org.br/documentos_de_trabalho/documentos_de_trabalho_97.pdf.

Fialho, P.; Publicação eletrónica [mensagem pessoal]. Mensagem recebida de <prqaed at uac.pt> em 10 Jul. 2012.

Frías-Navarro, D., Pascual Llobell, J., Monterde i Bort, J., Pascual Soler, M., Badenes, Ribera, L. y Pascual Mengual, J.; **Impacto del OpenCourseWare (OCW) en los docentes universitarios**. [Em linha]. (2010). [Consult. a 16.11.2012]. Universidad de Valencia. Ministerio de Educación. Programa de “Estudios y Análisis” (EA-2009-0168). Gobierno de España. España. Disponível em: <http://www.uv.es/impacocw/impactoOCWValencia.pdf>.

Garcia, V. (2012, Janeiro 9); **Três dúzias** [Em linha]. [Consult. a 09.06.2012]. Disponível em: http://www.uac.pt/noticia/tres_duzias.

Gomes, C.; **As TIC na formação de professores para um maior desenvolvimento de atitudes reflexivas** [Em linha]. Enseñanza de las Ciencias (Número extra), 1 CD-ROM, ISSN:0212-4521 (2005). [Consult. a 23.03.2011]. Disponível em: http://colombiadigital.net/newcd/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=778&Itemid=

Gomes, C.; **As TIC na formação de professores**. In M. Oliveira (Coord.), X Encontro Nacional de Educação em Ciência - Actas, 1 CD-ROM. Lisboa: DE-FCUL, 2003.

Gomes, C.; **Benefits of virtual communities for reflective teaching**. IADAT Journal of Advanced Technology on Education, 1(4), (2004) p. 136-138.

Gomes, C.; **The incorporation of ICT in teacher training in a reflexive perspective**. In A. Vilas; J. González, & I. Maldonado (Coord.), Educational Technology, Serie Sociedad de la Información, Vol. 3, nº 9, p. 1767-1770. Badajoz: Junta de Extremadura, Consejería de Educación, Ciencia Y Tecnología, 2002.

Gomes, C.; **Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação na formação inicial de professores**. Caracterização, implementação e avaliação de um modelo de formação em rede. Tese de Doutoramento (2007).

Gomes, C.; **Virtual learning communities in teacher training**. International Conference on Education, Innovation, Technology and Research in Education. IADAT, International Association for the Development of Advances in Technology, Bilbao, (2004) p. 82-85.

Gomes, C.; Publicação eletrónica [mensagem pessoal]. Mensagem recebida de <cgomes at uac.pt> em 11 Mai. 2012.

Gyselink, D.; Publicação eletrónica [mensagem pessoal]. Mensagem recebida de <gri at uac.pt> em 04 Jul. 2012.

Guedes de Sá, R. M. A.; **Recursos digitais no ensino das ciências naturais** [Em linha]. [Consult. a 09.03.2011]. Disponível em: [http://nautilus.fis.uc.pt/cec/teses/raque sa/tese parte escrita.doc](http://nautilus.fis.uc.pt/cec/teses/raque%20sa/tese%20parte%20escrita.doc).

Hazelkorn, E.; **Rankings and the reshaping of higher education: The battle for world-class excellence**. New York: Palgrave MacMillan, 2011. 240 p. ISBN 978-0230243248.

Halpern, D. F.; **Changing college classrooms: New teaching and learning strategies for an increasingly complex world**. San Francisco: Jossey-Bass, 1994. 351 p. ISBN 1-55542-643-3.

Hammer, M. (1990, July-August); **Reengineering work: don't automate, obliterate**. Harvard Business Review, pp. 104-112.

Jarvik, E. (2009, Abril 21); **Universities will be 'irrelevant' by 2020, Y. professor says** [Em linha]. Deseret News. [Consult. a 24.02.2011]. Disponível em: <http://www.deseretnews.com/article/705298649/Universities-will-be-irrelevant-by-2020-Y-professor-says.html>.

Kwan, M-P. 2007. **Mobile communications, social networks, and urban travel**: Hypertext as a new metaphor for conceptualizing spatial interaction. The Professional Geographer, 59(4): 434-446. [Em linha]. [Consult. a 09.01.2013]. Disponível em: http://www.meipokwan.org/Paper/PG_2007_Mobile.pdf

Leite, F. C. L.; **Como gerenciar e ampliar a visibilidade da informação científica brasileira: repositórios institucionais de acesso aberto** [Em linha]. 2ª ed. Brasília: Ibict, 2009. 120 p. ISBN: 978-85-7013-067-9. [Consult. a 30.03.2011]. Disponível em: http://www.ibict.br/anexos_noticias/repositorios.institucionais.F.Leite_atualizado.pdf.

Massey, D. (1991). **A Global sense of place**. Marxism Today, 6, 24-29. [Em linha]. [Consult. a 09.01.2013]. Disponível em: <http://www.unz.org/Pub/MarxismToday-1991jun-00024>

Neves, C. M. C.; **Referenciais de qualidade de EAD** [Em linha]. (02 Abril 2003). [Consult. a 03.07.2012]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/ReferenciaisdeEAD.pdf>.

Neves, F. S. (2003, Novembro 29); **Propinas, ensino superior público, a razão dos estudantes e a falta dela** [Em linha]. [Consult. a 30.11.2011]. Disponível em: http://a_verdade_da_mentira.weblog.com.pt/arquivo/040197.html.

Nicholas, D.; **Google generation** [Em linha]. (30 Set. 2007). [Consult. a 26.02.2011]. Disponível em: <http://www.jisc.ac.uk/whatwedo/programmes/resourcediscovery/googlegen.aspx>.

Nóvoa, A. (1988); **A formação tem de passar por aqui: As histórias de vida no projecto PROSALUS**. In A. Nóvoa & M. Finger (orgs.), O método (auto) biográfico e a formação. Lisboa: Departamento de Recursos Humanos da Saúde e Centro de Formação e Aperfeiçoamento Profissional Ministério da Saúde, pp. 109-130.

Pardal, C.; **Educação sem distância**. [Em linha]. [Consult. a 09.03.2007]. Disponível em: <http://www.open-school.com/lerMateria.asp?nNewsID=10>

Pouts-Lajus, S. & Riché-Magnier, M.; **L'école à l'heure d'Internet: Les enjeux du multimédia dans l'éducation**. Paris: Nathan Pédagogie, 1998. 223 p. ISBN 2-09-173000-9.

Renaut, A.; **Les révolutions de l'université: essai sur la modernisation de la culture**. Paris: Calmann-Lévy, 1995. 281 p. (Liberté de l'esprit). ISBN 2-7021-2504-2.

Ribeiro, R.; Publicação eletrónica [mensagem pessoal]. Mensagem recebida de <rui.ribeiro at fcn.pt> em 10 Set. 2012.

Roth, R.; **The applicability of desktop videoconferencing systems over broadband networks to support the b-learning education system**. Relatório de Investigação. Universidade de Aveiro, 2006. 61 p.

Roth, R. **Unlocking the technology-mediated learning process: Insights and articulating actions for an institutionalization approach**. Ponta Delgada: UAC, 2012. 12 p.

Roth, R. **Expanding areas of influence at Azores University: Virtual campus, regional clusters and points of presence**. UAC, 2012. 6 p.

Salmi, J.; **The challenge of establishing world-class universities**. The World Bank. 2009. [Em linha]. [Consult. a 09.10.2012]. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/education/resources/278200-1099079877269/547664-1099079956815/547670-1237305262556/WCU.pdf>

Shepherd, C. **In search of the perfect e-tutor**. 2002. [Em linha]. [Consult. a 27.02.2013]. Disponível em: http://www.fastrak-consulting.co.uk/tactix/Features/perfect_etutor.htm

Shulman, L. (1986); **Those who understand: Knowledge growth in teaching**. Educational Researcher, 15, 2, pp. 4-14.

Silva, A. C. B.; **Ser professor universitário em tempos de mudança: a profissão académica e suas reconfigurações** [Em linha]. Tese de Doutoramento, Educação (Administração e Política Educacional), Universidade de Lisboa, Instituto de Educação, 2011. [Consult. a 17.12.2012]. Disponível em: <http://repositorio.ul.pt/handle/10451/4633>

Smith, M. S.; **Opening education** [Em linha]. Science, Vol. 323, pp. 89-93 (2 Jan. 2009). [Consult. a 25.02.2011]. Disponível em: http://a.parsons.edu/~loretta/assessment_archive/science/Smith_openingEducation.pdf.

Souza, L. F.; Publicação eletrónica [mensagem pessoal]. Mensagem recebida de <lsouza at uac.pt> em 30 Set. 2012.

Stoll, C.; **High-tech heretic: reflections of a computer contrarian**. New York: Anchor Books, 2000. 240 p. ISBN 0-38548-976-5.

Tapscott, D.; (2009, Junho 4). **The impending demise of universities** [Em linha]. [Consult. a 16.03.2011]. Disponível em: http://www.edge.org/3rd_culture/tapscott09/tapscott09_index.html.

Veiga, P.; Publicação eletrónica [mensagem pessoal]. Mensagem recebida de <pedro.veiga at fcn.pt> em 26 Set. 2012.

Wyatt, R. (2001); **Web-based teaching: The beginning of the end for universities?** [Em linha]. (pp. 575-583). [Consult. a 16.03.2011]. Disponível em: <http://www.ascilite.org.au/conferences/melbourne01/pdf/papers/wyattr.pdf>.